

PARA UMA MAIOR VIVÊNCIA NOS ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

CENTRO MULTIFUNCIONAL SÉNIOR INSERIDO NA PAISAGEM DE ALBURRICA

Nadiya Trofimenko (Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção de grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica:

Professor Doutor Pedro Jorge Pimenta Rodrigues

Doutora Patrícia Guimarães Cabrita Matias

Júri:

Presidente: Professor Doutor Jorge Luís Firmino Nunes

Vogais: Professor Doutor Luís Alberto Torres Sanchez Marques de Carvalho

Documento definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Janeiro, 2019

O crescimento exponencial das cidades ao longo do século XX, e os problemas daí decorrentes, trouxeram novos desafios à Arquitetura e ao Desenho Urbano, na procura de estabelecer relações entre o espaço público e privado.

Os “espaços de transição”, tema abordado no presente trabalho, são assim fruto da relação e do equilíbrio que se procura estabelecer entre os espaços públicos e os espaços privados, sendo fundamentais para relações entre os indivíduos e o coletivo, enquanto elementos estimulantes para o contacto social, assim como na preservação da privacidade. Este conceito está presente de forma particular nas instituições, onde estes espaços funcionam como “válvulas” que isolam e controlam dos agentes exteriores. E as zonas intermédias, adjacentes aos espaços residências da instituição, assumem especial importância, de forma a suscitar o contacto social e também estimular a sua apropriação.

A proposta incide sobre a requalificação da zona de Alburrica, inserida no Barreiro, dinamizando-a culturalmente a partir de um espaço público. Pretende-se desenvolver um espaço público de carácter social e urbano que interliguem várias gerações e classes sociais, de forma a recuperar e estimular o sentido de coletivo entre as pessoas e a cidade, promovendo maior vivência em comunidade.

O maior foco do desenvolvimento da proposta, incide na conceção de um equipamento designado como “Centro Multifuncional Sénior”, que se destina a idosos e que possa servir também a população no geral. No desenvolvimento da proposta, o conceito dos espaços de transição, foi fundamental para a procura da resolução de espaços que preservam a privacidade de cada idoso, mas que permitam o convívio e interação da população.

Palavras-chave:

Alburrica | Estímulo social | Privacidade | Residência assistida | Espaço de transição

ABSTRACT

The exponential growth of cities throughout the 20th century, and the problems of the past, brought new challenges to Architecture and Urban Design, in an attempt to establish relations between the public and private space.

The "transition space", the subject addressed in this paper, are thus the result of the relationship and balance that is sought to be established between public and private space, being fundamental for the relations between individuals and the collective, as stimulating elements for social contact and the preservation of privacy. This concept is particularly present in institutions, where these spaces function as "valves" that isolate and control external agents. The intermediate zones, adjacent to residential spaces of the institution, assume special importance, in order to arouse social contact and also their appropriation.

The proposal affects the requalification of the Alburrica area, inserted in Barreiro, energizing it socially and culturally from a cohesive public space. The aim is to develop a public space with a social and urban character that interlinks several generations and social classes, in order to recover and stimulate a sense of collective among people and the city, promoting greater community life.

The main focus of the development of the project proposal, affects the design of an equipment designated as "Senior Multifunctional Center", which is intended for the elderly and that can also serve the general population. In the proposal development, the concept of "transition spaces" was fundamental for the resolution for spaces that preserve the privacy of each elderly, rather than allowing the conviviality and interaction of the population.

keywords:

Alburrica | Social Incentive | Privacy | Assisted Living | Transition Space

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, o meu irmão e a minha avó pelo grande suporte, paciência e amor.

Ao professor Pedro Rodrigues pelo conhecimento e interesse que despertou neste trabalho.

A professora Patrícia Matias pelo auxílio indispensável na condução deste trabalho.

A todos os Professores que acompanharam o meu percurso académico, pelos ensinamentos transmitidos.

Aos meus colegas e amigos que me acompanharam ao longo destes 5 anos.

ÍNDICE

01 INTRODUÇÃO	1
1.1 Enquadramento e justificação do tema	3
1.2 Objetivos	4
1.3 Metodologia	5
1.4 Estrutura do trabalho	6
02 ESPAÇO DE TRANSIÇÃO: O DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO	9
2.1 Os espaços de transição em arquitetura	11
2.2 Privacidade na habitação coletiva	12
2.3 Espaço de transição como espaço social	16
2.4 Identidade nos espaços de transição	21
2.5 Síntese	22
03 VIVÊNCIA NO ESPAÇO PÚBLICO	25
3.1 Vivenciar o espaço público em comunidade	27
3.2 A relação entre o espaço interior e exterior	34
3.3 A rua de convivência	35
3.4 Síntese	36
4 CONTEXTO E AMBIENTES	37
4.1 Estudo da população	39
4.1.1 Envelhecimento coletivo no contexto português	39
4.1.2 O processo de envelhecimento individual	42
4.1.3 Envelhecimento ativo	43
4.2. Habitação para a terceira idade	45
4.2.1 Evolução das instituições para terceira idade	45
4.2.2. Habitação coletiva em Portugal	49
4.2.3 Habitação privada – “aging in place”	51
4.3 As vivências e as necessidades do idoso no habitar	52
4.4. Humanização do habitar	55
4.5 Síntese	57

05 CASOS DE ESTUDO	59
5.1 Justificação	61
5.2 Fundação Calouste Gulbenkian	63
5.3 Parque Ribeiro do Matadouro	66
5.4 City lounge rua partilhada	68
5.5 Apartamentos da Rue des Suisses	70
5.6 Lar de idoso de Drie Hoven	72
5.7 Residencial Home for Elderly	74
5.8. Síntese	76
06 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	77
6.1 Análise do lugar	79
6.2 Programa geral	82
6.3 Proposta do espaço público	82
6.3.1 Objetivos	82
6.3.2 Áreas do espaço público	84
6.4 Proposta arquitetónica	88
6.4.1 Implantação	88
6.4.2 Organização espacial	89
6.4.3 Ambientes e materialidades	95
6.5 Espaços de transição	98
6.5.1 Espaço público	99
6.5.2 Centro Multifuncional e Geriátrico	100
6.5.3 Residência Sénior	102
07 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
08 FONTES BIBLIOGRÁFICAS	115
09 ANEXOS	121

CAPA

Desenho da autora, 2018

ESPAÇO DE TRANSIÇÃO: O DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO

Fig.1 e 2 | Exemplo da Planta Livre | Casa Farnsworth | Mies Van der Rohe
| 1946-1950

Fonte: <https://floresnoasfaltoblog.wordpress.com/2015/06/30/casa-farnsworth-do-arquiteto-mies-van-der-rohe/>

Fig.3 | Hospital: Antecâmara de uma unidade de Esterilização.

Fonte: ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p. 234

Fig.4 | Hotel: Antecâmara de um quarto.

Fonte: ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p. 234

Fig.5 | Casa com Pátio: Antecâmara de um santuário íntimo.

Fonte: ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p. 234

Fig.6 | Casa com pátio, Harvard, Robert Reynolds e Chermayeff

Fonte: ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p.91

Fig.7 | Muro como elemento de divisão entre domínios diferentes

Fonte: COELHO, A.B., PEDRO, J.B (1998). *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação. Tipologias dos níveis físicos residenciais*. Lisboa: LNEC

Fig.8 | Entrada de casa como local seguro

Fonte: HERTZBERGER, H. (1996). *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes p.32

Fig. 9, 10, 11 | As diversas atividades junto a porta

Fonte: UNWIN, S. (1997). *Doorway*, Grã-Bretanha: Butler and Tanner Ltd, p.118

Fig. 12, 13, 14 e 15 .Apropriação do espaço junto a entrada da escola Montessori.

Fonte: HERTZBERGER, H. (2006). *Lições de Arquitetura*, São Paulo. Martins Fontes, p.33

VIVÊNCIA NO ESPAÇO PÚBLICO

Fig. 16 | Espaço público restrito ao trânsito automóvel – prioridade a peões

Fonte: CULLEN, G. (2009). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70 p.124

Fig. 17 | Relação entre a qualidade do espaço exterior e as atividades

Fonte: GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva, p.21

Fig. 18 | Playground, Amsterdão, 1954

Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/49/d3/a8/49d3a8cfffba28c03bd71688388ffd.jpg.wordpress.com/2012/10/04/aldo-van-eyck-the-playgrounds-and-the-city/>

Fig. 19 e 20 Transformação do cruzamento num “Playground”, Amsterdão, 1950 e 1960.

Fonte: <https://childrenoftechnology.wordpress.com/2012/10/04/aldo-van-eyck-the-playgrounds-and-the-city/>

Fig. 21, 22 e 23 | Posição de assentos que promovem contacto social

Fonte: GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva, p.154

Fig. 24 | Espaço exterior de que permite envolvimento dos residentes-plantar e regar as flores em comunidade | Almere Holanda.

Fonte: GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva, p.103

Fig. 25 e 26 | Espaço exterior de caráter permanente que permite convivência entre as pessoas.

Fonte: CULLEN, G. (2009). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70 p.24

Fig. 27 | Corte que ilustra as vivências perto das fachadas
Fonte: GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva. P.84

Fig. 28 e 29 | Ocupação perto das fachadas - as colunas, os desníveis adjacentes a fachada são elementos convidativos para apropriação do espaço.

Fonte: GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva. P.140

Fig. 30 | A diferença entre a fachada com várias aberturas que apresenta maior dinâmica e fachada cega, sem grande vivência.

Fonte: GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva. P.79

Fig. 31 | A rua dinâmica junto a fachada com várias aberturas, restrita ao trânsito automóvel

Fonte: GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva. P.236

Fig. 32 e 33 | A rua de convivência, onde decorrem diversas atividades em comunidade., Copenhaga

Fonte: GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva. p.206

CONTEXTO E AMBIENTES

Gráfico 1 | Evolução da proporção da população jovem e idosa em Portugal em (%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em PORDATA Indicadores de envelhecimento em Portugal <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526-3744>

Gráfico 2 | Evolução da proporção da população jovem e idosa no total da população (%), Portugal, 1960 – 2050

Fonte: Gonçalves, C., & Carrilho, M. J. (2006). *Envelhecimento crescente mas espacialmente desigual*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

Fig. 34 | Hospital de Angers séc. XII

Fonte: <http://stvincentimages.cdm.depaul.edu/Home/Search?q=anger>

Fig. 35 | Hospital J.N.L. Durand 1809

Fonte: PEVSNER, N. (1979) *Tipologias arquitetónicas*. Barcelona, Gustavo Gili, p.183.

Fig.36 | Plano para asilos de Francis Head em 1835

Fonte: Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*.
Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo.p.43

Fig.37 | Asilo para idosos em Badajoz, 1983

Fonte:<http://lhdjuandiezdelcorral.blogspot.pt/2012/02/arquitectura-y-vejez.html>

Fig.38 | Fachada principal do projeto de Childs & Smith, em Evanston.

Fonte: Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*.
Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo. p. 45

Fig.39 | Planta piso tipo do Projeto de Childs & Smith.

Fonte: Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*
Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo. p.45

Fig.40 | Fachada principal do projeto St. Vincent

Fonte: Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*.
Porto Alegre: Universidade Federal

Fig.41 | Planta piso tipo do Projeto St. Vincent.

Fonte: Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*.
Porto Alegre: Universidade Federal

Fig. 42 | Casas Needham- Planta tipo

Fonte : Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*
Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo. p. 54

Fig. 43 | Casas Needham- Vista do quarto, divisória parcial.

Fonte : Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*
Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo. p. 54

Fig.44 | Planta tipo de projeto Península Volunteers

Fonte: Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. p. 57

Fig.45 | Península Volunteers-Vista da galeria para o pátio

Fonte: Fenegra, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. p. 57

CASOS DE ESTUDO

Fig. 46 | As três hipóteses de percurso: o percurso da luz e da sombra, o percurso do lago e o percurso da orla.

Fonte: TOSTÕES, A. [et.al]. (2006). Gulbenkian: Arquitetura e Paisagem. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p.66,74 e 80

Fig. 47 | Perspetiva do Gonçalo Ribeiro Telles da zona Sul do Parque da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fonte: TOSTÕES, A. [et.al]. (2006). Gulbenkian: Arquitetura e Paisagem. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p.54

Fig. 48 | Clareira entre o Lago e a Galeria das Exposições Temporárias como espaço de permanência.

Fonte: <https://chickenorpasta.com.br/2017/os-jardins-de-gulbenkian>

Fig. 49 | Edifício da Sede

Fonte: Adaptado pelo autor <https://gulbenkian.pt/arquivo-digital-jardim/tag/revestimento-vivo/page/2/>

Fig.50 | Implantação do Parque Ribeiro de Matadouro

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/778055/parque-ribeiro-do-matadouro-oh-land-studio/5652eee3e58ece0aa4000172-ribeiro-do-matadouro-park-oh-land-studio-master-plan>

Fig. 51 | Esculturas como espaço de permanência e socialização

Fonte: https://www.cm-stirso.pt/frontoffice/pages/7?news_id=383

Fig.52 | Percurso interpretativo com escultura de fibra de vidro

Fonte:

http://www.atlanticurbangardens.com/pages/30/?geo_article_id=877

Fig. 53 | Vista aérea

Fonte: *Google Earth 2018*

Fig. 54 | “Rua partilhada” como espaço de convívio

Fonte: <https://www.myswitzerland.com/en/city-lounge-red-square.html>

Fig. 55 | Elementos estruturais controlam a velocidade dos veículos

Fonte: <https://archide.wordpress.com/2008/11/05/city-lounge-in-st-gallen-switzerland/>

Fig. 56 | Fonte como o elemento marcante na praça que suscita a curiosidade das pessoas.

Fonte: <http://www.miltontechnologies.com/index.php/Page/list/185.html>

Fig. 57 | Planta de apartamentos de Rue Des Suisses

Fonte: <http://filt3rs.net/photo/roller-shutter-shading-terrace-herzog-de-meuron-146>

Fig. 58 | Relação entre o espaço público e as varandas

Fonte: <http://filt3rs.net/photo/roller-shutter-shading-terrace-herzog-de-meuron-146>

Fig. 59 | Interior da varanda com portadas fechadas

Fonte: <http://filt3rs.net/photo/roller-shutter-shading-terrace-herzog-de-meuron-146>

Fig. 60 | Vista da rua, relação público e privado

Fonte: <http://www.architravel.com/architravel/building/rue-des-suisses/>

Fig. 61 | Corredor de entrada nos quartos. Personalização do espaço

Fonte: <http://www.hiddenarchitecture.net/2016/06/de-drie-hoven.html>

Fig. 62 | Meia porta semi-aberta que permite comunicação.

Fonte: <http://www.hiddenarchitecture.net/2016/06/de-drie-hoven.html>

Fig. 63 | Planta Piso Tipo

Fonte: <https://www.archdaily.com/85656/multiplicity-and-memory-talking-about-architecture-with-peter-zumthor/residential-home-for-the-elderly-in-masans-floor-plan>

Fig. 64 | Vista exterior | Relação interior-exterior Transição da zona intermédia (corredor) para o espaço público (jardim).

Fonte: <https://finn--wilkie-tumblr-com.cdn.ampproject.org/c/finn-wilkie.tumblr.com/post/133369132791/peter-zumthor-housing-for-the-elderly-masans/amp>

Fig. 65 | Vista interior | Espaço de transição (corredor) como sala de estar

Fonte: <http://condicionstemporals.blogspot.pt/2013/03/homes-for-senior-citizens-peter-zumthor.html>

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Fig. 66 | Ruínas da Quinta do Braamcamp

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 67 | Habitações dos pescadores

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 68 | Ortofotomapa com limite de intervenção

Fonte: Ortofotomapa editado pela autora com base a Imagem Google Earth 2018

Fig. 69 | Esquematização dos objetivos de intervenção.

Fonte: Esquema elaborado pela autora 2017

Fig. 70 | Esquema da proposta urbana, o espaço urbano como conector da cidade fragmentada

Fonte: Esquema elaborados pela autora 2017

Fig. 71, 72, 73, 74, 75 e 76 | Desenhos do espaço público | Parque natural de Alburrica.

Fonte: Desenhos elaborada pela autora 2018.

Fig. 77 | Proposta de Habitação para os pescadores.

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2017

Fig. 78 | Deferentes áreas que proporcionam diversas vivências e sensações. Fonte: Esquema elaborado pela autora 2018

Fig. 79| Circuitos ciclo-pedonais que circundam as diferentes zonas de valor paisagístico e espaços públicos e miradouros (zonas de contemplação).

Fonte: Esquema elaborado pela autora 2018

Fig. 80| Verde como unificador da zona de diferentes zonas do Parque Natural de Alburrica

Fonte: Esquema elaborado pela autora 2018.

Fig. 81 | Arborização proposta

Fonte: Esquema elaborado pela autora 2018

Fig. 82 e 83| Zonas de estar | Banco formais e informais

Fonte: Desenhos elaborados pela autora 2018

Fig. 84 | Implantação da proposta arquitetónica

Fonte: Esquema elaborado pela autora 2018

Fig. 85| Estratégico da proposta arquitetónica.

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 86 , 87, 88 e 89 | Perspetivas da proposta arquitetónica.

Desenhos elaborados pela autora 2018

Fig. 90 | Localização da Residência Sénior

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 91 | Residência Sénior | Planta piso 0

Fonte: Planta elaborado pela autora 2018

Fig. 92 | Localização da Residência Sénior

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 93 | Residência Sénior | Planta piso 1

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 94| Localização do Centro Geriátrico

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 95 e 96 | Centro Geriátrico | Planta piso 1 e 0

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 98 | Localização do Centro Multifuncional

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 99 | Centro Multifuncional | Planta piso 1 e 0

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 100 | Planta piso térreo -Residência Sênior

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 101 | Fachada da Residência Sênior | Sombreamento (brise soleil de madeira) como segunda pele .

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 102 | Fachada da Residência Sênior |

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 103 | Perspetiva do refeitório. Ripado de madeira como elemento de diferenciação de várias zonas, criando assim espaços mais intimistas

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 104 | Perspetiva da sala de piso

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 105 | Praça Cultural

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 106 | Praça de conexão entre a cidade de Barreiro e Alburrica

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 107 | Rua humanizada

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 108 | Antecâmara que estabelece relação entre o interior e o exterior do edifício.

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

Fig. 109| Piso do Centro Geriátrico recuado , permitindo assim maior permanência .

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 110| A relação entre o auditório e a praça

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 111| A fachada como zona de estadia.

Fonte: Corte elaborado pela autora 2018

Fig. 112| A relação entre o edifício e o pátio

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 113| Espaço de circulação como zona de estar

Fonte: Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 114| A relação entre o edifício e o pátio | As varandas como espaço intermédio | Floreiras que separam as varandas

Fonte: Corte elaborado pela autora 2018

Fig. 115| Planta esquemática das habitações propostas

Fonte: Planta elaborada pela autora 2018

01 | INTRODUÇÃO

1.1 | ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

1.2 | OBJETIVOS

1.3 | METODOLOGIA

1.4 | ESTRUTURA DO TRABALHO

1.1 | ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver o projeto de um equipamento coletivo para idosos que seja objeto de estudo das questões relativas aos espaços de transição. Estes assumem especial importância porque podem ser elementos chave na interação e no contacto social entre as pessoas, assim como na preservação da privacidade e individualidade de cada utilizador. Este tema surge da necessidade de conceber um espaço coletivo que evite o isolamento e a solidão principalmente da população envelhecida.

Para o presente projeto, selecionou-se como área de intervenção a cidade de Barreiro, mais precisamente a zona de Alburrica. O Barreiro, à semelhança de outras cidades, apresenta um grande envelhecimento populacional e a falta de resposta a nível de equipamentos. Tendo em consideração esta realidade, este trabalho desenvolve o projeto de um Centro Multifuncional destinado a idosos, assim contribuindo para a requalificação da zona de Alburrica.

Em suma, a arquitetura e o urbanismo são elementos fundamentais para a correlação entre a população sénior e a sociedade a partir de um elemento coeso que articule todos os aspetos acima referidos, de modo a proporcionar melhor Qualidade de Vida aos idosos.

1.2 | OBJETIVOS

Tomando como ponto de partida a situação atual do Barreiro pretende-se como principal premissa conseguir através de uma proposta, a integração da população excluída com a restante. Nesta perspetiva, a proposta apresenta dois objetivos, que estão articulados entre si.

Em primeiro lugar, pretende-se (re)qualificar a zona de Alburrica como espaço exterior dinâmico e multifuncional que promova maior inter-relação entre os residentes e também maior contacto com a natureza. O espaço exterior deverá ser desenhado com base nos princípios de Design Inclusivo. Ao mesmo tempo, a natureza deverá estimular todos os sentidos e proporcionar melhor qualidade de vida da população.

Em segundo lugar, desenvolver um espaço flexível que se adapte às diferentes necessidades do idoso ao longo dos anos. A proposta primeiramente deverá compreender as diferentes exigências do utilizador, nomeadamente a nível de conforto, saúde, segurança, assim como proporcionar vivências com a sociedade. O ambiente residencial deverá transmitir a sensação de casa, evitando assim um carácter institucional. O espaço de transição deverá ser projetado como um espaço polivalente que promova a inter-relação entre os residentes, ao mesmo tempo deverá proporcionar maior nível de privacidade.

1.3 | METODOLOGIA

Para atingir os objetivos acima referidos dividiu-se a metodologia em quatro etapas.

A primeira etapa compreende o enquadramento teórico relativamente aos principais conceitos na temática da terceira idade a partir da compreensão social, física e psicológica. Através da pesquisa bibliográfica e análise da mesma e, ainda complementando com as visitas às residências, pretende-se compreender e interligar todos estes conceitos. Ainda nesta etapa, efetua-se a recolha de bibliografia, de cartografia e de documentos com objetivo de compreender melhor a história e a memória do lugar.

Na segunda etapa, a partir da recolha e da análise bibliográfica de diversos autores, pretende-se dar maior ênfase aos conceitos do espaço de transição relacionando os com a temática do utilizador idoso.

Na terceira etapa selecionam-se os casos de estudo, nacionais e internacionais, relacionados com os conceitos analisados para servirem de base à componente prática do presente trabalho.

Na última etapa integram-se os conceitos teóricos com o desenvolvimento do projeto de arquitetura de modo a desenvolver um espaço público e um Centro Multifuncional Sénior apoiados nos princípios analisados.

1.4 | ESTRUTURA DO TRABALHO

A corpo do trabalho de trabalho Final de Mestrado apresenta duas componentes: a teórica e a prática. A componente teórica organiza-se em quatro partes:

A primeira parte corresponde ao capítulo “Espaços de transição: o domínio público e privado”, que se divide em três momentos. Primeiramente, desenvolve-se a introdução dos espaços de transição. Num segundo momento, na perspectiva de Christopher Alexander e Serge Chermayeff os espaços de transição desempenham a função de controlo de privacidade. Posteriormente, segundo as visões de Herman Herzberger e de Aldo Van Eyck, as zonas de transição devem ser entendidas como elemento intermédio que servem de estímulo social.

A segunda parte compreende o capítulo “Vivências no Espaço Público” baseada na teoria de Gehl sobre a importância de conceber espaços públicos humanizados e que sejam vivenciados pelas pessoas, e ainda se apresentam soluções para gerar espírito de comunidade.

Na terceira parte, através de Contexto e Ambientes, apresenta-se a síntese do contexto sociodemográfico a nível nacional, assim como a evolução histórica das instituições para os idosos. Seguidamente, apresentam-se as principais premissas do conceito de Envelhecimento Ativo. E ainda neste capítulo, destacam-se os princípios de Vitor Regnier desenvolvidos no livro *“Assisted Living”* que devem ser adaptados na conceção das residências assistidas.

Na quarta parte, o capítulo “Casos de Estudo” apresentam-se e sintetizam-se os casos de referência seleccionados que argumentam as teorias estudadas.

Todos os capítulos da componente teórica apresentam uma síntese que serve de ponto de partida para a componente prática.

A parte prática apresentada a partir do capítulo “Proposta de Intervenção”, desenvolve inicialmente a contextualização da zona de intervenção, e destacando as problemáticas existentes. Posteriormente, apresenta-se o programa geral e desenvolve-se a proposta do espaço urbano e projetual, tendo com base os conhecimentos adquiridos.

Por fim, desenvolve-se “Considerações Finais” onde se apresentam as conclusões deste trabalho Final de Mestrado a partir da articulação da componente prática com a teórica.

02 | ESPAÇO DE TRANSIÇÃO: O DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO

- 2.1 | ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO EM ARQUITETURA
- 2.2 | PRIVACIDADE NA HABITAÇÃO
- 2.3 | ESPAÇO DE TRANSIÇÃO COMO ESTÍMULO SOCIAL
- 2.4 | IDENTIDADE NOS ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO
- 2.5 | SÍNTESE

2.1 | OS ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO EM ARQUITETURA

O conceito “espaço de transição”, incide fundamentalmente nas zonas de circulação, que são os espaços de interligação entre os espaços públicos e os espaços privados, como por exemplo, corredores, átrios e galerias. Estes espaços funcionam como um elemento articulador entre diferentes compartimentos, e é um elemento fundamental em arquitetura. No entanto, no decorrer do período moderno, deu-se primazia ao espaço fluido em detrimento de espaços seccionados e os espaços de transição perderam a sua preponderância.

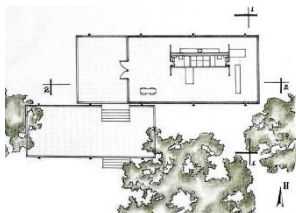


Fig.1 e 2| Exemplo da Planta
Livre | Casa Farnsworth | Mies
Van der Rohe | 1946-1950

A partir dos meados do século XX o conceito dos espaços de transição foi retomado e abordado de formas diversas, através das teorias do Serge Chermayeff, Christopher Alexander, Herman Hertzberger e Aldo Van Eyck.

Os autores Christopher Alexander e Serge Chermayeff apresentam uma extrema preocupação em separar de forma rígida os diferentes ambientes, de modo a garantir maior privacidade dos espaços dos agentes exteriores.

Em oposição, Herman Hertzberger e Aldo Van Eyck entendem que as diferentes áreas devem ser articuladas por um espaço intermédio, de forma a que a transição entre o domínio público e o privado deve ser efetuada de forma ténue. Os autores defendem a importância que os espaços de transição têm para estimular a comunicação entre os indivíduos.

Assim, as zonas de transição não devem ser encaradas somente como espaços de passagem, podendo incorporar diferentes usos

e vivências. Em termos concretos, dando alguns exemplos, um corredor com dimensões consideravelmente amplas pode desempenhar a função de um espaço polivalente, da mesma forma que as antecâmaras de entrada para as habitações podem ser utilizadas como uma zona de estadia.

2.2 | PRIVACIDADE NA HABITAÇÃO

Ao longo do tempo, a noção e a necessidade de separação de diferentes domínios tem vindo a alterar. No século XIX a principal preocupação era a separação do tráfego automóvel. Já em 1922, Le Corbuser apresenta o projeto “Le Ville Redieuse” que tinha como principal fundamento o planeamento da cidade zonificada. Mais tarde, este conceito está presente na Carta de Atenas no CIAM, que consistia na definição das diferentes funções em zonas separadas, constituindo assim zonas habitacionais, de lazer, de trabalho, de circulação com intuição de melhorar o funcionamento da cidade. Este princípio de organização espacial da cidade foi adotado pelos autores Chermayeff e Alexander.

Segundo os autores do livro “Comunidad y Privacidade”, o desenvolvimento das cidades industrializadas, o uso exagerado de automóvel e de novas tecnologias, a poluição sonora assim como a desorganização do espaço urbano, causam ambientes ameaçadores ao bem-estar humano. Ao mesmo tempo, põe em questão *“a privacidade, como um composto de retiro, independência, solidão, quietude, contemplação e concentração.”*¹

Os invasores a esta privacidade dividem-se em duas perspetivas, os fatores externos como a invasão dos estranhos e o barulho dos automóveis, e os fatores internos como o som da televisão e a invasão dos outros membros da família.

¹ ALEXANDER, C.; CHERMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidade*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p. 75

O principal objetivo que está presente no livro, por um lado é alertar sobre as consequências da má organização urbana e arquitetônica que se traduzem negativamente na privacidade dos indivíduos. Por outro lado, anunciar algumas estratégias que possam proporcionar privacidade necessária para promover o bem-estar de cada indivíduo.

Para os autores *“deve permitir-se que cada tipo de experiência possa desenvolver-se por si mesma, em condições especiais, claramente definidas, e inclusive fisicamente separadas das outras experiências.”*² Por outras palavras, as atividades devem ser realizadas em zonas distintamente articuladas e corretamente estruturadas, ou seja, deve existir uma clara separação entre diferentes domínios. Ao mesmo tempo, os diversos espaços devem apresentar uma clara hierarquia tendo em conta a sua importância e a dimensão.

Neste sentido, os espaços de transição representam um papel fundamental, uma vez que funcionam como uma barreira física contra o ruído e poluição, assim como garantem maior privacidade. Os autores definem estes espaços como uma zona de “válvula”:

*“A condição de que a integridade de cada um dos domínios adjacentes deve ser preservada a todo o momento, apesar do trânsito que tem lugar entre eles, evoca de imediato a imagem familiar da exclusão que separa dois níveis de água distintos ou da válvula que permite a passagem entre duas zonas onde a pressão do ar é diferente.”*³

Com intuito de garantir o isolamento e um controlo das passagens é necessário uma divisão entre o espaço mais público e o espaço mais privado. Assim, a “válvula” funciona como uma

² ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p. 124

³ ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p.229

antecâmara que divide os dois momentos diferentes, o público e o privado. Ao mesmo tempo, permitem uma consciencialização do utilizador da mudança de ambiente.

“A integridade de cada espaço, a preservação das suas características ambientais e cuidadosamente especificadas dependem dos elementos físicos que subministram a separação, isolamento, acesso e passagem controlados de um domínio ao outro.”⁴

Os autores destacam três exemplos de utilização de antecâmara, a primeira na unidade de esterilização do hospital que impede a entrada de microrganismos (Fig.3); a segunda na entrada do quarto de hotel que desempenha a função isolamento acústico do barulho do corredor (Fig.4); e por último na entrada num santuário que, para além de isolar acusticamente e visualmente, funciona como um ato ritual na transição para um espaço sagrado (Fig.5). Em cada exemplo, o espaço de transição desempenha uma função específica, ou seja, mais do que mera passagem. Contudo, o primeiro exemplo apresenta somente uma função, enquanto os outros dois podem ter outro uso como por exemplo uma zona de vestir.

Focando o pensamento nas unidades habitacionais, a partir do exemplo que os autores destacam, a casa com pátio (Fig.6), é perceptível nesta tipologia a clara separação dos espaços, através dos pátios que separam as diferentes áreas privadas, o quarto das crianças e dos adultos. Todos os quartos possuem um pátio privado que serve de elemento de transição entre o interior e o exterior, e um espaço “válvula” que funciona em simultâneo como uma zona de isolamento e uma zona de vestir. No espaço central da casa, localiza-se a cozinha, que funciona igualmente como uma sala de estar onde se reúnem todos os membros da família. Para além dos pátios, os corredores também

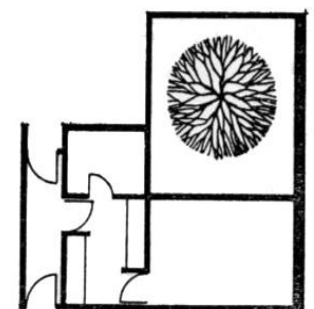
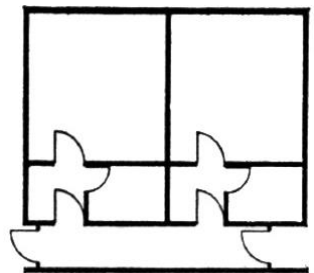
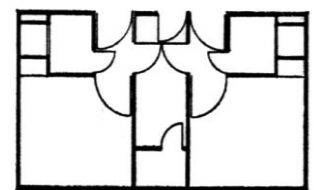


Fig.3 | Hospital: Antecâmara de uma unidade de Esterilização.

Fig.4 | Hotel: Antecâmara de um quarto.

Fig.5 | Casa com Pátio: Antecâmara de um santuário íntimo.

⁴ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p.229

desempenham a função da “válvula”, pois dividem os espaços e garantem maior nível de privacidade. Contudo, a transição nesta habitação é pouco fluída e isto pode afetar negativamente a comunicação entre os membros da família.

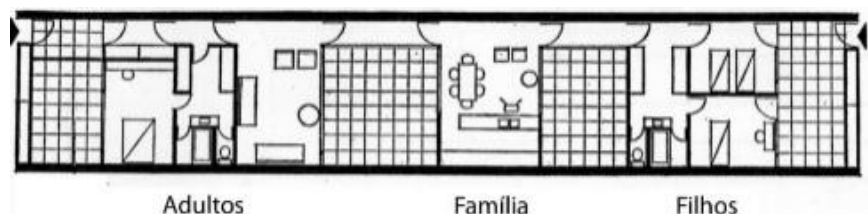


Fig.6 | Casa com pátio, Harvard, Robert Reynolds e Chermayeff

No mesmo âmbito, os autores sugerem que é necessário proteger os espaços exteriores privados, os pátios, utilizando os muros altos de modo a isolar do ruído e da poluição vinda da rua (Fig.7). *“chegada protegida, espaço para estar de pé, protetor em relação à sujidade que se acarreta desde a rua.”*⁵

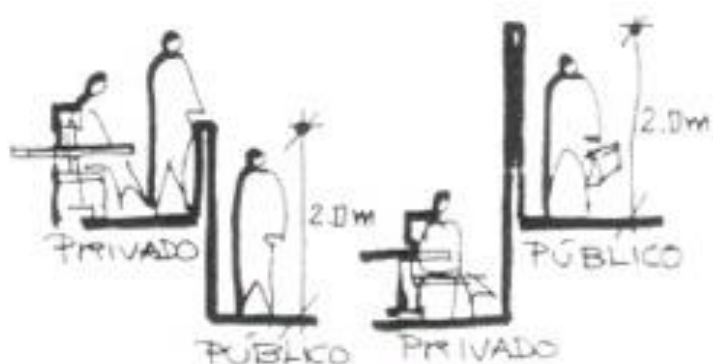


Fig.7 | Muro como elemento de divisão entre domínios diferentes

utro elemento físico que constitui a divisão de espaços é a porta, que por um lado controla as passagens dos indivíduos e da luz e por outro impede a intrusão visual e sonora. Este elemento caracteriza o espaço contribuindo para o seu nível de privacidade, a partir da sua opacidade. Assim sendo, nas zonas que necessitam de maior nível de privacidade, as portas devem ser completamente opacas, mas nas zonas em que o caráter do espaço for mais público, as portas com alguma transparência

⁵ ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p.164

podem permitir ao usuário uma visualização do que está a acontecer no interior, funcionando assim, como um elemento convidativo.

Segundo Alexander Christopher e Serge Chermayeff, as portas de entrada para as habitações não devem localizar-se uma ao lado da outra, para que não haja uma intrusão visual no espaço privado

Em síntese, os autores apresentam uma extrema preocupação em proteger os espaços das habitações dos barulhos e intrusões do exterior. Em termos práticos, a criação de zonas “válvula” permitem preservar a privacidade e a intimidade, assim como conscientizar o indivíduo da mudança do ambiente. Por outro lado, a excessiva preocupação de definição dos diferentes domínios pode afetar negativamente a relação entre os indivíduos, uma vez que esta rígida divisão dos espaços apresenta falta de oportunidades de encontro.

2.3 | ESPAÇO DE TRANSIÇÃO COMO ESPAÇO SOCIAL

Em oposição ao Alexander e Chermayeff, Herman Hertzberger critica a divisão entre o coletivismo e o individualismo que existe na sociedade atual. O coletivismo, incide sobre a sociedade na totalidade, não a definindo como um conjunto de indivíduos, enquanto que o individualismo, relaciona o indivíduo somente com ele próprio, em que este pode viver sem convivência com os outros. A ausência de equilíbrio entre estes dois pólos extremos contribui para o isolamento social e a ausência de comunicação entre os indivíduos.

O autor, em *“Lições de Arquitetura”*, afirma que *“o primeiro passo deve ser a destruição de uma falsa escolha: a escolha entre o “individualismo” e o “coletivismo””*⁶, ou seja, é

⁶ HERZBERGER, H. (2006) *Lições de Architectura*, São Paulo. Martins Fontes, p.13

fundamental estabelecer uma comunicação entre estes dois universos a partir do elemento intermédio.

Herman Hertzberger interliga o domínio público e o domínio privado com o espaço intermédio, que por sua vez estabelece uma relação entre o coletivo e o individual. Para isso, é importante perceber a distinção entre o domínio público e o domínio privado.

O espaço de domínio público, pode ser acessível a qualquer indivíduo e desse modo *“a responsabilidade pela sua manutenção é assumida coletivamente”*⁷, ou seja, por todos. No espaço de domínio privado a entrada e a sua utilização são limitadas, e dessa forma a responsabilidade da preservação e da manutenção do espaço é assumida pelos seus utilizadores.

O espaço intermédio que o autor estabeleceu, pode pertencer aos dois domínios, ou seja pode ser considerado como um lugar semipúblico ou semiprivado, com estes conceitos a seguirem o mesmo princípio referido anteriormente. *“(…) quer ao domínio público quer ao privado, são igualmente acessíveis a ambos os lados, que o “outro” também possa usá-lo.”*⁸

Herman Hertzberger, ao contrário dos autores Alexander e Chermayeff, opõe-se a divisão rígida entre o espaço público e o privado. Neste sentido *“devemos aproveitar todas as oportunidades possíveis para evitar uma separação rígida entre habitações e para estimular o que resultou do sentimento de participação em algo que nos é comum.”*⁹. Nesta perspetiva, o espaço de transição deve estimular o convívio entre os indivíduos.

⁷ HERZBERGER, H. (2006) *Lições de Arquitectura*, São Paulo. Martins Fontes, p.13

⁸ HERZBERGER, H. (2006) *Lições de Arquitectura*, São Paulo. Martins Fontes, p.14

⁹HERZBERGER, H. (2006) *Lições de Arquitectura*, São Paulo. Martins Fontes, p.54

Aldo Van Eyck, que segue a mesma lógica de Herman Hertzberger, também refere que não deve existir uma separação entre o público e o privado, para que o indivíduo não se sinta “divido ao meio” perante a escolha do ambiente. Para o autor os diferentes domínios devem ser vistos como espaços complementares e desse modo concebe o conceito “in-between”, o lugar de intervalo que relaciona o espaço público e o espaço privado.

Para Herman Herzberger a entrada de casa, nomeadamente a porta, o alpendre, os degraus e a soleira são elementos que unem dois mundos adjacentes, a casa como um domínio privado e a rua como domínio público. O espaço onde dois domínios se sobrepõem, suavizando assim a transição de diferentes ambientes.



Fig.8 | Entrada de casa como local seguro

“A criança sentada no degrau em frente à sua casa está suficientemente longe da sua mãe para se sentir independente, para sentir a excitação e a aventura do grande desconhecido. Mas ao mesmo tempo, sentada no degrau que é parte da rua bem como da casa, sente segurança por saber que a sua mãe está por perto. A criança sente-se em casa e ao mesmo tempo no mundo exterior (...), o lugar por direito próprio (...) onde dois mundos se sobrepõem mais do que uma rígida demarcação.”¹⁰ (Fig.8)

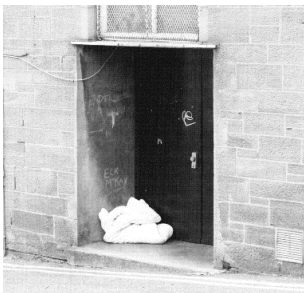


Fig. 9, 10, 11. As diversas atividades junto a porta

Ambos os autores enfatizam a porta, porque para além de servir como um elemento de divisão de ambientes, também funciona como um espaço intermédio, pois *“uma porta é um lugar feito para uma ocasião.”*¹¹. Em termos práticos, este espaço pode ser um ponto de encontro que permita uma conversa simples e ocasional entre as pessoas, incentivando o contacto social, ou então funcionar simplesmente como um espaço de junção entre fumadores. Nos casos em que este possua profundidade, pode servir como um abrigo contra a chuva ou vento, ou fomentar outras atividades como atuações de músicos de rua (Fig.9, 10 e 11).

Para além da porta, outros elementos arquitetónicos, como os muros, os degraus, os parapeitos, que possam servir de assentos informais, suscitam o convívio e proporcionam uma estadia mais prolongada. Apesar de não ser possível definir a priori uma utilização específica para estes elementos, é importante que o arquiteto tenha uma visão mais ampla e ofereça estas oportunidades de convivência e de apropriação.

Nesta perspetiva, o espaço intermédio pode oferecer enumeras oportunidades para encontros ocasionais entre os indivíduos, sem grandes exigências e de forma descontraída. Assim, ao

¹⁰ HERTZBERGER, H. (2006). *Lições de Arquitetura*, São Paulo. Martins Fontes, p.32

¹¹ HERTZBERGER, H. (2006). *Lições de Arquitetura*, São Paulo. Martins Fontes, p.96

promover contacto informal, estimula a convivência e a socialização.

“Para que o contacto se possa estabelecer espontaneamente, é indispensável uma certa informalidade, um certo descompromisso. É a certeza de que podemos interromper o contacto ou retirarmo-nos quando quisermos que nos encoraja a prosseguir.”¹²

Em suma, na visão de Herman Hertzberger e Aldo Van Eyck o espaço de transição não deve ser somente de passagem, mas deve incentivar a sua apropriação e suscitar a convivência entre as pessoas (Fig.12,13,14 e 15).

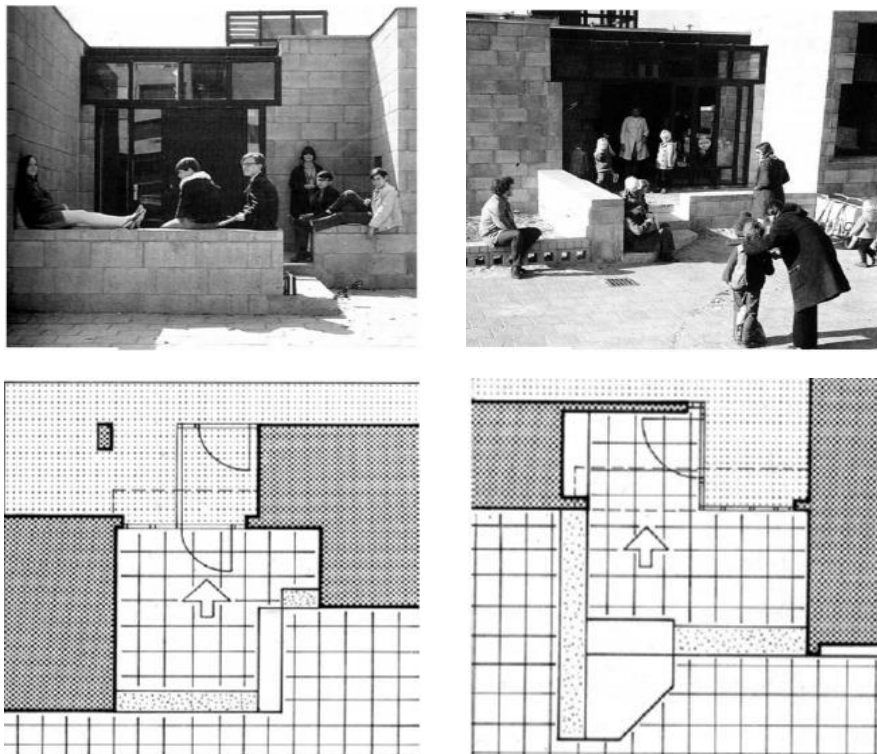


Fig. 12, 13, 14 e 15 Apropriação do espaço junto a entrada da escola Montessori, utilizando os muros e os degraus como assentos informais

¹² HERTZBERGER, H. (2006). *Lições de Arquitetura*, São Paulo. Martins Fontes, p.178

2.4 | IDENTIDADE NOS ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

“Quanto mais influência pudermos exercer pessoalmente sobre as coisas à nossa volta mais nos sentiremos emocionalmente envolvidos com elas, mais atenção lhes daremos e mais inclinados estaremos a tratá-las com cuidado e amor.”¹³

Para que o indivíduo se identifique com o espaço é importante que no ambiente existam elementos pessoais. A influência do indivíduo na concepção do espaço que o envolve, causa o sentimento de responsabilidade e de identidade. Como acontece no domínio privado, nomeadamente nos apartamentos e quartos, em que o ambiente transmite a individualidade do utilizador, também no espaço de transição deve ser transmitida a identidade de um conjunto de habitantes. Desse modo é importante que o espaço ofereça esta oportunidade porque *“cada usuário será capaz de reagir a ele à sua própria maneira, interpretando o de modo pessoal para o integrar no seu ambiente familiar.”¹⁴*

O espaço deve possibilitar a oportunidade para o indivíduo demonstrar o seu carácter e a sua individualidade permitindo a sua personalização através da utilização de elementos decorativos, como plantas, vasos, quadros, etc. e também da incorporação de pequenas peças de mobiliário como uma estante ou uma cadeira. Desse modo, o espaço torna-se mais humanizado e mais vivenciado. Para além disso, este ambiente pode incentivar uma conversa ocasional, a partir de elementos que suscitam curiosidade e interesse, “este vaso é muito interessante, onde comprou?”.

¹³ HERTZBERGER, H. (2006). *Lições de Arquitetura*, São Paulo. Martins Fontes, p.93

¹⁴ HERTZBERGER, H. (2006). *Lições de Arquitetura*, São Paulo. Martins Fontes, p.170

Para proporcionar maior vivência entre os indivíduos, os espaços de caráter mais público, como os átrios, as salas de estar ou os pátios podem ser decorados e personalizados em comunidade.

Na mesma lógica, Christopher Alexander também destaca a importância da participação dos utilizadores no desenvolvimento do projeto. Sendo que, a principal premissa de uma boa arquitetura é responder às necessidades e às expectativas humanas, oferecendo oportunidade e liberdade da expressão individual.

Conclui-se que, é importante que os espaços públicos ou privados possuam identidade, personalidade e marcas dos próprios usuários.

2.5 | SÍNTESE

O princípio que os autores Chermayeff e Alexander descrevem no livro “Comunidad y privacidad” baseia-se em preservar a integridade e características específicas de cada espaço. Segundo os autores é necessário clarificar a distinção entre o domínio público e o domínio privado a partir do elemento transitório. Esta transição é definida como espaço “válvula”, onde se isola e conscientiza o utilizador para a mudança de ambiente.

Em contrapartida, os autores Herman Herzberger e Aldo Van Eyack referem que não devem existir fronteiras rígidas entre o domínio público e o privado, uma vez que existe sempre espaço intermédio que suaviza esta transição. Na perspetiva destes autores, os espaços de transição devem estimular a comunicação entre os indivíduos a partir de encontros informais.

Em instituições residenciais estes conceitos adquirem particular relevância. Em primeiro, a privacidade, nomeadamente visual e auditiva devem estar presentes, principalmente, nos espaços

mais privados como os quartos. Em segundo, os espaços devem possibilitar aos residentes a decoração através dos seus objetos pessoais, dando assim, um ambiente mais familiar e com acentuação da sua própria identidade. Por último, os espaços de transição devem motivar uma interação e uma comunicação entre os residentes.

Em suma, o espaço de transição não só deve proporcionar a privacidade dos espaços, mas também deve estimular o convívio entre os indivíduos.

03 | VIVÊNCIA NO ESPAÇO PÚBLICO

3.1 | VIVENCIAR O ESPAÇO PÚBLICO EM COMUNIDADE

3.2 | A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO INTERIOR E EXTERIOR

3.3 | A RUA DE CONVIVÊNCIA

3.4 | SÍNTESE

3.1 | VIVENCIAR O ESPAÇO PÚBLICO EM COMUNIDADE

*“A rua deixou de ser um passeio no qual amigos e vizinhos podem manter práticas amáveis e converteu-se numa artéria de serviços pela qual circulam perigosos caminhões e veículos mal cheirosos, cheios de pessoas estranhas. Já não é mais um lugar onde pode brincar uma comunidade de crianças ou passear um casal de namorados. Não é adequada nem sequer para um cão. O conflito não é resolvido entre peões e veículos faz dela um lugar ineficiente e antiquado”.*¹⁵

A invasão dos automóveis gerou uma desordem nas cidades, e por consequência as ruas deixaram de ser vivenciadas pelos humanos. Nesta abordagem, na obra *“Comunidad y privacidad”*, os autores destacam a importância da requalificação do espaço urbano dando maior prioridade às pessoas, em vez aos veículos motorizados. Para que a rua seja habitada pelas pessoas, primordialmente o sistema viário deve ser hierarquizado e possuir espaços próprios para peões. Posteriormente, é necessário a existência de espaços que permitam a permanência que pode ser estimulada através de locais que possuam assentos, sombra, iluminação, e excelentes relações visuais.

*“Se a cidade é o lugar de encontro por excelência, mais que quantidade e qualidade do espaço público pedonal determinam a qualidade urbana de uma cidade”*¹⁶

¹⁵ ALEXANDER, C.; CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión p. 91

¹⁶ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.7

Jan Gehl no seu livro *“A vida entre edifícios”* divide as atividades que decorrem no espaço urbano em 3 categorias: atividades necessárias, atividades opcionais e atividades sociais.

As primeiras apresentam um caráter obrigatório para os indivíduos, nomeadamente ir as compras, ir à escola ou ao local de trabalho.

As atividades opcionais são motivadas pela própria pessoa, ou seja, derivam da vontade de cada um, como por exemplo, passear, correr ou simplesmente relaxar no espaço urbano. Este tipo de atividade ocorre quando as condições atmosféricas são favoráveis e também, quando o lugar é agradável e estimulante.

As atividades sociais consistem na interação entre as pessoas, e estas tanto podem acontecer no espaço interior como no espaço exterior. Para que este tipo de atividade se desenrole é necessária a permanência de pelo menos duas pessoas no mesmo espaço e pode apresentar diferentes características dependendo do contexto e da situação onde ocorrem. Ou seja, o contacto entre as pessoas pode ser ou mais superficial ou mais íntimo. No entanto, para se desenvolver convivências entre as pessoas é necessário criar condições favoráveis, e neste sentido a arquitetura e o planeamento urbano desempenham o papel fundamental.

Resumindo as atividades sociais dependem da capacidade de que um lugar tem de atrair pessoas e isso só é possível através da criação de espaços públicos com qualidade (Fig.17).



Fig. 16 | Espaço público restrito ao trânsito automóvel – prioridade a peões

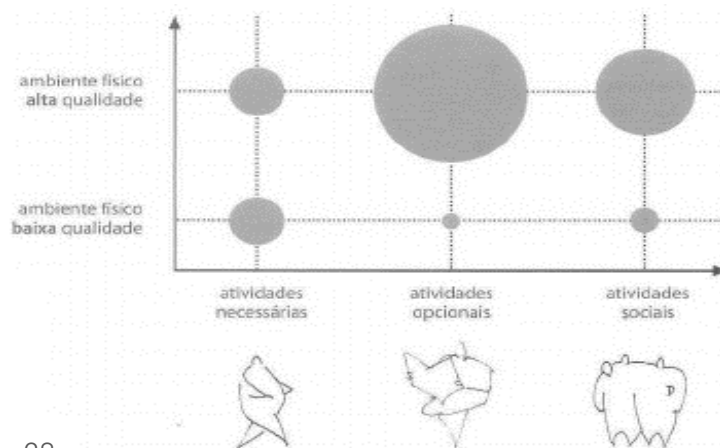


Fig. 17 | Relação entre a qualidade do espaço exterior e as

O autor divide a relação entre as pessoas em diferentes graus de intensidade, nomeadamente, o contato passivo, o contato casual, conhecidos, amigos e amigos íntimos. O espaço público é importante no desenvolvimento de laços entre as pessoas.

“A vida entre os edifícios oferece a oportunidade de estar com outros de um modo relaxante e cómodo”¹⁷

Em contrapartida, se o espaço público não proporcionar condições necessárias para realização de atividades, a possibilidade de desenvolver qualquer tipo de contacto reduz-se.

Jan Gehl, autor do livro *“A vida entre edifícios”*, destaca a importância de conceber espaços urbanos mais humanizados. Neste sentido, para que o espaço público seja “vivo” tem de ser vivenciado pelas pessoas, porque *“A vida entre edifícios é fruto do número e da duração de cada um dos acontecimentos.”¹⁸*

Segundo o autor, o contacto entre as pessoas desenvolve-se de forma mais espontânea e mais informal, mas para isso é fundamental que espaço ofereça oportunidades de forma a que as pessoas possam ser vistas e ouvidas *porque “as pessoas e as atividades humanas atraem outras pessoas. As pessoas sentem-se atraídas pelas pessoas (…). Se há muita gente, ou se está a passar-se algo, a tendência é que se incorporem mais pessoas e acontecimentos, e as atividades crescem tanto em extensão como em duração (…). Passa-se algo porque se passa algo.”¹⁹* Por outras palavras, os humanos são motivados por poder ver outras pessoas.

É importante que os espaços públicos sejam baseados nos interesses e nas necessidades dos indivíduos, assim como localizados perto das habitações, para que seja possível acedê-los sem usar o automóvel.

¹⁷ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.25

¹⁸ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.25

¹⁹ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.25

A existência de atividades no espaço público assume o papel motivador para levar as pessoas a sair de casa, apresentando assim *“condições para deambular e entreter-se nesses espaços, assim como participar num amplo leque de atividades sociais e recreativas.”*²⁰

Os espaços exteriores devem ter em conta os interesses e as necessidades quer das crianças quer dos idosos, de modo a incentivar o convívio e a comunicação entre diferentes gerações. A existência de diferentes zonas e atividades, permite, por exemplo, os adultos estarem na esplanada ou os mais velhos a passear no jardim e poderem ao mesmo tempo vigiar as crianças que estão a brincar no parque infantil.

Neste sentido Aldo Van Eyck projetou cerca de 700 “playground” a partir da transformação dos vazios urbanos do Amesterdão, de forma a proporcionar o convívio entre diferentes gerações, Aldo Van Eyck incluiu em todos os “playground” um tanque de areia, mesas de jogo, bancos e uma estrutura de escalada (Fig.18,19 e 20).

A escala humana é outro fator importante na humanização do espaço e na socialização entre as pessoas. Para tal, é necessário que o espaço urbano seja pensado à escala humana que incentiva a comunicação a partir da proximidade favorável entre as pessoas, caso contrário *“se as ruas são demasiado largas e os espaços demasiado grandes, perde-se mais ou menos a oportunidade de poder ver desde um sítio, o espaço e o que se está a passar.”*²¹

No mesmo sentido, a permanência e a socialização num determinado local depende da existência das zonas de estadia. É importante que o utilizador tenha o poder de escolher, como por exemplo, posicionar-se e sentar-se num determinado local,



Fig. 18 | Playground, Amsterdam, 1954



Fig. 19 e 20 Transformação do cruzamento num “Playground”, Amsterdão, 1950 e 1960.

²⁰ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, 143

²¹ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.177



Fig. 21, 22 e 23 | Posição de assentos que promovem contacto social

sozinho ou acompanhado, ao sol ou a sombra, de frente ou de costas. Este posicionamento estratégico dos assentos pode encorajar o seu maior uso, uma vez que os bancos *“oferecem uma boa visão das atividades circundantes usam-se mais que os bancos com pouca ou nenhuma visão de outras pessoas.”*²²

A relação e posicionamento entre os bancos também podem influenciar a socialização entre os humanos, quando estes são *“colocados juntos em torno de uma mesa, como nas esplanadas dos cafés, ajudam a iniciar as conversas.”*²³ (Fig.21,22 e 23). Para além de assentos principais, os assentos “informais” como escadas, patamares com diferentes cotas, muros, etc., que são muito utilizados pelos jovens, podem estimular a permanência e convívio.

*“Só quando existem oportunidades para se sentar é que podem haver permanência de longa duração.”*²⁴

Para além da posição e da relação dos assentos, é importante que a sua concessão de se adaptar a qualquer indivíduo, tenha em conta a maior atenção aos idosos e às crianças.

Ao mesmo tempo, é fundamental que o espaço urbano ofereça segurança, conforto e proteção. Normalmente, o homem tem a tendência de se posicionar mais perto das fachadas, o “efeito de bordo”, porque por um lado, oferece uma visão perante a envolvente, e por outro, não se sente tão exposto. Gehl refere que os assentos que têm maior uso *“encontram-se nos bordos dos espaços abertos, onde as costas ficam protegidas a vista é ampla e o clima local resulta mais favorável.”*²⁵

²² GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.35

²³ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.183

²⁴ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.169

²⁵ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.171

Num espaço urbano é importante que o sentimento de comunidade seja incentivado através de uma maior comunicação entre os habitantes, motivando a comunidade no envolvimento e na contribuição individual na personalização do espaço público. Herman Hertzberger, nas Moradias Lima, desenvolveu um tanque de área comunitária, dando liberdade para os habitantes decorarem com mosaicos.

*“Uma área de rua com a qual os moradores estão envolvidos, onde marcas individuais são criadas por eles próprios, é apropriada conjuntamente e transformada num espaço comunitário.”*²⁶

Para além das zonas de estadia, os elementos naturais nomeadamente, a vegetação, o sol e a sombra determinam a estadia num lugar. Nesse sentido, o contacto com a natureza, para além de proporcionar tranquilidade e intimidade com a envolvente, pode ser estimulante para as práticas sociais. Os parques ou os jardins podem promover a realização de atividades em família, amigos, ou conhecidos, como por exemplo caminhadas organizadas, atividades ao ar livre ou piqueniques.

*“A paisagem desempenha, também um papel social. O ambiente identificado, concebido de todos, fornece material para lembranças comuns e símbolos comuns, que unem o grupo e permitem a comunicação dentro dele.”*²⁷

A qualidade do espaço público também depende da presença das árvores. Este elemento é importante para às zonas de estadia, uma vez que proporcionam sombreamento num dia de calor e também um jogo interessante entre luz e sombra.



Fig. 24 | Espaço exterior de que permite envolvimento dos residentes- plantar e regar as flores em comunidade | Almere Holanda.

²⁶ HERZBERGER, H. (2006) *Lições de Arquitectura*, São Paulo. Martins Fontes, p.43

²⁷ Lynch, K. (1990). *A imagem da cidade*. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70.p.

“Abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível são as causas mais frequentes da apropriação de espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais.”²⁸

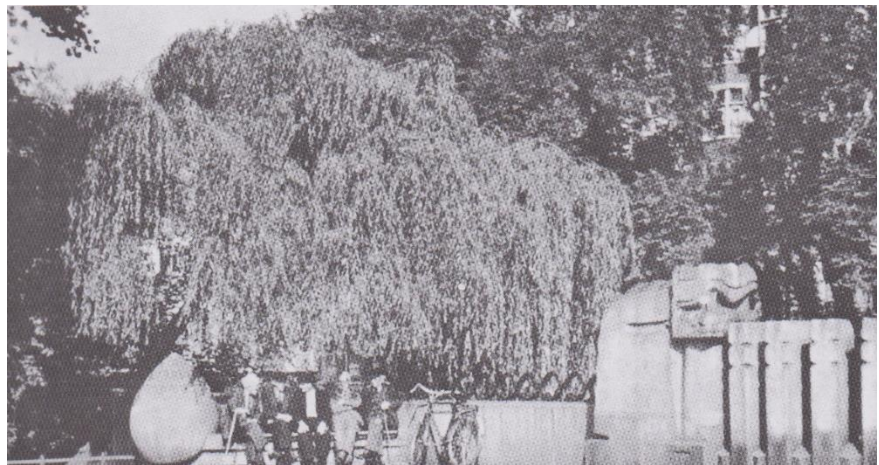


Fig. 25 e 26 | Espaço exterior de caráter permanente que permite convivência entre as pessoas.

²⁸ CULLEN, G. (2009). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70 p.25

3.2 | A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO INTERIOR E EXTERIOR

No contexto urbano, segundo Jan Gehl, os espaços de transição funcionam como ligação entre o edifício e a rua, proporcionando assim, uma passagem suave entre o exterior e o interior. Nesta perspetiva, o nível térreo do edifício deve ser desenvolvido de modo a permitir *que “as atividades desenvolvidas no interior da casa possam fluir livremente para o exterior.”*²⁹

Jan Gehl também destaca a importância das fachadas do piso térreo para a permanência e convivência, onde normalmente se localizam as esplanadas e se reúnem pequenos grupos, uma vez que *“as paredes de uma casa protegem as atividades e transmitem uma sensação de bem-estar, os espaços de transição da cidade oferecem um sentido de organização, conforto e segurança.”*³⁰ (Fig.27)

Na visão de Jan Gehl, a soleira tem um papel importante na relação do espaço público (exterior) com o espaço privado (interior), funcionando assim como um elemento intermédio. A conceção destes elementos junto a fachada permite várias possibilidades de utilização.(Fig.28 e 29)



Fig. 28 e 29 | Ocupação perto das fachadas -as colunas, os desníveis adjacentes a fachada são elementos convidativos para apropriação do espaço.

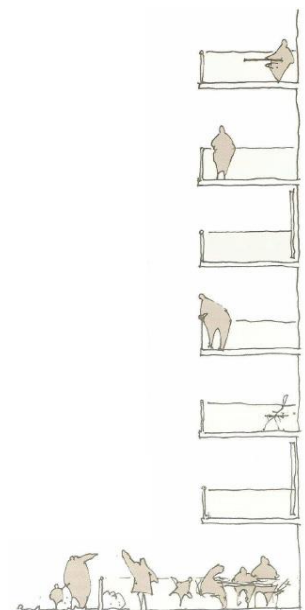


Fig. 27 | Corte que ilustra as vivências perto das fachadas

²⁹ GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, p.143

³⁰ GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva. p 75

3.3 | A RUA DE CONVIVÊNCIA

“A rua é não só uma forma de acesso, mas também uma área para expressão social.”³¹

Segundo Jan Gehl, para que a rua tenha identidade e seja vivenciada pela comunidade são necessários três fatores: um número mínimo de pessoas, condições necessárias para a permanência e a restrição do tráfego automóvel.

Em primeiro lugar, a presença de um número mínimo de indivíduos é um fator importante para o movimento de uma rua. Contudo, um grande número de pessoas nem sempre manifesta a vivência na rua e muitas das vezes a sua utilização é somente de passagem, como acontece nas ruas com fachadas cegas. Para que o local seja vivo e dinâmico, as fachadas dos edifícios têm de possuir aberturas que possibilitam a entrada e a saída, como por exemplo lojas, cafés, entre outros.(Fig.30) Assim na visão de Jan Gehl, quanto mais entradas tiver o edifício mais vivenciada será a rua.

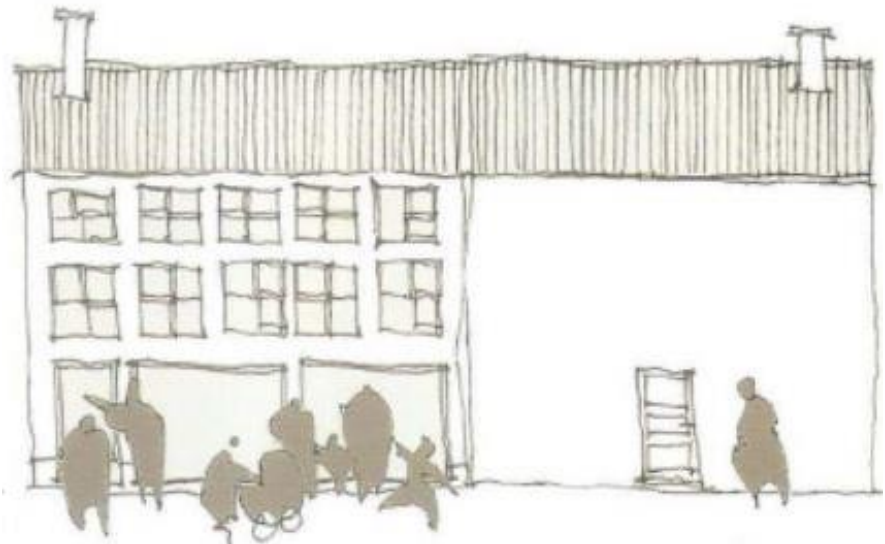


Fig. 30 | A diferença entre a fachada com várias aberturas que apresenta maior dinâmica e fachada cega, sem grande vivência.

³¹ SMITHSON, A (ed), (1974). *Team 10 primer*. Londres: MIT press, p.98

Em segundo, para além das entradas, é necessário que o local permita a permanência mais prolongada, a partir de elementos como assentos formais e informais. E, também, é importante que a rua possua uma escala mais humana, suscitando maior contacto entre os indivíduos de modo a proporcionar um sentimento de aconchego.

Por último, para que a rua seja vivenciada pela comunidade é necessário que exista restrição ao tráfego automóvel (Fig.31). Desse modo, surge o conceito da rua de convivência, que se baseia *“na ideia de que os moradores têm algo em comum, que têm expectativas mútuas, mesmo que seja apenas porque estão conscientes de que necessitam um do outro”*³².

Em suma, é fundamental devolver a rua o espírito de comunidade, local onde é possível desenvolver atividades ao ar livre, como a realização de eventos ocasionais ou refeições em comunidade.(Fig.32 e 33)

3.4 | SÍNTESE

Para que o espaço público seja vivido em comunidade é necessário que o local ofereça uma permanência segura e confortável. Existem vários fatores que determinam a estadia e o dinamismo de um lugar: os assentos formais e informais, a sombra, a restrição ao tráfego automóvel e também as aberturas nas fachadas.

A rua não deve ser utilizada somente pelos veículos motorizados, mas deve ser vista como uma sala de estar exterior de convívio entre as pessoas.

No espaço público, o usuário também deve ter a possibilidade de personalizar e de contribuir para o espaço mais humanizado, tendo em conta a sua individualidade.



Fig. 31 | A rua dinâmica junto a fachada com várias aberturas, restrita ao trânsito automóvel



Fig. 32 e 33 | A rua de convivência, onde decorrem diversas atividades em comunidade., Copenhaga

³² HERZBERGER, H. (2006) *Lições de Arquitetura*, São Paulo. Martins Fontes, p.53

04 | CONTEXTO E AMBIENTES

4.1 | ESTUDO DA POPULAÇÃO

4.1.1 | ENVELHECIMENTO COLETIVO NO CONTEXTO PORTUGUÊS

4.1.2 | O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO INDIVIDUAL

4.1.3 | ENVELHECIMENTO ATIVO

4.2 | HABITAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE

4.2.1 | EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA TERCEIRA IDADE

4.3 | HABITAÇÃO COLETIVA EM PORTUGAL

4.4 | HABITAÇÃO PRIVADA “AGING IN PLACE”

4.1 | ESTUDO DA POPULAÇÃO

“O envelhecimento estender-se-á a todo o país nas próximas décadas, em momentos e com ritmos de mudança diferenciados, tornando-se o ritmo mais lento à medida que a população idosa reforça a sua importância na população total.”³³

O envelhecimento é algo irreversível nos seres humanos, numa sociedade em que a esperança média de vida continua a aumentar e a natalidade tende a decrescer. O fenómeno do envelhecimento populacional é uma questão multifacetada, acarretando problemas sociais e económicos. Ao abordar esta temática, para melhor compreensão, torna-se importante destacar que o envelhecimento tem duas vertentes distintas: o envelhecimento individual e coletivo. Estas duas vertentes fazem parte integrante um do outro, relacionando-se entre si.

4.1.1 | ENVELHECIMENTO COLETIVO NO CONTEXTO PORTUGUÊS

O envelhecimento coletivo divide-se em dois contextos: o envelhecimento demográfico e o envelhecimento da sociedade.

O envelhecimento demográfico é o paradigma que marca o século XXI, tendo maior impacto nos países desenvolvidos. Segundo o INE este fenómeno é considerado como *“um dos fenómenos demográficos mais preocupantes nas sociedades*

³³ Carrilho, M.J; Gonçalves, C. (2004) *Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001*. Lisboa: INE

modernas”.³⁴ Esta problemática crucial implica novas mudanças à sociedade, ao nível social, político e também económico. *“o verdadeiro problema das sociedades envelhecidas não está tanto no envelhecimento da sua população, mas no que as sociedades não mudaram desde que começaram a envelhecer”* ³⁵

Este fenómeno é derivado, por um lado pelo aumento da esperança média de vida, que se reflete na redução da mortalidade, fruto de progressos científicos, médicos e tecnológicos. Por outro lado, pela diminuição de natalidade, igualmente influenciada pelo desenvolvimento da sociedade, assim como pela participação da mulher no mercado de trabalho.

Já o idealismo do envelhecimento é derivado de suposições negativas da sociedade, como é referido pela autora do livro *“O envelhecimento da Sociedade Portuguesa”* *“(…) uma sociedade deprimida, que se sente” ameaçada “com a sua própria evolução etária e com as mudanças que em si acontecem.”*³⁶

Atualmente, Portugal representa maior índice de envelhecimento (153,2% em 2017)³⁷ e é considerado *“um dos países mais envelhecidos do espaço europeu e, como tal, do mundo”*³⁸

Através da observação do gráfico de evolução da população residente em Portugal, entre 1990 e 2016, constatamos que, a proporção da população jovem está em constante diminuição, passa de 20.4% para 14.1 % (Gráfico 1). No mesmo momento em que o grupo da população idosa (pessoas com 65 ou mais) está a aumentar, subiu de 13.4% para 20.9%. É importante destacar que a partir do ano 2000, o número da população idosa

³⁴ INE 2012:22

³⁵ Rosa, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.14

³⁶ Idem, p.24

³⁷ Pordata.pt. (2018). PORDATA - Indicadores de envelhecimento. [online] Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526> [Consultado 9 Ago. 2018].

³⁸ Rosa, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.16

transcende o número de jovens. Como resultado, este desequilíbrio entre as faixas etárias provoca uma tendência de envelhecimento populacional.

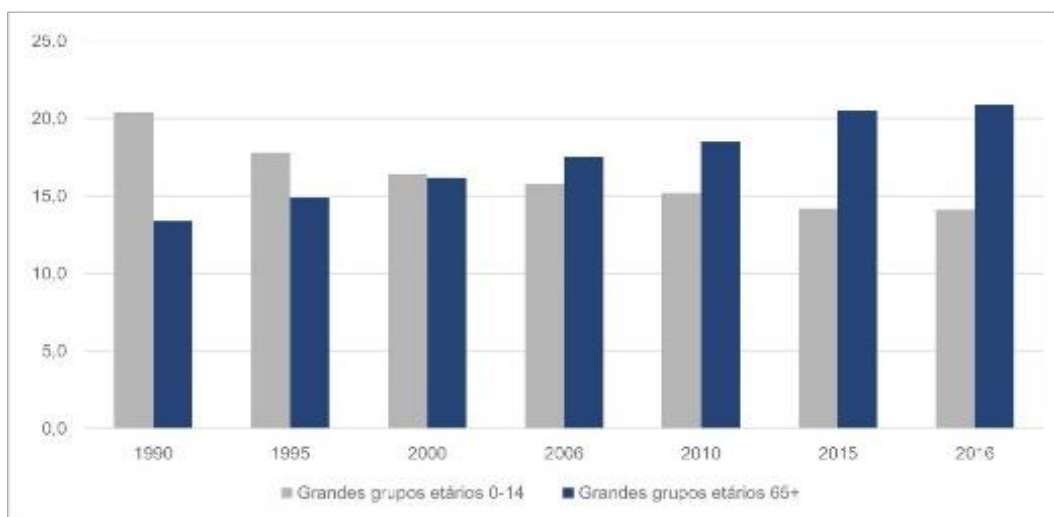


Gráfico 1 | Evolução da proporção da população jovem e idosa em Portugal em (%)

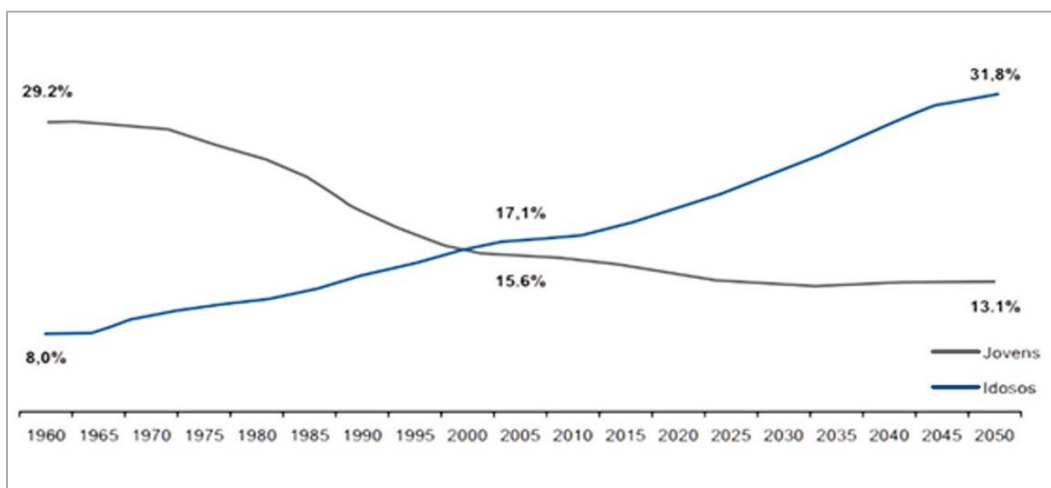


Gráfico 2 | Evolução da proporção da população jovem e idosa no total da população (%), Portugal, 1960 – 2050

A par do duplo aumento da população sénior em 40 anos, as projeções demográficas permanecem negativas, estima-se que em 2050 os idosos representarão cerca de 32% da população total, ou seja, mais 11 % da proporção atual. Ao mesmo tempo, projeta-se o decrescimento da população jovem para 13.1 %.(Gráfico 2)

Paralelamente, destaca-se o aparecimento do novo grupo etário, a “quarta-idade”, idosos com idade superior a 80 anos. Em Portugal desde 1971 até aos dias de hoje, o número dos idosos com idade superior a 80 anos aumentou 4 vezes.

Perante esta panorama, é importante uma nova reflexão por parte de sociedade e deve ser visto como uma oportunidade e um desafio para diversas áreas. Neste contexto, o Urbanismo e a Arquitetura têm um papel fundamental para proporcionar melhor Qualidade de Vida às pessoas idosas

4.1.2| O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO INDIVIDUAL

Segunda Rosa, o envelhecimento individual é caracterizado pelo envelhecimento cronológico e pelo envelhecimento biopsicológico.

O primeiro, envelhecimento cronológico, deriva da idade, é um fenómeno universal, contínuo e linear que se desenvolve desde o nascimento até a morte.

Quanto ao envelhecimento biopsicológico, de certo modo deriva do envelhecimento cronológico. Contudo, este processo é menos linear, ou seja, varia de pessoa para pessoa que, e é resultado dos hábitos, estilo de vida, história de vida, etc.

Assim, pode-se referir que não existe uma idade certa para a definição do idoso. Contudo, para a sociedade portuguesa uma pessoa com mais de 65 anos é considerada idosa, uma vez que é a idade de entrada na reforma.

Por um lado, o aumento da esperança média de vida (índice de longevidade) reflete uma perspetiva positiva, por outro lado, este progresso traduz-se no aumento do índice de dependência dos idosos, associados a diminuição de mobilidade, perda de memória e a redução de visão e audição, entre outros.

Resumidamente, o envelhecimento é um fenómeno natural e continuo ao longo da vida. Este processo é heterogéneo, ou seja, é vivenciado de forma destinta por cada indivíduo, e traduz-se nos fatores biológicos, psicológicos e sociais.

4.1.3 | ENVELHECIMENTO ATIVO

Face a nova realidade demográfica do país, a Direção Geral de Saúde desenvolveu o programa “Estratégias nacionais para o envelhecimento ativo e saudável 2017 -2025”. O programa visa em responder as principais necessidades do idoso, nomeadamente as dependências físicas, mentais e económicas assim como combater o isolamento e exclusão social.

Segundo Organização Mundial de Saúde o conceito “Envelhecimento Ativo” é definido como *“o processo de otimização de condições de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem”*³⁹. E, o “ativo” refere-se à participação continua dos idosos na sociedade. Chau refere que o envelhecimento ativo se baseia *“(…) na prevenção do isolamento social e da solidão das pessoas idosas. Também a questão da qualidade de vida, do bem-estar estão ligados ao convívio, atividade familiar e ao sentir-se útil”*⁴⁰. Desse modo, a família e a sociedade podem influenciar de forma positiva o bem-estar do idoso, proporcionando assim melhor qualidade de vida.

Para conseguir dar melhor resposta às necessidades do idoso, é importante perceber que o processo envelhecimento ativo

³⁹ OMS, 2009, *Guia global das cidades amigas das pessoas idosas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴⁰ Chau, F. et alii. (2012). *O envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*. Lisboa, UCP / CEPCEP. p.90

depende de várias variáveis importantes na qualidade de vida, nomeadamente os fatores sociais, sustentabilidade financeira e também o ambiente que rodeia, como a segurança, a privacidade e a acessibilidade. Assim, o ponto chave do envelhecimento ativo é a qualidade de vida, ou seja, é a culminação da vida social, económica, cultural e o bem-estar físico e mental.

Segundo Chau (···) *o idoso deve adaptar uma vida saudável, viver o quotidiano com gosto, ter projetos de vida, ocupar os tempos livres e ser pró-ativo.*" ⁴¹ Nesta perspetiva, é importante reconhecer o potencial do idoso, incentivar em encontrar o seu propósito e sua importância na sociedade mesma nesta fase de vida.

Ao longo do processo de envelhecimento, os idosos sofrem alterações fisiológicas e biológicas, como por exemplo a redução da mobilidade, o aumento de risco de doenças, e os problemas ao nível psicológico e social. Estas mudanças muitas das vezes traduzem-se na insegurança e no isolamento. Em síntese, de acordo com OMS os fatores determinantes para o envelhecimento ativo são os seguintes:



Gráfico. 3 | Determinantes do envelhecimento ativo.

⁴¹ Chau, F. et alii. (2012). *O envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*. Lisboa, UCP / CEPCEP. p 155

4.2. | HABITAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE

Face ao aumento o gradual da população idosa, foi necessário desenvolver instituições que pudessem auxiliar a população mais velha, uma vez que as suas famílias muitas das vezes não apresentam capacidades para tomar conta dos mesmos.

4.2.1 | EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARA TERCEIRA IDADE

As primeiras noções de habitação sénior surgiram no séc. VI, em que os mosteiros funcionavam como um retiro para os idosos de classe superior. E a entrada nestes espaços era vista como *"a cessação da vida ativa e a rutura com o mundo"*⁴².

Durante a Idade Média, o conceito de instituição para idosos estava ligado às enfermarias hospitalares. Porém, segundo Montoya estes *"eram meros contentores de doentes, com objetivo de os manterem afastados da sociedade."*⁴³ Estas funcionavam sem separação espacial, como um corredor único sendo locais associados ao fim da vida.

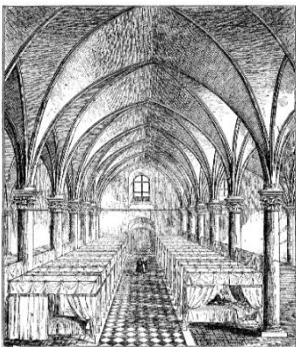


Fig. 34 | Hospital de Angers
séc. XII

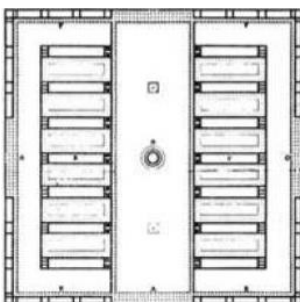


Fig. 35 | Hospital J.N.L.
Durand 1809

Nos séculos XII e XIII, na França surgiram os primeiros hospitais com funções específicas e o intuito era isolar os doentes para que não contaminassem o resto da sociedade. Um dos exemplos é o hospital de Angers que é composto por uma única sala com cerca 61 m de comprimento (Fig.34).

No final do século XVIII, os centros hospitalares sofreram alterações devido a segmentação dos espaços e desse modo permitiu o avanço na medicina, deixou de ser visto como um espaço de morte, passando a ser um local de terapia e cura. Muitos dos hospitais adaptaram o modelo de pavilhão, que

⁴² Montoya, A. (2011). *Habitar na velhice. Evolução dos dispositivos arquitetónicos*. p1

⁴³ Montoya, A. (2011). *Habitar na velhice. Evolução dos dispositivos arquitetónicos*
p.3

permitia uma separação das alas e o pátio funcionava como uma barreira na propagação de contaminação de doenças (Fig.35). Segundo Montoya o mais importante era a funcionalidade e não a beleza do espaço.

Outro exemplo neste contexto, é o projeto de asilo de Francis Head, localizado num espaço rural, que permitiu albergar cerca de 500 pobres (Fig.36). Neste plano, as alas estão articuladas em torno de um pátio central e eram divididos por um eixo centralizado com o objetivo de separar os dois sexos.

No mesmo sentido, surge a tipologia panótico de Jeremy Bentham. Este modelo era muito aceite na altura, uma vez que permitia um forte controlo visual de doentes, e para além de ter sido aplicado nos hospitais, também se adaptou nas prisões e nas bibliotecas. Contudo, apesar da sua funcionalidade, esta tipologia não oferecia o conforto aos usuários.

Posteriormente, este sistema aplicou-se nos Asilos para idosos, em que o espaço central funcionava como uma capela, onde era o *“ponto de ligação espiritual de idosos.”*⁴⁴ (Fig.37)

Em meados do século XX e nos pós-guerra surgiu a necessidade de definir novas soluções e conceber novos espaços arquitetónicos. Nesta perspetiva, surgiram o “lar de idosos” e o “lar de enfermaria” que possuíam uma forte vertente de tratamento e reabilitação para os idosos. Contudo, estes eram utilizados em último recurso, uma vez que os idosos preferiam permanecer nas suas casas até ao fim da sua vida.

Neste contexto, um dos projetos desta época é o Lar de Idosos de Childs & Smith em Evanston, que se inseria num espaço urbano e com diversos serviços à sua volta (Fig.38 e 39). Este projeto para além de possuir diversos serviços de geriatria,

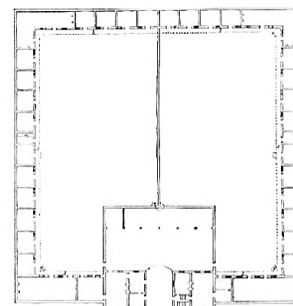


Fig.36 | Plano para asilos de Francis Head em 1835
Fonte: Fenegra,



Fig.37 | Asilo para idosos em Badajoz, 1983



Fig.38 | Fachada principal do projeto de Childs & Smith, em Evanston.

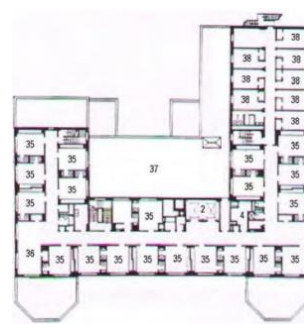


Fig.39 | Planta piso tipo do Projeto de Childs & Smith.

⁴⁴ Montoya, A. (2011). *Habitar na velhice. Evolução dos dispositivos arquitetónicos.* p.4

incorporava no espaço central uma vertente social que valorizava e proporcionava o convívio com a comunidade.



Fig.40 | Fachada principal do projeto St. Vincent

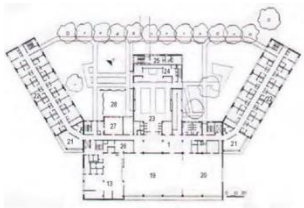


Fig.41 | Planta piso tipo do Projeto St. Vincent.

Ainda neste período, surge o lar para idosos St. Vincent, localizado num espaço fora do contexto urbano, contudo na proximidade de transportes e serviços (Fig.40 e 41). A principal intenção desta obra foi afastar a ideia convencional associada ao espaço institucional, e por isso, para além de apresentar uma diversificada componente de saúde para tratamentos de doenças, incorpora áreas dedicadas as atividades recreativas. Todo o programa foi desenhado para oferecer uma sensação de um espaço doméstico e com forte sentido social. A distribuição do programa é feita a partir do espaço central, lugar social, a partir do qual se articulam dois eixos de dormitórios. Os espaços que estão localizados próximos dos elevadores que, para além servir como descanso, podem proporcionar comunicação entre os residentes.

Em 1956 nos EUA, estabeleceram-se os diferentes níveis de dependência do indivíduo na fase de envelhecimento, que se divide em 3 níveis: independente, parcialmente dependente e totalmente dependente. Essa nova definição permitiu uma adaptação mais adequada do idoso ao espaço habitacional a que deve pertencer.

Nesse contexto, surgem diversas tipologias de habitação para idoso. O primeiro exemplo é o conjunto de agregação de 500-1000 pequenas moradias inseridas na comunidade e este modelo é mais adaptado para indivíduos que sejam mais independentes. Neste caso os apartamentos adaptados localizavam-se próximo da comunidade e dos serviços, como lojas, igrejas, bibliotecas, etc. Já os indivíduos parcialmente dependentes podem ser integrados numa moradia semi-institucional com serviço de enfermagem. Por fim, para os mais dependentes, os lares e as instituições são as soluções mais apropriadas.

As residências coletivas surgiram nos anos 70, com principal premissa *“dar uma maior dignidade aos últimos anos de vida dos utilizadores”*⁴⁵. No entanto, localizavam-se na periferia da cidade devido ao baixo custo do terreno, que de certo modo distanciava e excluía o idoso da sociedade.

Seguindo a lógica de uma habitação semi-institucional, destaca-se o projeto de Casas de Needham de William Hoskins Brown Associate, localizado numa pequena cidade, próximo de comunidade, serviços e equipamentos públicos. Uma das características importantes no dormitório é a distinção clara do espaço social do privado através de uma divisória parcial (Fig.42 e 43).

E, ainda nesta década, é importante destacar o projeto Península Volunteers em que os dormitórios se encontram articulados a volta de um pátio ajardinado. Este projeto permite o contacto mais próximo com o exterior, através das varandas para a envolvente e da galeria para o pátio (Fig.44 e 45).



Fig. 42 | Casas Needham-
Planta tipo



Fig. 43 | Casas Needham-
Vista do quarto, divisória
parcial.

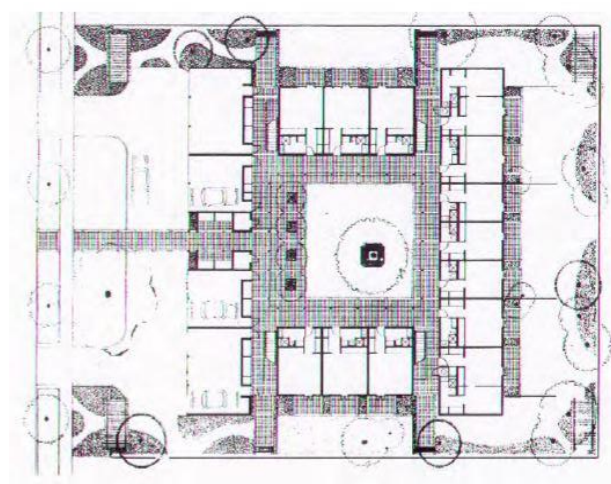


Fig.44 | Planta tipo de projeto Península Volunteers

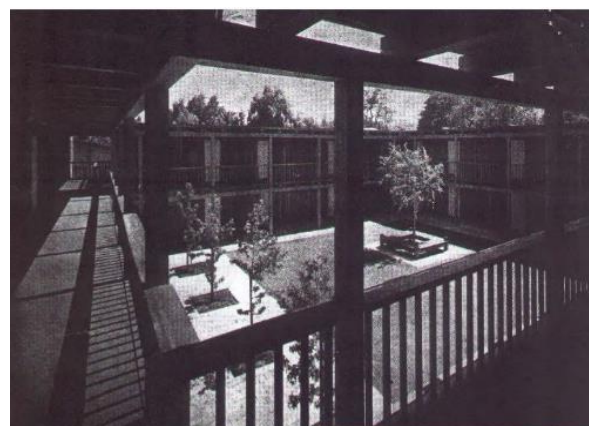


Fig.45 | Península Volunteers-Vista da galeria para o
pátio

⁴⁵ Montoya, A. (2011). Habitar na velhice. Evolução dos dispositivos arquitetónicos.p.5

4.2.2. | HABITAÇÃO COLETIVA EM PORTUGAL

Como já foi referido, o novo paradigma da sociedade portuguesa é caracterizado pelo contínuo aumento da população mais velha, nomeadamente os idosos com idade superior a 85 anos, que acentuam o maior nível de dependência. Nesse contexto, o papel das respostas sociais torna-se indispensável. As principais respostas sociais para as pessoas idosas em Portugal são: residências (ERPI-Estrutura Residencial para Idosas), serviços de apoio domiciliário (SAD), centro dia e de convívio, acolhimento familiar e refeitório social.

Segundo o relatório da Carta Social 2016, o número de principais respostas sociais aumentou cerca de 59 % entre 2000 e 2016, dos quais SAD e ERPI apresentaram crescimento mais evidenciado, 73% e 68% respetivamente. Apesar deste aumento positivo de respostas, a taxa de cobertura apresenta um crescimento relativamente lento.⁴⁶

Desse modo, desenvolve-se uma análise de duas tipologias distintas: a residência assistida e a aldeia lar.

RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS

Este novo conceito, desenvolvido nos Estados Unidos, teve como principal premissa equilibrar todas as necessidades dos idosos a partir de um espaço residencial com ambiente mais doméstico e menos hospitalar. Esta tipologia, normalmente, localiza-se num espaço urbano, desse modo não afasta os idosos da sociedade e facilita o contacto mais próximo com os familiares e amigos. Para além da contínua assistência médica, esta tipologia promove socialização a partir de incorporação de espaços comuns como as salas de estar e de atividades, a biblioteca e o refeitório. Outro

⁴⁶ Carta Social: Rede de Serviços e Equipamentos. (2016). Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento. Disponível em : <http://www.gep.msess.gov.pt/cartasocial/pdf/csosocial2016.pdf> [Acedido 27 Jul. 2018].

aspecto indispensável é a privacidade e a individualidade de cada residente, que até este momento era desvalorizada e ignorada.⁴⁷

Neste contexto, a primeira Residência Assistida em Portugal surgiu em 2004, a Residência Domus Vida Lisboa de Frederico Valsassina Arquitetos, que apresenta mais características hoteleiras do que de um lar de idosos. Este complexo engloba duas vertentes no mesmo edifício: a Residência Assistida e um Condomínio Residencial para idosos totalmente independentes. A residência apresenta 90 quartos e áreas de enfermagem divididos em 3 pisos, e no condomínio residencial desenvolvem-se 19 apartamentos. O complexo apresenta um vasto programa partilhado, como os serviços de estética, espaço para cabeleiros, ginásio, capela e salas para diversas atividades recreativas, sem esquecer espaços para os serviços médicos personalizados.

ALDEIA LAR

*“O conceito de aldeia lar reside e centra-se em aproveitar aldeias/vilas do interior do País em processo de despovoamento e desertificação. As aldeias e vilas destinadas a “aldeias lar” deverão ser aquelas cuja população se encontra envelhecida, onde a oferta de emprego é diminuta, motivo que leva à existência de inúmeras casas devolutas, fruto da perda de população.”*⁴⁸

A intenção deste conceito é reaproveitar as vilas abandonadas ou degradadas do interior do país, contribuindo assim para a sustentabilidade das aldeias ao nível económico, social e ambiental. Este tipo de projeto desenvolve uma comunidade para idosos com serviços essenciais como a mercearia, o cabeleireiro, a enfermaria e os diversos espaços para atividades lúdicas. A Aldeia Lar, para além do principal foco ser alojamento para

⁴⁷ REGNIER, V. (2003) *Design for Assisted Living*. New York: John Wiley & Sons

⁴⁸ Novo, A., Fernandes, J., Andrade, M., Araújo, N., Mateus, P., Casado, S. (2009). *Aldeias Lar: Novas Casas Para Velha Sabedoria - As Aldeias Lar como instrumento de apoio social e de combate à desertificação*. Bragança: Reabilidades III. p.10

idosos, a mesma vila pode disponibilizar habitação para turismo rural, que desse modo evita o isolamento e solidão dos idosos.

O envelhecimento ativo é o principal foco deste projeto. Neste contexto, é visto como uma solução bastante benéfica e mais adaptada às necessidades dos idosos principalmente ao nível psicológico, pois pode continuar a permanecer na sua aldeia próximo dos amigos e vizinhos.

Neste contexto, destacam-se dois exemplos no território nacional, a aldeia reabilitada São Martinho das Amoreiras no Baixo Alentejo e a nova construção da Aldeia de São José de Alcalar no Algarve.

Em suma, este conceito pode ser o ponto de partida para o futuro desenvolvimento de aldeias devido ao seu potencial social e económico.

4.2.3 | HABITAÇÃO PRIVADA – “AGING IN PLACE”

Envelhecer em casa, ou seja, permanecer no seu lar o maior tempo possível, geralmente é a opção mais adotada pelos idosos. Esta escolha é mais vantajosa ao nível emocional e psicológico para o idoso, visto que não implica uma mudança de ambiente e permite permanecer junto do seu espaço familiar, dos vizinhos e amigos.

Contudo, para que isto seja possível, é necessária uma adaptação da habitação, como a instalação de elevadores, alargamento de portas, de forma geral, eliminar barreiras que possam condicionar a mobilidade do idoso. Para além disso, é importante que as habitações estejam integradas com a sociedade, próximas de transporte público, serviços, centros de dia, assim como é fundamental o acesso ao apoio domiciliário, quando necessário os familiares devem desempenhar um papel importante na vida dos mais velhos.

Nesta lógica, o Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas refere que “ (...) *é importante para os idosos viverem em casas construídas com materiais adequados e com: estruturas sólidas; superfícies planas; elevador, caso se trate de um edifício com vários andares; casa de banho e cozinha adequadas; espaço suficiente espaço de armazenamento; passagens e portas⁵¹ suficientes largas para permitir a circulação de uma cadeira de rodas; e equipada de modo a oferecer proteção contra as condições climáticas.*”⁴⁹

Para concluir, é importante referir que em Portugal os idosos têm bastantes limitações financeiras, consequentemente podem incidir no isolamento e solidão, limitando-se à sua casa. Para que o idoso tenha uma vida mais ativa, mesmo permanecendo na sua própria casa, devem existir equipamentos e serviços como Centros de Dia, refeitórios sociais e apoio domiciliário que promovam o bem-estar físico e mental do idoso. Desse modo, é importante que tanto o Governo como os Municípios apliquem organizações e investimentos financeiros necessários para promover o envelhecimento saudável e ativo na própria casa.

4.3 | AS VIVÊNCIAS E AS NECESSIDADES DO IDOSO NO HABITAR

Como já foi referido, o processo de mudança para um lar ou uma residência é sempre um processo complicado. Neste sentido, Vitor Regnier no livro *Design for Assisted Living*, desenvolveu os princípios fundamentais a ter em conta na conceção de edifício residencial: Caráter Residencial, Escala, Privacidade, Envolvimento, Serviços, Singularidade, Independência, Estimulação e Ligações.

Seguindo esta lógica de Regnier, é importante que estes locais tenham um carácter residencial, aproximando-se dos ambientes

⁴⁹ OMS, (2009). *Guia Global das cidades amigas das pessoas idosas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

agradáveis, domésticos e mais humanizados. Neste sentido, a preservação da privacidade é um elemento indispensável para que o idoso se sinta confortável, mantendo assim a sua individualidade e intimidade. O tratamento de cada indivíduo deve ser individualizado, para isso é necessário que a residência disponha de diferentes serviços médicos.

Com o objetivo de evitar o isolamento do idoso é fundamental que haja um incentivo ao desenvolvimento de laços de amizade com os outros residentes. Neste sentido, o desenho da residência deve desenvolver vários espaços com diferentes ambiências, de modo a permitir a realização de diversas atividades. Ao mesmo tempo, é importante a contínua participação dos familiares e amigos, para isso é fundamental que existam espaços próprios como a sala de visitas ou o refeitório.

A Organização Mundial de Saúde desenvolveu o “Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas”, baseada nas opiniões de idosos com participação de 33 cidades. O Guia apresenta as seguintes premissas essenciais para uma cidade adaptada a qualquer idoso: Espaços exteriores e Edifícios, Transportes, Habitação, O respeito e inclusão social, Participação social, Participação cívica e o emprego, Comunicação e Informação, Apoio comunitário e Serviços de Saúde.

Todos estes determinantes estão interligados entre si e têm grande influência na mobilidade, na segurança, no ambiente social e no bem-estar físico e mental do indivíduo.

O espaço exterior deve permitir uma permanência, para isso é necessário que haja locais com sombra, vistas agradáveis e mobiliário urbano adequado. O espaço exterior deve ser acessível e adaptado a qualquer indivíduo, ao mesmo tempo deve possuir várias áreas com diferentes temáticas que permitem o desenvolvimento de diversas atividades.

No mesmo sentido, devido à progressiva diminuição de capacidade motoras e cognitivas torna-se importante desenvolver uma arquitetura inclusiva, de modo a que os ambientes sejam livres de barreiras e se adaptem as progressivas necessidades dos seus utilizadores. Ou seja, a arquitetura funciona como um pilar importante na inclusão de indivíduos de diferentes perfis na sociedade, a partir dos espaços adaptados.

*“Não devemos limitar-nos a pensar em tudo aquilo que a pessoa já não pode fazer; há muito que ainda pode fazer e é recomendável que o faça. As respostas arquitetónicas podem orientar-se no sentido de acentuar e estimular as aptidões que ainda possui o indivíduo, gerar espaços que lhe permitam, de um modo “seguro” pôr em jogo todas suas capacidades.”*⁵⁰

Para compreender melhor o assunto em questão é importante fazer a distinção entre o Design Acessível e o Design Inclusivo. O princípio do primeiro é direcionado para as pessoas com deficiência, enquanto o segundo pretende atingir o maior número de indivíduos com diferentes características.⁵¹

Assim, o desenho arquitetónico deve ser baseado no “Design Inclusivo” que procura soluções que se adaptem a qualquer indivíduo tendo maior atenção as pessoas com alguma deficiência e a população envelhecida. Daré refere que a importância do design inclusivo é baseada *“no conhecimento do utilizador, nos seus desejos, aspirações, capacidades e na inclusão desse conhecimento na conceção de espaços, produtos e sistemas de informação, com vista a uma melhor vivência do ambiente construído, mas sobretudo a uma dignidade humana no nosso futuro próximo.”*⁵²

⁵⁰ FRANK, E. Vejez, (2003) *Arquitectura y Sociedad / Old Age, Architecture and Society*, Buenos Aires: Nobuko Sa, p.40. Trad. Montoya, A.

⁵¹ ROSA, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

⁵² DARÉ, A. (2010). *Design Inclusivo _ O impacto do ambiente doméstico no utilizador idoso*. Lisboa, Universidade Lusíada Editora

Os sete princípios do Design Inclusivo devem ser aplicados tanto na arquitetura, como no urbanismo e no design, com intuito de promover projetos adaptados a toda sociedade: Uso Equitativo, Flexibilidade no Uso, Uso Simples e Intuitivo, Informação Perceptível, Tolerância ao Erro, Baixo Esforço Físico, Tamanho e Espaço para Aproximação e Uso. Todos os aspetos referidos devem ser articulados com objetivo de conceber um espaço urbano e arquitetónico que responde a todas as necessidades de qualquer indivíduo.⁵³

4.4. | HUMANIZAÇÃO DO HABITAR

“O homem tem em todos os momentos a percepção da sua posição relativa, sente a necessidade de se identificar com o local em que encontra, e esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado à percepção de todo o espaço circundante.”⁵⁴

Martin Heidegger, autor do livro *“Construir, Habitar, Pensar”*, afirma que é fundamental uma identificação e apropriação do espaço no qual o indivíduo está inserido.

Na mesma perspetiva, o autor Christian Norberg, refere que o espaço deve permitir o utilizador orientar-se de forma clara, para tal é necessário que haja segurança e confiança no ambiente. Assim como para reunir sentimentos de paz e harmonia é essencial uma identificação e apropriação do espaço. O desenho espacial, de certo modo, pode motivar de forma positiva o bem-estar físico e emocional do indivíduo. Ao mesmo tempo, o espaço deve encorajar para que o idoso seja otimista ao longo da sua vivência.

Nesta visão, a atmosfera do espaço tem um papel importante nas emoções e sensações dos habitantes. Peter Zumthor, expressa

⁵³ DARÉ, A. (2010). *Design Inclusivo _ O impacto do ambiente doméstico no utilizador idoso*. Lisboa, Universidade Lusíada Editora

⁵⁴ DARÉ, A. (2010). *Design Inclusivo _ O impacto do ambiente doméstico no utilizador idoso*. Lisboa, Universidade Lusíada Editora, p.14

no seu livro “Atmosferas” que todos os edifícios são caracterizados pela própria atmosfera a partir da sua forma, que deve seguir a função, textura, cor, luz e o enquadramento com a envolvente. Outro elemento que o autor destaca é a fachada, que representa a relação entre o público e o privado, ou seja, entre o interior e exterior. E, ainda o percurso entre os diversos espaços do edifício deve ser estimulante e cativante.

Sobre este conceito, Cullen, no seu livro “Paisagem Urbana”, refere que é importante a existência de emoções perante o meio envolvente, *“O seu objetivo é a reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente(…) entretecendo esses elementos da despertar emoção ou interesse.”*⁵⁵

Segundo Alvar Aalto, a arquitetura deve basear-se na visão perspética do homem e adaptar o funcionalismo do séc. XX ao conceito de humanização. Seguindo esta premissa, o arquiteto deve ter um olhar mais amplo e sempre em conta as necessidades físicas do homem assim como as suas emoções e sensações.

Em suma, a arquitetura deve ser habitada e não apenas vivida, ou seja, deve se interligar o funcionalismo com a humanização.

⁵⁵ CULLEN, G. (2009). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70 p.10

4.5 | SÍNTESE

O envelhecimento populacional tem grande impacto ao nível social, cultural e económico do país, sendo que esta tendência deve ser uma oportunidade para diversas áreas, nomeadamente para a arquitetura, a medicina e a economia.

As primeiras instituições do século XX, derivadas da evolução hospitalar, tinham como principal enfoque a funcionalidade. Atualmente, as soluções arquitetónicas, residências assistidas e lares de idosos, destinadas aos idosos devem possuir ambientes mais domésticos e humanizados, evitando assim o carácter institucional e hospitalar.

Desse modo, para promover o envelhecimento ativo é essencial incluir os idosos na comunidade. Ou seja, o espaço residencial para além de proporcionar o bem-estar físico, deve incentivar as relações sociais, promovendo assim, o bem-estar emocional dos idosos.

05 | CASOS DE ESTUDO

5.1 | JUSTIFICAÇÃO

5.2 | FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

5.3 | PARQUE DO RIBEIRO DO MATADOURO

5.4 | CITY LOUNGE | RUA PARTILHADA

5.5 | APARTAMENTOS DA RUE DES SUISSSES

5.6 | LAR DE IDOSOS DE DRIE HOVEN

5.7 | RESIDENCIAL HOME FOR ELDERLY

5.8 | SÍNTESE

5.1 | JUSTIFICAÇÃO

Para uma melhor compreensão dos conceitos abordados sentiu-se a necessidade de recorrer à seleção e a análise de casos de estudo, que por sua vez permitem comprovar os conceitos analisados da temática dos espaços de transição e de espaço público.

Assim, selecionou-se a Fundação Calouste Gulbenkian pela organização do jardim que articula diversas vistas e ambientes, proporcionado assim diferentes sensações e experiências ao utilizador. Este edifício estabelece uma forte relação com a envolvente exterior, e também pelos espaços de transição que nele existem.

O parque Ribeiro de Matadouro, resultado da requalificação do lugar abandonado, que se relaciona diretamente com a paisagem natural e serve de exemplo para a zona de Alburrica.

Para o conceito “rua como lugar de convivência” selecionou-se o projeto de City Lounge, na Suíça, espaço público requalificado.

O caso de Apartamentos da Rue des Suisses serve de referência pela relação que existe entre o exterior e o interior a partir do elemento intermédio, a varanda.

Por fim, selecionaram-se os lares de Idosos de Drie Hoven e a Residencial Home, uma vez que a relação entre zonas públicas e privadas, é efetuada a partir de espaços de transição, que podem ser apropriados e personalizados por cada residente transformando-os em lugares intermédios. Estes dois casos de estudo, possuem por esta razão um ambiente familiar e

doméstico para o idoso, conceito que se pretende empregar na proposta de intervenção.

5.2 | FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN LISBOA, 1969

Ruy Athouguia, Pedro Cid, Alberto Pessoa
Gonçalo Ribeiro Telles, António Viana Barreto

“Não se trata pois de integrar apenas uma edificação num parque, nem de construir um edifício. Há que encontrar de fato uma relação total, de tal forma que íntima, entre ambos os elementos que compõem o todo, que a composição abranja a área inteira, que a própria vida do edifício se prolongue naturalmente para “as salas de ar livre” e destas para as interiores.”⁵⁶



Fig. 46 | As três hipóteses de percurso: o percurso da luz e da sombra, o percurso do lago e o percurso da orla.

A Fundação Calouste Gulbenkian integrada no amplo jardim no antigo Parque de Santa Gertrudes em Lisboa. O jardim é o símbolo do movimento Moderno e representa uma relação muito forte entre o Homem e a Natureza. Articula as questões de funcionalidade, ecologia, relações sociais, continuidade entre o interior o exterior, assim como apresenta o respeito pela identidade histórica e cultural do sítio.

Ribeiro Telles desenvolveu 3 percursos: o percurso da luz e da sombra, o percurso do lago e o percurso da orla (Fig.46). Todos os percursos articulam as várias zonas do jardim com os edifícios e combinam o jogo da luz e sombra, o claro-escuro, que por sua vez provoca o efeito de surpresa. Estes tanto podem excitar o movimento dos usuários como proporcionar momentos de pausa. A manipulação da luz e da sombra ao longo dos caminhos é como se tratasse de um cenário teatral.

“Na sombra, a luz irrompe subitamente. A mata desvanece-se numa clareira ocupada pelo roseiral e delimitada pela fachada

⁵⁶ TOSTÕES, A. [et.al]. (2006). *Gulbenkian: Arquitetura e Paisagem*. Lisboa: Fundação Calauste Gulbenkian. p.54

sul do edifício Sede da Fundação. É um espaço pleno de luz, de cor e de aromar.”⁵⁷

O jardim tanto pode transmitir uma sensação de intimidade, como possuir um caráter mais social, que é determinada pela escala e pela densidade da vegetação. A clareira entre a fachada sul da Galeria das Exposições e o lago é o local onde se concentra maior parte das pessoas, enquanto *“Uns desfrutam o jardim da esplanada adjacente ao edifício, outros repousam ou brincam no relvado.”⁵⁸* (Fig.48)

Uma das principais questões do projeto era criação de uma proteção, que funcionasse como um filtro perante o ruído da envolvente. O primeiro elemento de transição é a delimitação pelos baixos muros e a elevação do edifício sobre a envolvente. Outro elemento, é a vegetação mais densa nos pontos estratégicos que faz fronteira com as ruas movimentadas. Todos estes elementos funcionam como uma barreira e um filtro (Fig.47).

A transição para a Sede de Fundação é composta por dois períodos, o primeiro é a zona de intervalo caracterizada pelo patamar e 3 degraus, e o segundo é a antecâmara que é designada como “válvula”. A transparência do espaço da antecâmara, indica o caráter público do edifício. Neste sentido, esta transição funciona como um isolamento acústico. Enquanto o espaço intermédio tem como objetivo conscientizar o usuário da entrada para um espaço com caráter institucional (Fig.49).

O espaço de transição não possui assentos formais, contudo o hall no interior do edifício fomenta essa estadia. A relação entre o exterior e interior está muito presente em todos os edifícios,

⁵⁷ TOSTÕES, A. [et.al]. (2006). *Gulbenkian: Arquitetura e Paisagem*. Lisboa: Fundação Calauste Gulbenkian. p.72

⁵⁸ TOSTÕES, A. [et.al]. (2006). *Gulbenkian: Arquitetura e Paisagem*. Lisboa: Fundação Calauste Gulbenkian. p.56

que intensifica a proximidade do Homem a Natureza mesmo no interior do edifício.

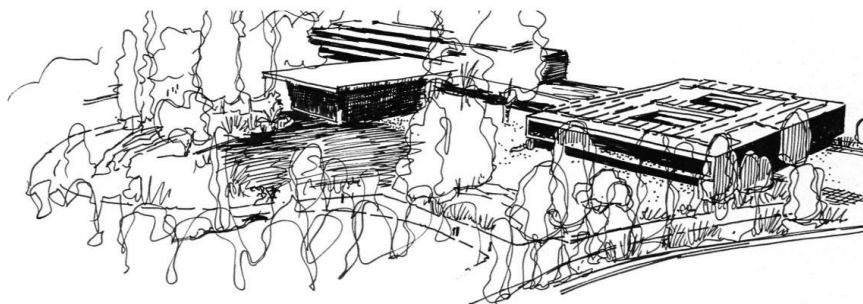


Fig. 47 | Perspetiva do
Gonçalo Ribeiro Telles da zona
Sul do Parque da Fundação
Calouste Gulbenkian.



Fig. 48 | Clareira entre o Lago e a
Galeria das Exposições
Temporárias como espaço de
permanência.

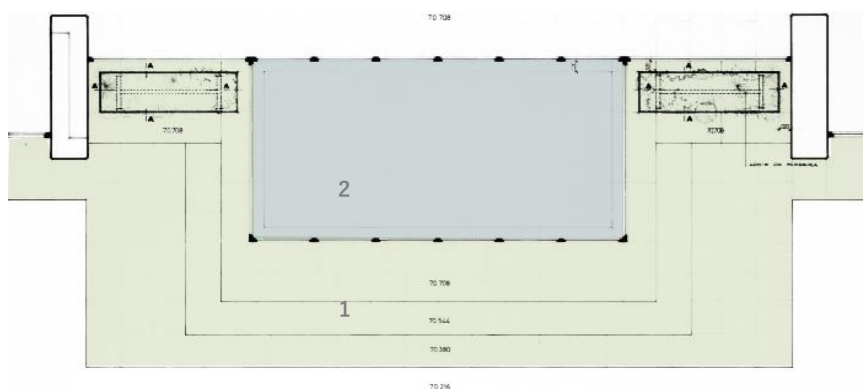


Fig. 49 | Edifício da Sede
1.Espaço Intermédio
2.Espaço válvula

5.3 | PARQUE RIBEIRO DO MATADOURO

SANTO TIRSO, 2013

Sofia Pacheco e Vitor Esteves | OH!LAND
STUDIO

“Foi uma oportunidade para converter um “não lugar” num espaço qualificado no contexto social, urbano e natural da cidade.”⁵⁹

O projeto do Parque Ribeiro do Matadouro localiza-se na zona central da cidade Santo Tirso, resultado da requalificação da antiga Quinta do Tapado. O projeto teve com princípio a cultura, a tradição do local, assim como a ecologia presente, tendo com base principal a construção sustentável.

As principais premissas do Parque são: devolver a identidade do local, incentivar a interação social entre os visitantes, assim como promover o contacto mais íntimo com a natureza. O espaço possui diferentes tipos de recreio de modo a satisfazer todas as classes etárias e sociais.

Nesta perspetiva, o parque apresenta três componentes estruturais: *componente viva, a milha ativa e a escultura interpretativa*. A primeira representa a ligação forte com os elementos naturais, nomeadamente a proximidade com a água, com a arborização pré-existente articulada com as novas espécies.

A segunda, tem com objetivo promover a mobilidade e conectividade a partir de caminhos. Os percursos aliados a diferença de escalas e a hierarquização, de certo modo influenciam o movimento dos usuários. O projeto apresenta três tipos de caminho, o principal, o secundário interpretativo e a

⁵⁹ Parque Ribeiro do Matadouro. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/778055/parque-ribeiro-do-matadouro-oh-land-studio>. Consultado em 13.05.2018

ciclovía, que estão conectados a praça que, funciona como “receção” do parque.

A última, é uma componente artística que apresenta múltiplas funções. Em primeiro, funciona como uma rota de esculturas que torna o percurso mais dinâmico e estimulante, levando o usuário a crer percorrer todo o parque. Em segundo, as esculturas permitem maior apropriação do espaço, visto que estas proporcionam uma zona de sombra e podem servir de assentos (Fig.51 e 52)

Assim sendo, todos estes componentes estão articulados entre si de modo a criar um espaço dinâmico, social e próximo da natureza.



Fig.50 | Implantação do Parque Ribeiro de Matadouro



Fig. 51 | Esculturas como espaço de permanência e



Fig.52 | Percurso interpretativo com escultura de fibra de vidro

5.4 | CITY LOUNGE | RUA PARTILHADA

ZURICH, 2005

ARTISTA PIPOLOTTI RIST
ARQUITETO CARLOS MARTINEZ

City Lounge é o resultado da requalificação do vazio urbano sem vida. Este projeto teve com principal premissa unificar e articular com a envolvente e desenvolver um espaço de estar para a comunidade. Para unificar e dar uma identidade mais homogênea a área de intervenção utilizou-se o tapete vermelho de “Tartan” (Fig.53).

O projeto City Lounge associado ao conceito da “rua partilhada”, a rua de convivência, que funciona como uma sala de estar exterior de convívio. O espaço exterior de transição foi projetado como as qualidades do espaço interior, dividido em diferentes áreas e temáticas.

Os elementos estáticos colocados ao longo da rua para além de controlar a velocidade dos veículos, definem diferentes usos, nomeadamente o espaço de reuniões, de relaxamento, de convívio e uma praça caracterizada pelos elementos pré-existentes como árvores, fontes, bancos (Fig.54, 55 e 56). A transição entre as diferentes zonas é feita de forma contínua a partir de cruzamentos suaves.

Dessa forma, este projeto City Lounge devolve o conceito original da rua como espaço seguro e agradável para o convívio entre as pessoas sem grande interferência de veículos.

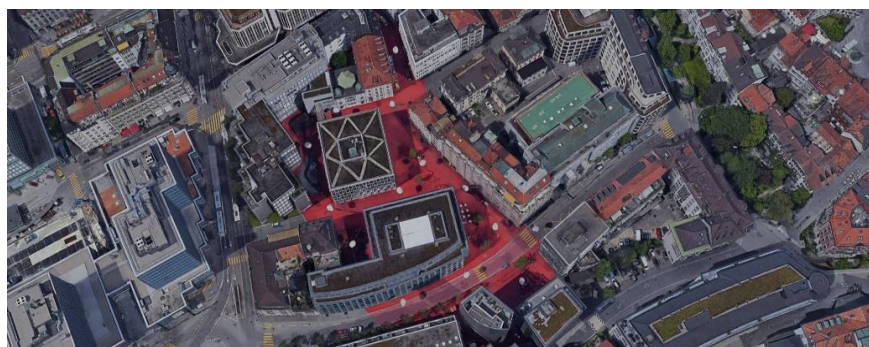


Fig. 53 | Vista aérea

Fig. 54 | “Rua partilhada”
como espaço de convívio



Fig. 55 | Elementos estruturais
controlam a velocidade dos
veículos



Fig. 56 | Fonte como o elemento
marcante na praça que suscita a
curiosidade das pessoas.



5.5 | APARTAMENTOS DA RUE DES SUISES

PARIS, 2000

HERZOG & DE MEURON

Os apartamentos da Rue Des Suisses estão distribuídos por três blocos, em que dois fazem frente com a rua com passagem com passagem no piso térreo, e um edifício implantado no quarteirão que desenvolve um pátio e um pequeno jardim interior. Este caso apresenta uma relação próxima entre o domínio privado (apartamentos) e o domínio público (espaço exterior) a partir do elemento intermédio (varandas).

Este elemento intermédio desenvolve um espaço exterior semiprivado e suscita maior convívio entre os vizinhos uma vez que entre estas não existe qualquer barreira física a dividir. As varandas do piso térreo possuem uma elevação de 40 cm da cota do jardim, de modo a diferenciar o domínio público do semiprivado (Fig.58).

Os estores das varandas apresentam dupla função: servir de sombreamento e garantir maior privacidade com a envolvente. Neste sentido, quando as varandas estão fechadas formam o espaço “válvula”, ou seja, funciona como o controlo de luz, de som e preserva a privacidade. Por outro lado, quando as varandas estão abertas constituem uma zona de intervalo, que cria relação próxima com a envolvente (Fig.59 e 60).

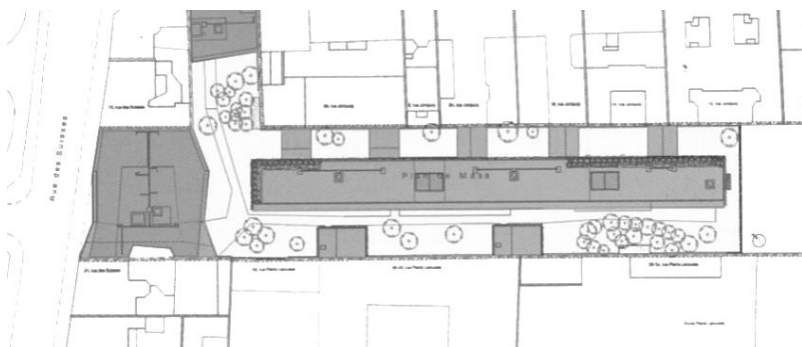


Fig. 57 | Planta de implantação de apartamentos de Rue Des Suisses

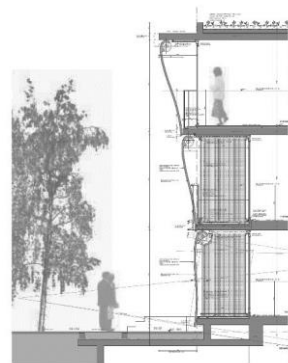


Fig. 58 | Relação entre o espaço público e as varandas

Fig. 59 | Interior da varanda com portadas fechadas



Fig. 60 | Vista da rua, relação público e privado



5.6 | LAR DE IDOSO DE DRIE HOVEN HOLANDA, 1974

HERMAN HERTZBERGER

“No caso de Drie Hoven, tudo tinha de ser acessível em uma distância relativamente curta sob o mesmo tempo, porque quase ninguém é capaz de deixar o lugar sem ajuda. Graças às grandes dimensões de serviços de tal ordem que a instituição pode aproximar-se da natureza de uma cidade também neste sentido. Os moradores acomodaram-se o seu ambiente como se ele fosse uma comunidade de aldeia.”⁶⁰

No caso de Drie Hoven destaca-se a hierarquização das zonas de circulação. Em primeiro, todas as zonas desenvolvem-se a partir do átrio central de convívio que corresponde ao espaço mais movimentado do lar. Seguidamente, os corredores mais largos aliados aos espaços comuns. Por último, os corredores mais estreitos que dão acesso aos quartos, estes evidenciam o carácter mais privado.

O espaço intermédio da entrada dos quartos permite que o residente expressa a sua individualidade a partir da decoração e do mobiliário. A existência de vãos que dão para o corredor permite ao idoso ver o que está a acontecer no corredor e tomar conta dos seus pertences a partir do interior do quarto, porque *“não só como uma preocupação contra o roubo, mas simplesmente porque é agradável ver as próprias coisas ou verificar como as plantas vão indo.”*⁶¹ (Fig.61)

No Drie Hoven a existência de “Meia-Porta” tem com principal objetivo estimular o contacto entre os residentes, porque quando estão semi-abertas permitem a comunicação com os vizinhos, contudo não expõem demasiado o idoso e o seu espaço (Fig.62).

⁶⁰ HERTZBERGER, H. (2006). *Lições de Arquitectura*, Martins Fontes, São Paulo, p.61

⁶¹ HERTZBERGER, H. (2006). *Lições de Arquitectura*, Martins Fontes, São Paulo, p.40

Conclui-se que, a personalização do espaço, abertura de vãos para os corredores e a existência de “Meias-portas”, promovem maior contacto entre os vizinhos, assim como proporciona maior identificação com o espaço.



Fig. 61 | Corredor de entrada nos quartos. Personalização do espaço



Fig. 62 | Meia porta semi-aberta que permite comunicação.

5.7 | RESIDENCIAL HOME FOR ELDERLY

CHUR, 1993

PETER ZUMTHOR

Este caso de estudo localiza-se no meio rural e a sua forma volumétrica é vista como se fosse uma "rocha" enquadrada na envolvente montanhosa.

O ambiente rural da residência, é marcado pela utilização de materiais naturais, nomeadamente a madeira, pedra e tufo calcário, que transmitem um sentimento de casa uma vez que recria a atmosfera de aldeia de onde vinham os residentes.

Os apartamentos, a única tipologia existente, estão distribuídos por dois pisos a partir da galeria. O corredor de distribuição, elemento intermédio, que separa o público e o privado, funciona como uma sala comprida, um espaço de convívio entre os residentes (Fig.63).

A entrada e a galeria situam-se na zona mais alta, que permite uma relação mais íntima com o jardim (Fig.64). A relação interior-exterior também é marcada pela transparência da galeria e das varandas abertas nas habitações.

A zona de entrada para os apartamentos é definida pelos recuos, que evidencia a transição do domínio público para o domínio privado. Os residentes podem evidenciar a sua individualidade a partir da personalização do espaço de transição com a sua mobília e decorações. A zona da cozinha do apartamento possui uma abertura para a zona do corredor, que permite uma maior comunicação com os residentes, assim como vigiar os seus pertences (Fig.65). Dentro dos apartamentos, o armário divide o espaço público (sala) do espaço privado (quarto).

Conclui-se que, o edifício estabelece uma clara destinação entre o público e o privado, contudo o espaço intermédio faz com que essa transição seja efetuada de forma suave.

Fig.63 | Planta Piso Tipo



Fig. 64 | Vista exterior | Relação interior-exterior Transição da zona intermédia (corredor) para o espaço público (jardim).



Fig. 65 | Vista interior | Espaço de transição (corredor) como sala de estar



5.8. | SÍNTESE

Os seis casos de estudo servem de fio condutor para a componente do projeto tanto ao nível urbano como arquitetónico

Duas das referências, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Parque Ribeiro de Matadouro servem de exemplo para a requalificação da zona de Alburrica, uma vez que ambos apresentam uma relação com a paisagem num contexto urbano. Em simultâneo apresentam diferentes cenários e diferentes ambientes que permitem desenvolver relações entre as pessoas e a natureza. A fundação Calouste Gulbenkian apresenta uma relação intimista entre o interior e o exterior, que aproxima ainda mais o Homem a Natureza. Ainda este caso, desenvolve-se uma zona de transição ao nível urbano assim como na entrada para a Sede de Fundação, que serve de proteção contra o ruído e a poluição da envolvente. Já o Parque Ribeiro de Matadouro para conscientizar o utilizador da transição, desenvolve uma praça que funciona como “receção” do parque.

City Lounge apresenta-se como referência pela transformação de uma área sem vida num espaço exterior com caráter de permanência.

Na relação entre o interior e o exterior a partir do elemento intermédio, varanda, destaca-se o caso de Apartamentos da Rue des Suisses. A varanda neste caso, tanto pode ser considerada como um espaço “válvula” assim como uma zona intermédia.

Por fim, para entender os conceitos do espaço de transição no contexto da temática da terceira idade, selecionou-se o caso do Lar de Idosos de Drie Hoven do Herman Hertzberger e a Residência Sênior do Peter Zumthor. Ambos os casos apresentam um ambiente doméstico a partir dos materiais utilizados, assim como desenvolvem o espaço de transição como uma zona de convívio.

06 | PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

- 6.1 | ANÁLISE DO LUGAR
- 6.2 | PROGRAMA GERAL
- 6.3 | PROPOSTA DO ESPAÇO PÚBLICO
 - 6.3.1 | OBJETIVOS
 - 6.3.2 | ÁREAS DO ESPAÇO PÚBLICO
- 6.4 | PROPOSTA ARQUITÔNICA
 - 6.4.1 | IMPLANTAÇÃO
 - 6.4.2 | ORGANIZAÇÃO ESPACIAL
 - 6.4.3 | AMBIENTES E MATERIALIDADES
- 6.5 | ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO
 - 6.5.1 ESPAÇO PÚBLICO
 - 6.5.2 CENTRO MULTIFUNCIONAL E GERIÁTRICO

6.1 | ANÁLISE DO LUGAR

“Lugares como Alburrica são o testemunho do engenho humano, permitem (ainda com alguma visibilidade) reavivar memórias e reconhecer uma identidade comum que possibilita reestabelecer a continuidade interrompida, como caminho capaz de gerar novamente riqueza.” ⁶²

A proposta desenvolve-se na cidade de Barreiro, mais precisamente na zona de Alburrica, o limite da cidade, delimitada a Oeste pelo Rio Tejo e a Sul pelo Rio Coina. Segundo o Plano Diretor Municipal do Barreiro, trata-se de uma zona de reconhecida com sensibilidade ambiental e grande beleza paisagística, plena de tranquilidade e próxima de diversos serviços. Assim sendo, é uma zona suscetível a proporcionar um ambiente aprazível para o idoso. Esta áreas, para além estarem intrinsecamente ligadas aos valores naturais, apresentam um património arquitetónico que é necessário valorizar.

Alburrica foi marcada pelas primeiras ocupações humanas deste concelho e, que depois se expandiu pelo resto da cidade Barreiro. Inicialmente, era uma zona de corticeiras, depois de salinas e posteriormente passou a ser indústria de moageiro, marcada pela implantação de moinhos. Primeiro, foram construídos 4 moinhos de maré: o Moinho de Cabo (séc. XVI), o Moinho Grande e Pequeno (séc. XVII) e o Moinho de Braamcamp (séc. XVIII) que

⁶² REIS, R., SILVA, M. (2012). *Workshop Estejo: Alburrica*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa p.11

conjuntamente com as suas caldeiras contribuíram para o desenvolvimento da moagem. Mais tarde, desenvolveram-se 5 moinhos de vento, contudo atualmente só há vestígio de 4, o Moinho Jim (1827), o Moinho de vento Gigante (1852) e o Moinho Nascente e o Moinho Poente (1852). Estes engenhos estiveram em funcionamento até ao século XIX, atualmente constituem o símbolo de Alburrica.

A quinta do Braamcamp do séc. XVIII, era o único complexo rural da cidade, também contribuiu para o desenvolvimento da cidade, e inicialmente consistia numa casa habitacional onde estava fixado o antigo matadouro municipal. Posteriormente, foi adquirida pela Sociedade Nacional de Cortiça.

Esta zona, ainda apresenta algumas habitações dos pescadores, a Escola Secundária Alfredo da Silva, o Club Naval Barreirense e um grande areal na zona da Ponta de Mexilhoeira.

Apesar da proximidade com a Ribeira de Coina e o Estuário do Tejo e do seu potencial paisagístico, este território apresenta-se parcialmente abandonado, consequência dos caminhos desqualificados, falta de espaços públicos de qualidade, abandono do património cultural, existência de barreiras físicas e visuais e da falta de equipamentos e serviços.

Por estas razões é necessário dinamizar esta zona a partir da unificação e articulação com a cidade de Barreiro. Assim, esta proposta visa o redesenho, requalificação e reintegração social e económica na cidade, respeitando a memória e história do local.



Fig. 66 | Ruínas da Quinta do Braamcamp

Desenho elaborado pela autora 2018



Fig. 67 | Habitações dos pescadores

Desenho elaborado pela autora 2018

1| Moinho de maré do Braamcamp. 2| Quinta Braamcamp. 3| Moinho de maré Grande. 4| Moinho de maré de Cabo de Pêro Moço. 5| Moinho de Vento Gigante. 6| Moinho de Vento Pequeno, poente. 7| Moinho de Vento de Pequeno, nascente. 8| Antiga Estação de Comboio de Barreiro. 9| Antigo Estaleiro Naval. 10| Antiga Estação de Comboio de Barreiro. 11| Moinho de Maré Pequeno. 12| Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 13| Escola Secundária Alfredo da Silva. 14| Moinho de Vento Gim. 15| Club Naval do Barreiro. 16| Zona da antiga Fábrica de Cortiça. 17| Habitação de Pescadores. 18| Ponte de Mexilhoeiro.

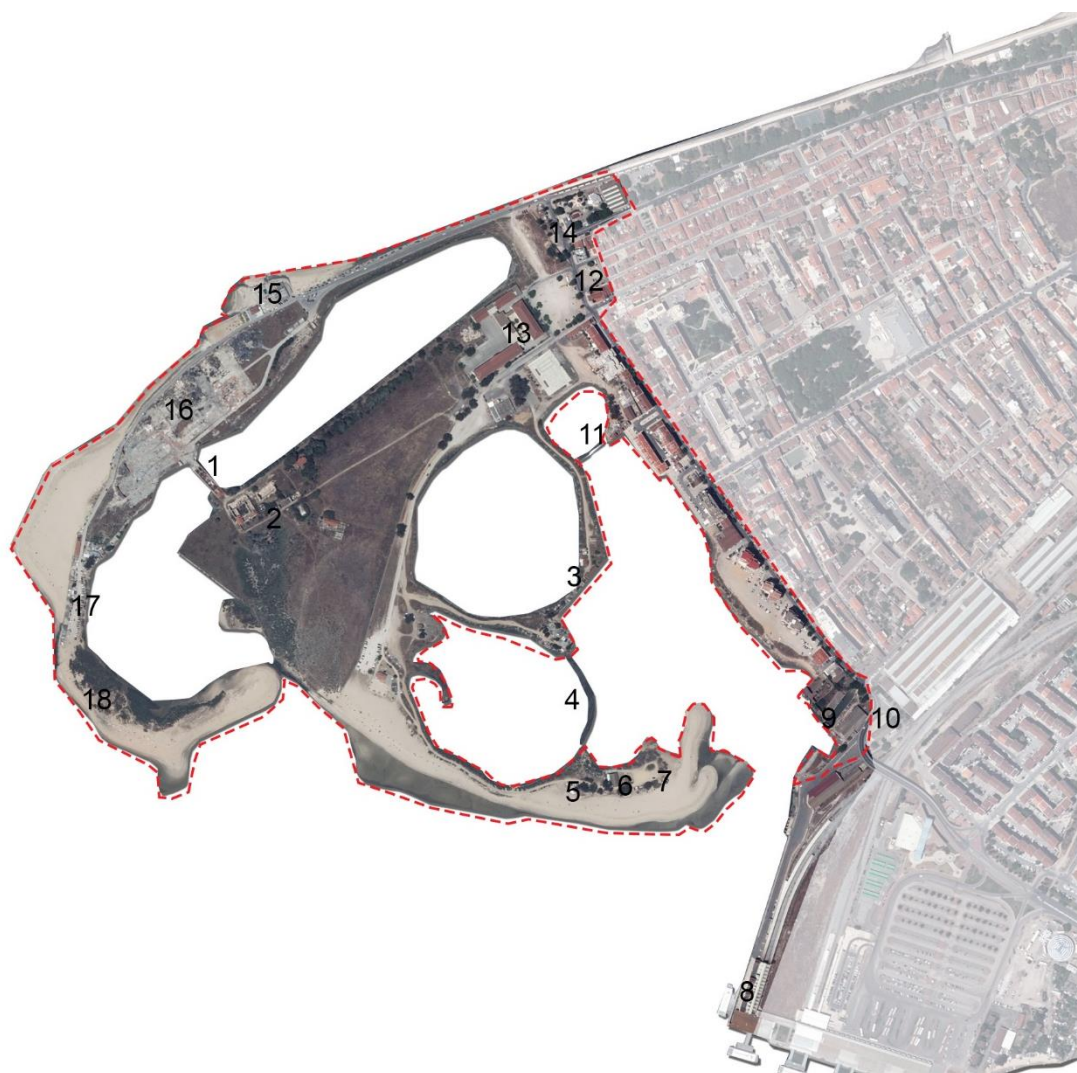


Fig. 68 | Ortofotomapa com limite de intervenção

Imagem editada pela autora com base a Imagem Google Earth 2018

6.2| PROGRAMA GERAL

A ausência de vida na zona de Alburrica é o reflexo da falta de qualidade do espaço público e da ausência de espaços comuns que permitam a reunião e interação dos barreirenses. Ao mesmo tempo, a cidade do Barreiro apresenta um aumento muito significativo de idosos nos últimos anos, numa área carente de equipamentos sociais (lares, residência de idosos, centros de dia e noite) que permitam uma resposta social eficaz.⁶³

Este projeto final de mestrado consiste na reabilitação da zona de Alburrica, dotando esta zona com um equipamento residencial para os idosos e outro de caráter cultural para a população barreirense, dando especial enfoque aos espaços de transição que estes geram de forma a otimizar o espaço público para os habitantes.

6.3| PROPOSTA DO ESPAÇO PÚBLICO

6.3.1| OBJETIVOS

O principal objetivo da proposta urbana é restabelecer o diálogo entre a cidade de Barreiro e a zona de Alburrica.

Pretende-se criar um espaço público com novo dinamismo e com identidade própria. No desenvolvimento da proposta do espaço público teve-se em conta três vertentes.

A primeira, consiste na Coesão Social que compreende a construção de alojamento de pescadores e apoio a pesca, parques infantis, espaços culturais, apoio aos idosos e zonas para a prática de atividades desportivas.

⁶³ *Carta Social: Rede de Serviços e Equipamentos*. (2016). Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento. Disponível em <http://www.gep.msess.gov.pt/cartasocial/pdf/csosocial2016.pdf> [Acesso 27 Jul. 2018].

A segunda, traduz-se na Requalificação do Território, que visa unir a cidade de Barreiro e Alburrica. Para isto procede-se à criação de espaços públicos como praças, miradouros, conectados por uma estrutura verde.

A terceira consiste em dinamizar a Economia, através da requalificação da Quinta Braamcamp para ecoturismo, e dos moinhos de vento que irão albergar pequenas lojas comerciais e de moinhos de maré para apoio a atividades desportivas.

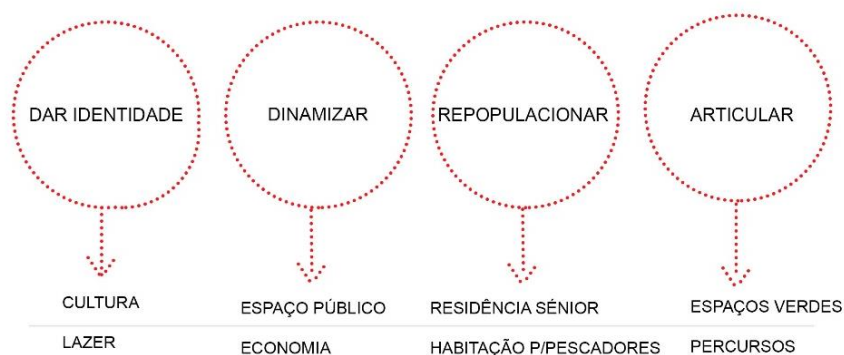


Fig. 69 | Esquemática dos objetivos de intervenção.

Esquema elaborado pela autora 2017



Fig. 70 | Esquema da proposta urbana, o espaço público como conector da cidade fragmentada

Esquema elaborado pela autora 2017

6.3.2. | ÁREAS DO ESPAÇO PÚBLICO

A objetivo desta proposta é dar identidade e criar um espaço de interação social. Para que haja uma convivência entre diferentes gerações é importante adaptar esta zona a todas as idades e adequando-a a diferentes vivências. Desse modo, a proposta do espaço público, Parque Natural de Alburrica, compreende 4 áreas: Área Natural; Área Desportiva; Área Cultural; Área Económica.

A Área Natural, visa promover a biodiversidade existente e estimular a população a ter maior contacto com a natureza. Procura-se criar uma relação próxima com a água através de passadiços de madeira. Assim como, ao longo destas integram-se os assentos e diferentes desníveis que permitem estadias mais prolongadas. Com o objetivo de promover atividades entre família e amigos, propõe-se um parque verde de merendas no meio de natureza. A norte localiza-se o bosque mais denso. Na zona balnear criam-se apoios balneários e acessos para as pessoas com mobilidade reduzida.

A Área Desportiva, tem como objetivo estimular a prática de desporto e uma vida mais saudável para toda a população. Ou seja, estabelece-se o desporto como elemento dinamizador da comunidade. Para isso, desenvolvem-se caminhos adaptados para diferentes usos, como caminhar, correr, andar de bicicleta. Também se projetou para esta zona um Parque de Skate, alguns campos para desportos como voleibol, futebol e inclui-se também espaços de apoio para a prática de desporto. Propõe-se a reabilitação do Centro Náutico para promover a maior participação nas atividades aquáticas, tal como a reabilitação das caldeiras da Quinta do Braamcamp para apoio a canoagem.

A Área Cultural está aliada as “praças” que podem albergar diversas atividades de carácter cultural e educativo, como representações teatrais, cinema e mercado ao ar livre e exposições de rua. O desenho do pavimento assenta nas peças

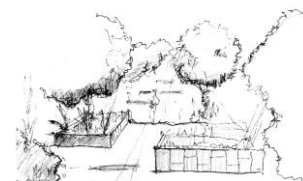
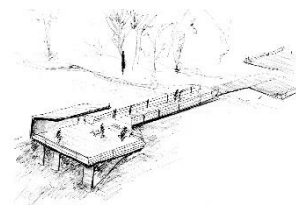


Fig.-71, 72, 73, 74, 75 e 76|
Desenhos do espaço público |
Parque natural de Alburrica.
Desenhos elaborados pela
autora 2018.

de betão de grandes dimensões, criando assim um ritmo geométrico a toda praça.

A Área Económica, centra-se na reabilitação da Quinta do Braamcamp para ecoturismo. Os moinhos de vento serão reconvertidos para o comércio, assim como, a praça de União e Cultural poderá estar ligada ao mercado.

Fig. 77 | Proposta de Habitação para os pescadores.

Desenho elaborado pela autora 2017

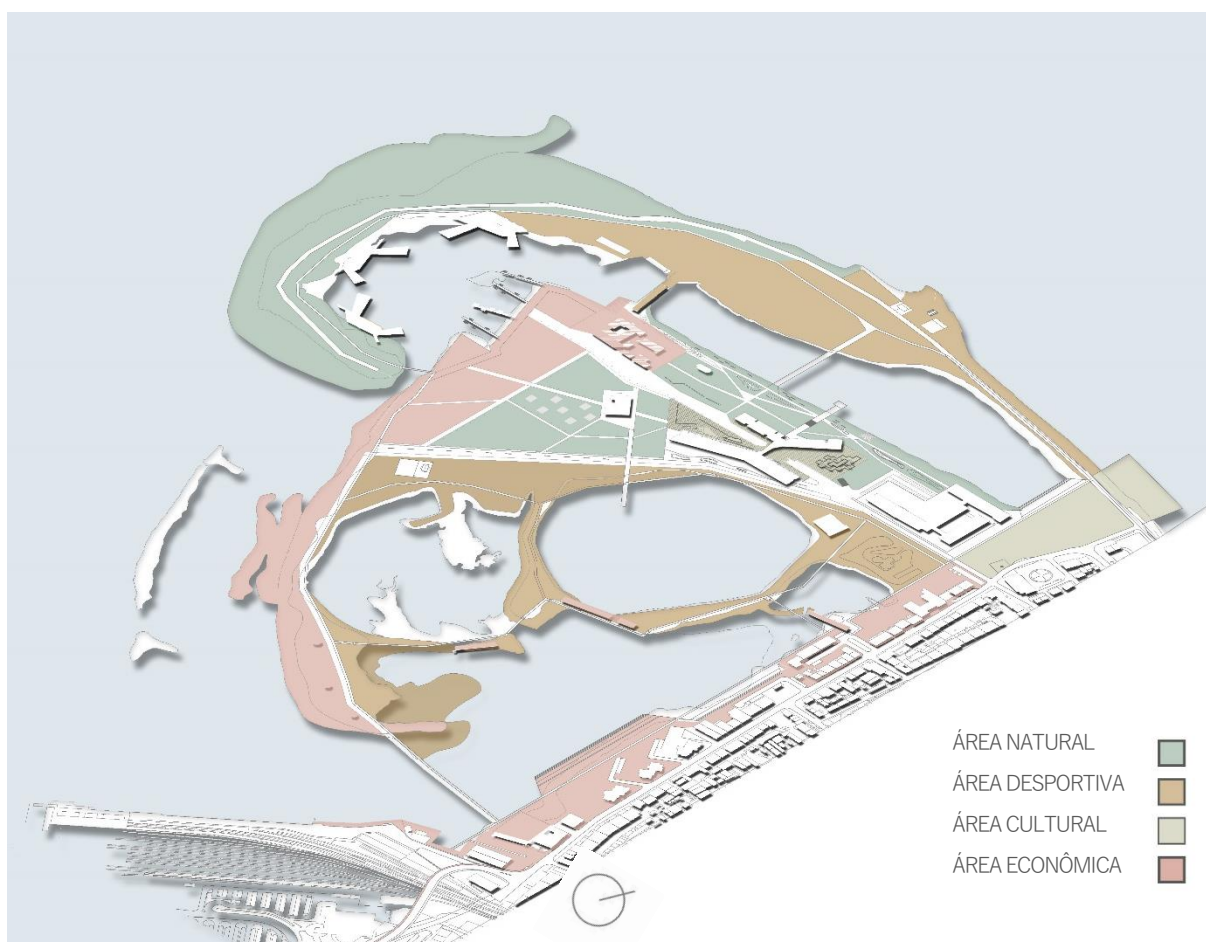
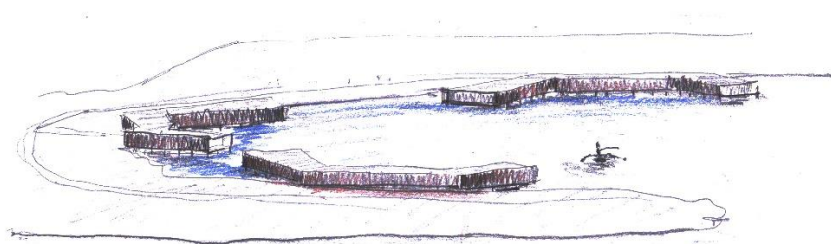


Fig. 78 | Diferentes áreas que proporcionam diversas vivências e sensações. Esquema elaborado pela autora 2018

ESTRUTURA VERDE

A arborização funciona como um elemento unificador entre estas áreas.

Esta proposta valoriza a arborização existente e desenvolve-se na continuidade desta uma nova estrutura. A arborização com diferentes cores, tamanhos e espécies cria um espaço mais dinâmico e mais estimulante. Ao mesmo tempo, as árvores funcionam como um filtro sonoro perante o ruído da cidade, um isolamento térmico contra os ventos do Norte e como sombreamento nos dias de maior calor.

A complementação e reorganização da estrutura verde que este plano promove, define as transições das zonas exteriores de carácter mais público com as de carácter mais privado e diferenciando-as.

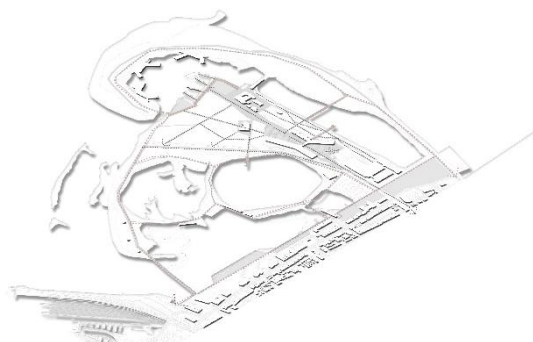


Fig. 79 | Circuitos ciclo-pedonais que circundam as diferentes zonas de valor paisagístico e espaços públicos e miradouros (zonas de contemplação).

Esquema elaborado pela autora 2018



Fig. 80 | Verde como unificador da zona de diferentes zonas do Parque Natural de Alburrica

Esquema elaborado pela autora 2018.

MOBILIÁRIO URBANO

Para maior apropriação do espaço, foi necessário propor diversos bancos ao longo dos caminhos, no alinhamento do pavimento e da relva. Estes destinam-se ao repouso e à permanência dos utilizadores, contribuindo para a socialização e contemplação. Ao mesmo tempo, teve-se em conta uma especial preocupação com os idosos, visto que estes apresentam fragilidades físicas. Por isso, propõe-se duas tipologias de bancos (com encosto e sem encosto), permitindo assim que cada utilizador opte por o que for mais apropriado para si.

Igualmente, é fundamental ter em conta a iluminação noturna do parque, por isso propõe-se a sua colocação regular ao longo de todos os caminhos.

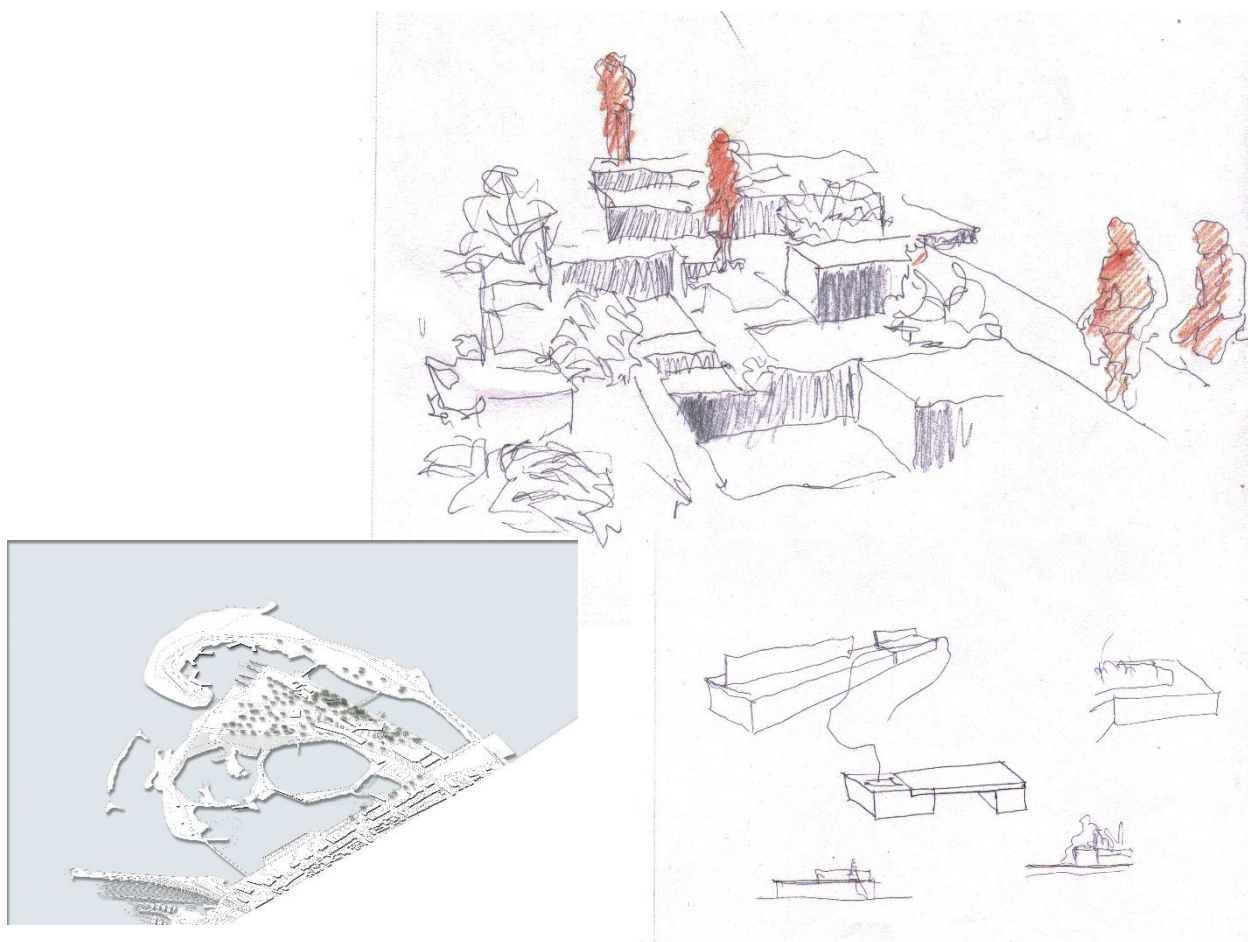


Fig. 81 | Arborização proposta

Esquema elaborado pela autora 2018

Fig. 82 e 83 | Zonas de estar | Banco formais e informais

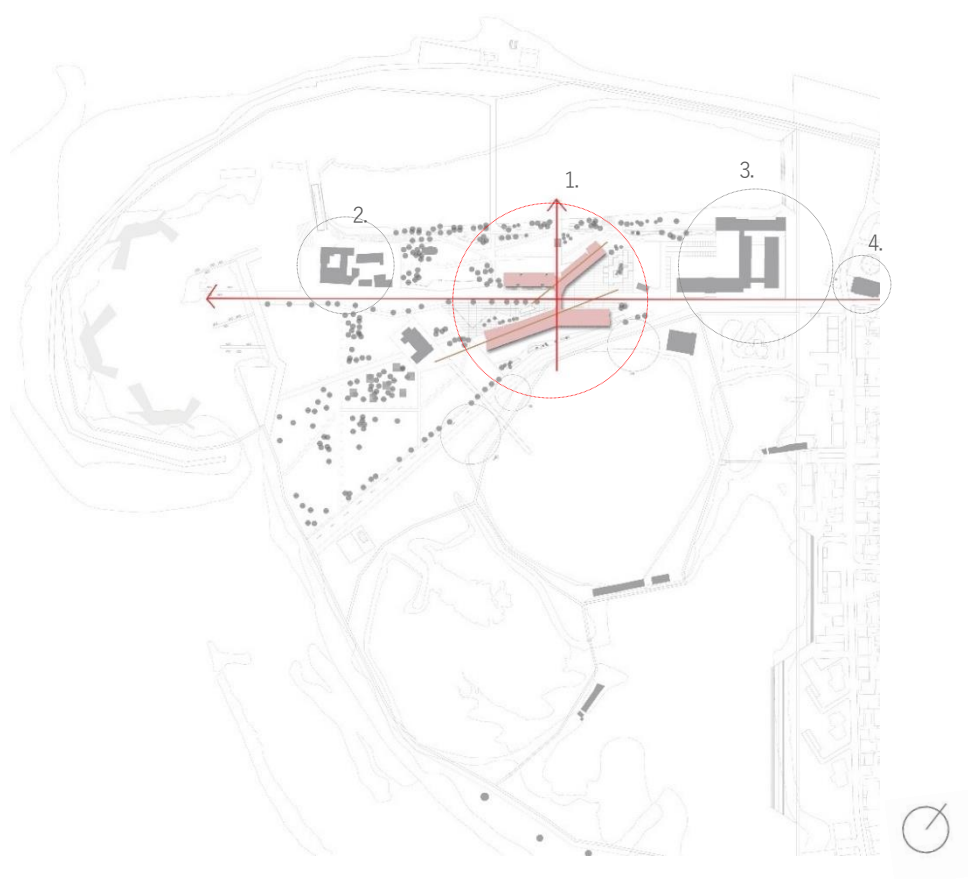
Desenhos elaborados pela autora 2018

6.4 PROPOSTA ARQUITETÓNICA

6.4.1 IMPLANTAÇÃO

O local escolhido para implantação da proposta arquitetónica incide sobre a zona a Oeste da Escola Alfredo da Silva. Esta zona apresenta diversas particularidades favoráveis, nomeadamente a proximidade de serviços e equipamentos como a igreja, a piscina, o comércio e os transportes públicos.

A estratégia do desenho da forma e a da sua implantação teve como propósito fundir e integrar a proposta arquitetónica na paisagem existente.



**1. Proposta Centro Multifuncional
Sénior**

2.. Quinta Do Braamcamp

3. Escola Alfredo Da Silva

4. Igreja de Nossa Senhora Do
Rosário

Fig. 84 | Implantação da proposta arquitetónica

Esquema elaborado pela autora 2018

6.4.2 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O projeto contempla dois volumes, o primeiro destinado a Residência Sénior e o segundo incorpora o Centro Geriátrico e o Centro Multifuncional, que estão interligados por uma passagem aérea “a ponte” transparente, com estrutura metálica treliçada.

O volume da Residência Sénior está limitado por um muro de madeira que oferece maior nível de privacidade e de segurança aos residentes. Por outro lado, o Centro Multifuncional está mais exposto à comunidade.

Em verticalidade, o volume da residência possui 3 pisos acima da cota de soleira e o Centro Multifuncional e Geriátrico apresentam 2 níveis. O estacionamento localiza-se no piso abaixo do solo, que é partilhada por ambas unidades e inclui as áreas técnicas (sistema de Avac) e arrecadações.

O desenho da forma e a sua organização permitem que todas as áreas, incluindo as circulações usufruam do sistema de vistas sobre a paisagem natural de Alburrica assim como para Lisboa.

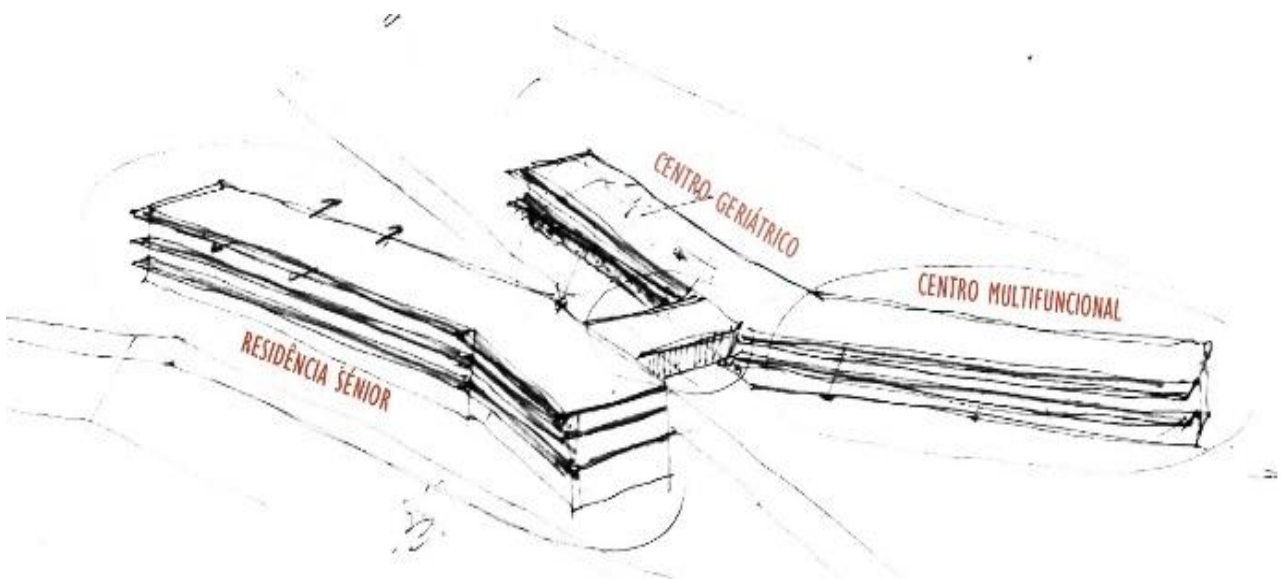


Fig. 85| Estratégico da proposta arquitetónica. Desenho elaborado pela autora 2018

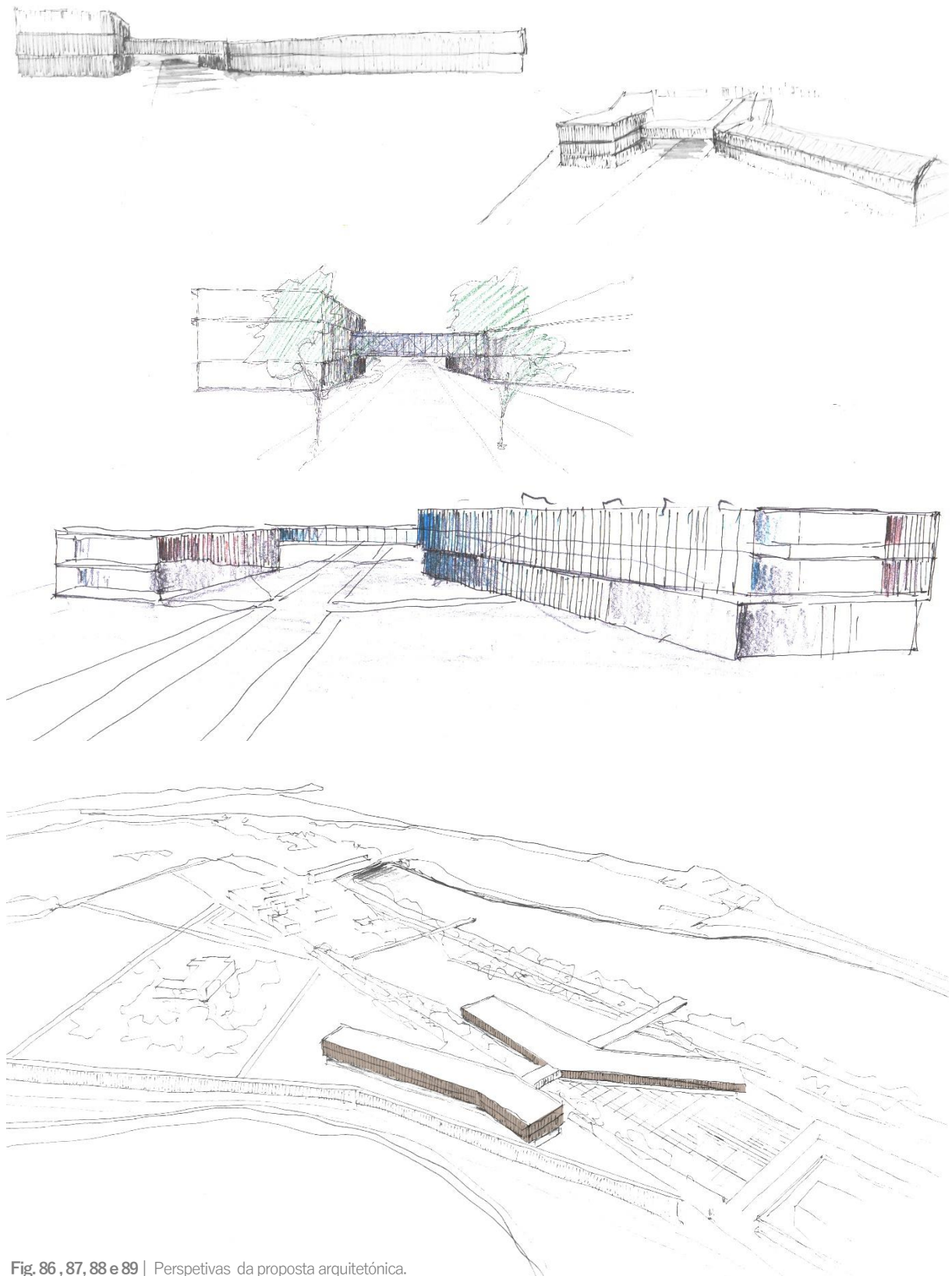


Fig. 86, 87, 88 e 89 | Perspetivas da proposta arquitetónica.

Desenhos elaborados pela autora 2018

RESIDÊNCIA SÊNIOR

A partir da entrada principal, acesso comum, dispersam-se todas as áreas comuns e acesso para os pisos das habitações.

O piso inferior do edifício da residência é vocacionado para o lazer e o convívio social, apresentando uma planta mais livre, com maior amplitude espacial e com espaços visualmente abertos e generosos. Este piso alberga as áreas como o refeitório, sala de espera, sala de atividades e convívio, uma capela e salas para receber as visitas. Neste piso localizam-se as salas polivalentes e uma loja que, tanto podem ser utilizados pelos residentes como pelo público em geral. O espaço polivalente é dividido pelas paredes divisórias removíveis. É ainda neste nível, que se localizam as áreas de serviços, de funcionários, administração e as zonas técnicas.

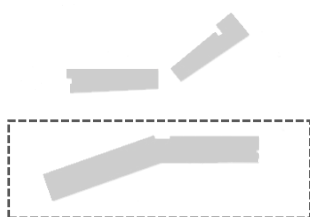


Fig. 90 | Localização da Residência Sênior

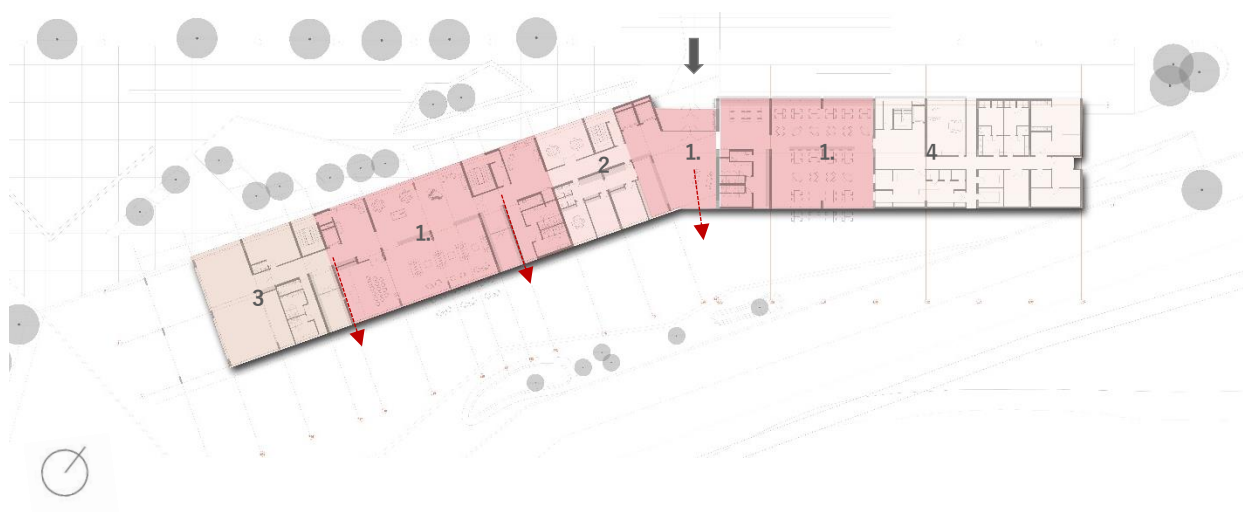


Fig. 91 | Residência Sênior | Planta piso 0

1. Área Social | 2. Área Administrativa | 3. Área Polivalente | 4. Área de Serviços e Funcionários

Os níveis superiores abrigam a parte íntima, sendo mais compartimentada garantindo maior privacidade. A Residência Sênior é constituída por 3 tipologias (Fig.93): a tipologia A, equivalente ao quarto de hotel, com antecâmara de entrada com acesso a instalação sanitárias e a cama resguardada da entrada; na tipologia B, temos dois quartos individualizados sendo comuns os espaços de entrada, instalação sanitárias e kitchenette; E a tipologia C consiste num apartamento T1 para idosos independentes.

Ao longo desses pisos, criou-se uma multiplicidade de pequenas zonas, como espaços de estar e de leitura que proporcionam ao utilizador lazer e convívio. Estas zonas são complementadas com áreas destinadas aos banhos assistidos, gabinetes médicos e de enfermagens, e instalações sanitárias separadas por sexo. A existência de aberturas na fachada assim como o posicionamento de varandas ao longo do espaço de circulação principal, permitem um percurso mais dinâmico para quem o percorre.

A circulação entre os pisos é feita principalmente por elevadores, as escadas são de carater de emergência.

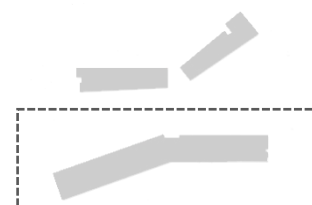


Fig. 92 | Localização da Residência Sênior



Fig. 93 | Residência Sênior | Planta piso 1. Planta elaborada pela autora 2018

- Espaço de circulação polivalente
- Tipologia A
- Tipologia B
- Tipologia c
- Serviços
- Circulação Vertical

CENTRO GERIÁTRICO

A unidade do Centro Geriátrico divide-se em 2 pisos e incorporam o programa de fisioterapia e de reabilitação, nomeadamente salas de trabalhos polivalentes, ginásio, hidroterapia, balneários, gabinetes médicos e de enfermaria. As zonas técnicas estão localizadas no piso de estacionamento.

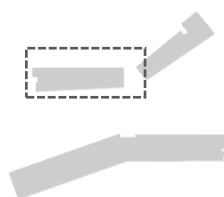


Fig. 94 | Localização do Centro Geriátrico

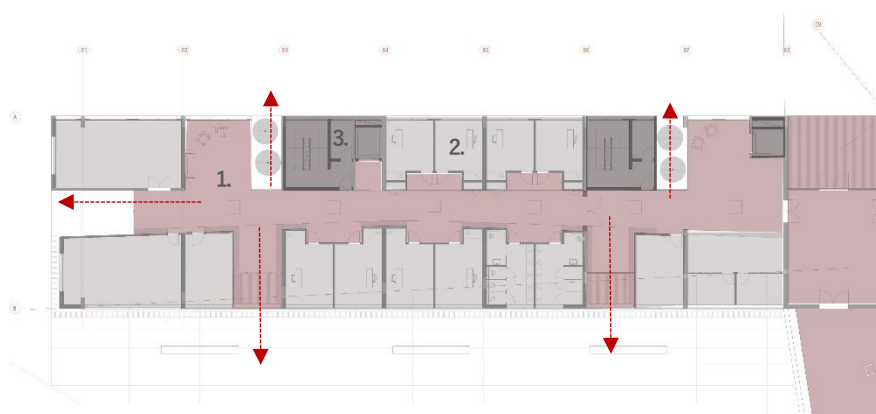
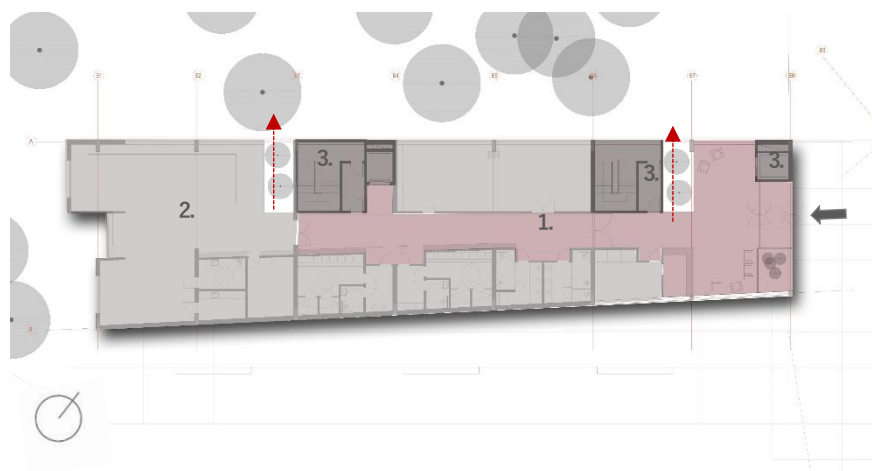


Fig. 95 e 96 | Centro Geriátrico |
Planta piso 1 e 0
1. Espaço de circulação polivalente | 2.
Gabinetes médicos | 3. Acessos
verticais
Planta elaborada pela autora 2018



CENTRO MULTIFUNCIONAL

O centro Multifuncional, localizado no alinhamento da “praça” cultural, é um espaço de lazer e de permanência que interliga as várias gerações. Nesta unidade, o piso térreo contempla um amplo átrio, uma zona polivalente que pode funcionar como espaço de exposições, zona de receção, auditório que abre para o exterior, instalações sanitárias e uma cafeteria com esplanada. No piso superior, localiza-se a Biblioteca, em que o posicionamento do mobiliário cria diferentes áreas.

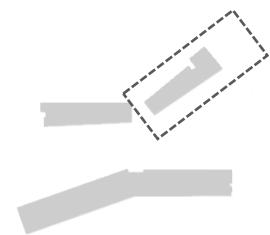
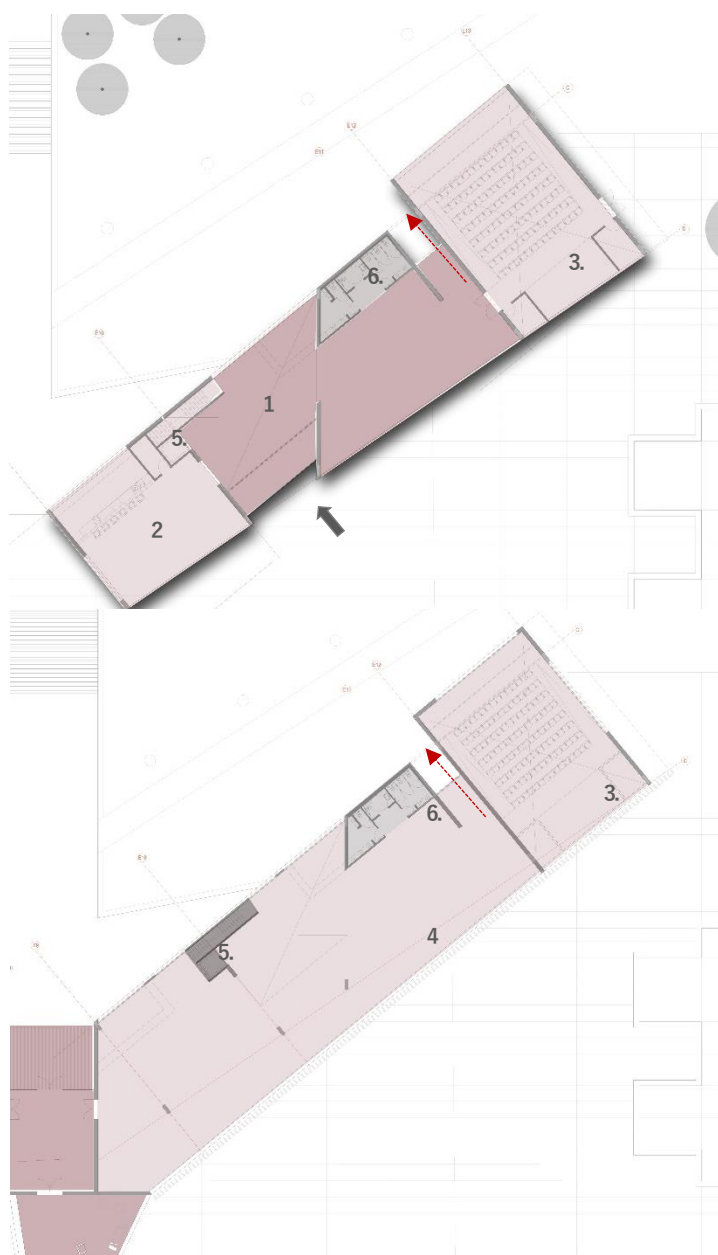


Fig. 98 | Localização do Centro Multifuncional

Fig. 99 | Centro Multifuncional |
Planta piso 1 e 0

1. Espaço de circulação polivalente |
2. Cafeteria | 3. Auditório | 4.
Biblioteca | 5. Acessos verticais | 6.
I.S

Planta elaborada pela autora 2018

6.4.3. | AMBIENTES E MATERIALIDADES

O conceito tem como base a integração e a harmonização do edifício na envolvente, através dos materiais naturais.

Do lado sul, utiliza-se a madeira e os elementos verdes nas fachadas, as floreiras, e as coberturas ajardinadas para integrar e fundir o edifício na paisagem. O verde da fachada projeta-se para o espaço interior a partir dos envidraçados, tal como a mutabilidade que esta permite, de modo a que idoso possa desfrutar de espaços com elementos "vivos", vivenciando diversos ambientes e cenários ao longo do dia. Para melhorar o conforto térmico a sul, os pisos superiores são envolvidos pelo sistema de portas de fole, tiras de madeira, e intercalados com os ripados fixos. O sistema motorizado apresenta 3 posições (pivotação a 90, recolha lateral e portadas fechadas). Esta estrutura fechada funciona como segunda pele do edifício.

Na fachada Norte do bloco destinado a residência sénior, procurou-se desenvolver um ritmo dinâmico através da fragmentação em “blocos”. Estes blocos advêm da organização interior, onde estão incluídos os espaços de estadia, elementos não regulares de forma a criar-se ambientes mais intimistas. Ambientes estes que estão dispostos ao longo dos espaços de circulação, possuindo vários enquadramentos para o espaço de transição principal (praça). De alguma forma a mutabilidade que é dada nas fachadas viradas a Sul através da incrementação dos elementos vegetais, nas fachadas Norte será transmitida para os utilizadores através do dinamismo da fachada. Os “blocos”, surgem em planta e alçado como formas esculpidas que adaptam ao local e às relações que se é necessário estabelecer.

No que concebe aos ambientes interiores, pretende-se que estes sejam aconchegantes e domésticos, de modo a evitar o carácter hospitalar.

Por isso, recorre-se aos acabamentos mais naturais como a madeira em tonalidade natural e os tons brancos e pastel e o betão a vista.

Nos apartamentos, as portas de quarto estão integradas no armário que dividem o quarto e a sala. Tanto no volume da Residência como no Centro Multifuncional, as aberturas nas fachadas criam diferentes cenários de luz e desse modo humanizam o espaço.

Relativamente ao pavimento do pátio privado, recorreu-se ao deck de madeira, material confortável e resistente. Este espaço, também possui uma área verde elevada com plantações de bambu e para atividades de jardinagem. Outro elemento que foi inserido, foram as pérgulas e os bancos junto a fachada, que configuram uma zona de estadia.



Fig. 100| Planta piso térreo- Residência.

1. Pátio privado

2. Área verde – plantação de bambu e espaço para atividades de jardinagem.

Planta elaborada pela autora 2018

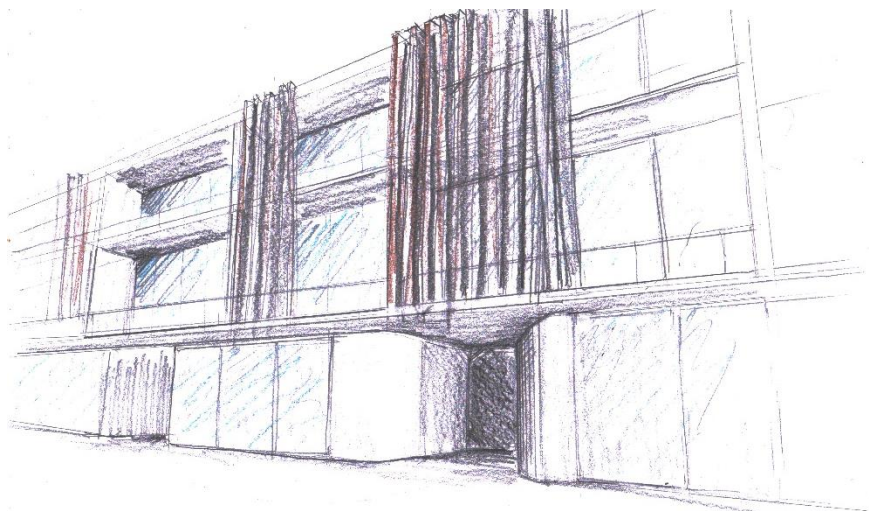


Fig. 101| Fachada da Residência Sênior
Sombreamento (brise soleil de madeira)
como segunda pele .

Desenho elaborado pela autora 2018

Fig. 102| Fachada da Residência
Sênior |

Desenho elaborado pela autora 2018

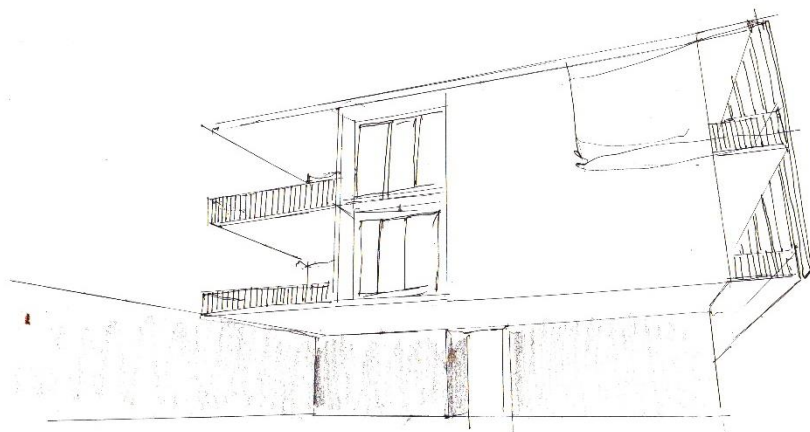


Fig. 103| Perspetiva do refeitório. Ripado
de madeira como elemento de
diferenciação de várias zonas, criando
assim espaços mais intimistas

Desenho elaborado pela autora 2018

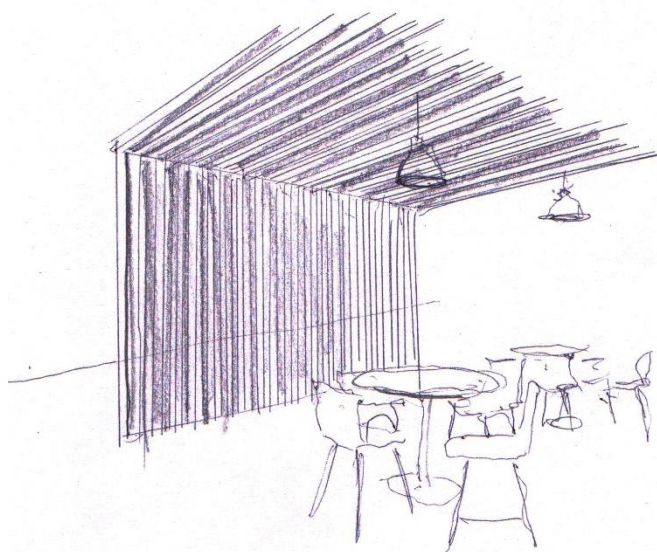
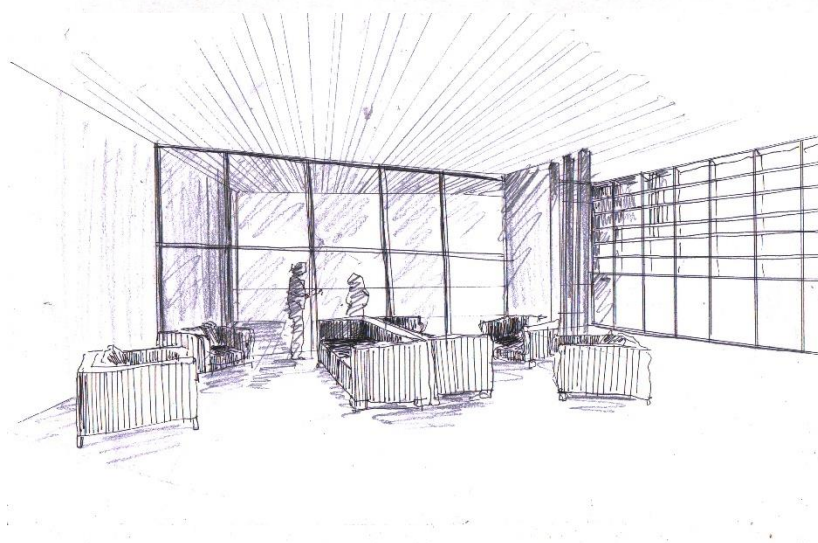


Fig. 104| Perspetiva da sala de piso

Desenho elaborado pela autora 2018



6.5 | ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

A partir das reflexões teóricas estudadas, neste subcapítulo, pretende-se demonstrar como os conceitos de espaços de transição foram aplicados tanto na conceção da proposta urbana como ao nível arquitetónico.

A proposta divide-se em três zonas, as praças e as ruas como espaço público, Centro Multifuncional e Geriátrico como espaço semipúblico, e Residência Sénior que apresenta maior nível de privacidade.

6.5.1 | ESPAÇO URBANO

“PRAÇAS”

As “praças” apesar de terem um uso semelhante, apresentam ambientes distintos.

A primeira “praça de conexão”, junto a igreja de Nossa Senhora do Rosário, funciona como elemento chave na integração da zona de Alburrica na cidade. Esta praça permite a realização de atividades comerciais.

A segunda, a “praça cultural”, funciona como uma “recepção” quando se chega a Alburrica, articulada de forma dispersa entre os dois volumes, e dilui-se a norte com o verde da paisagem. Esta “praça” é um espaço flexível que pode incorporar diferentes eventos culturais, nomeadamente exposições, atuações ou representações teatrais, proporcionando assim maior convívio entre os indivíduos. A elevação central da praça, é concebida a partir de uma série de diferentes níveis, criando assim vários nichos que servem de assentos orientados para o auditório. Os dispositivos de arborização oferecem um sombreamento que proporciona uma estadia mais agradável. Este espaço proporciona uma maior integração entre os indivíduos, desenvolvendo assim um contacto social de índole informal. Esta

praça funciona como sala de estar da cidade, que fornece a identidade tanto a zona de Alburrica como a cidade de Barreiro.

Assim, a praça é um elemento de referência, que pode motivar a gerar interesse para que os barreirenses se deslocam para esta zona.

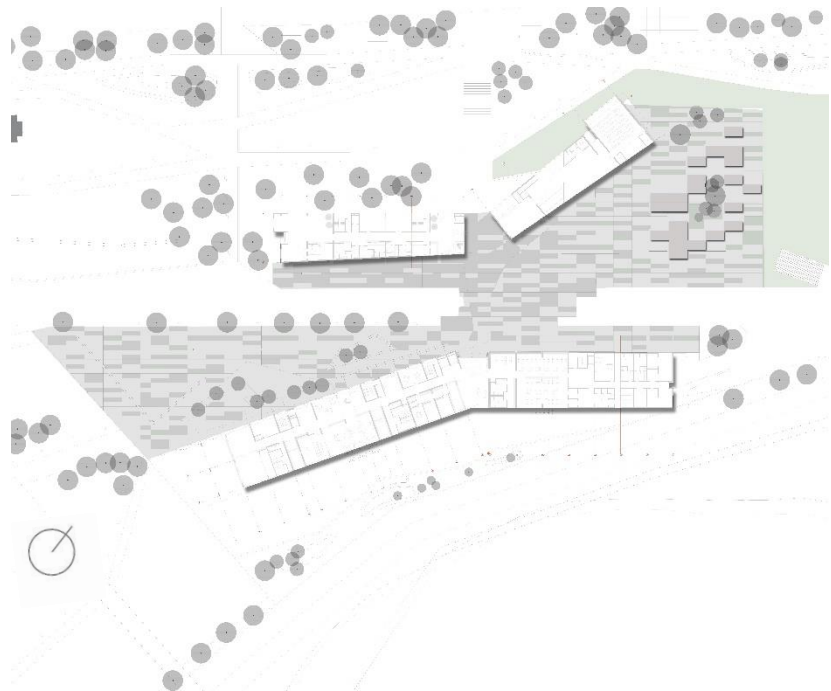


Fig. 105 | Praça Cultural
Planta elaborada pela autora 2018

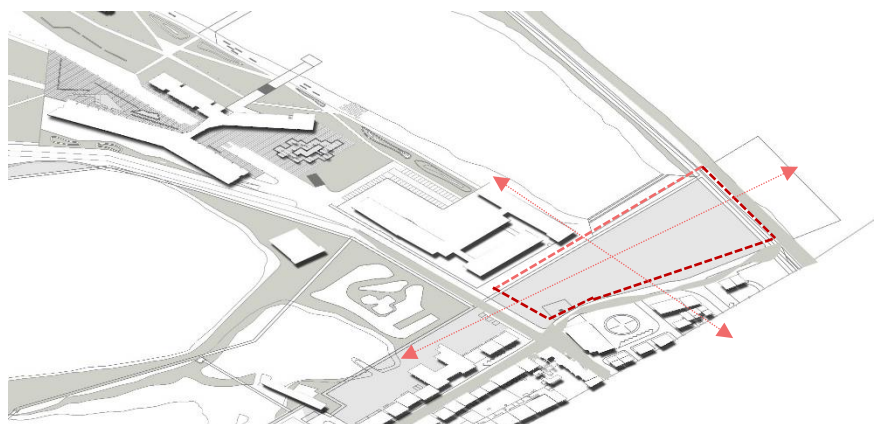


Fig. 106 | Praça de conexão entre a
cidade de Barreiro e Alburrica
Planta elaborada pela autora 2018

RUA HUMANIZADA

A rua como elemento estruturante que segue o alinhamento da R. Almeida Reis, visa conduzir a população barreirense a Alburrica, de modo a garantir a continuidade territorial. Desenvolve-se uma rua sem obstáculos e restrita a circulação de veículos com a intenção de criar um espaço de convívio e de passeio para a população. O pavimento desta rua não apresenta quaisquer marcas de trânsito, uma vez que se pretende dar prioridade ao percurso pedonal. Assim, desenvolve-se a rua com carácter de uma sala estar exterior, local seguro e confortável. A rua serve de transição (espaço intermédio) entre o volume mais privado e o volume de carácter mais público (Centro Multifuncional).

Esta rua apresenta alguns recuos, que permite que o indivíduo tenha um momento de pausa, de contemplação e de convívio. Para maior apropriação deste espaço, na extensão da rua implantou-se mobiliário urbano e pontuou-se com árvores de médio porte, para criar sombreamento.

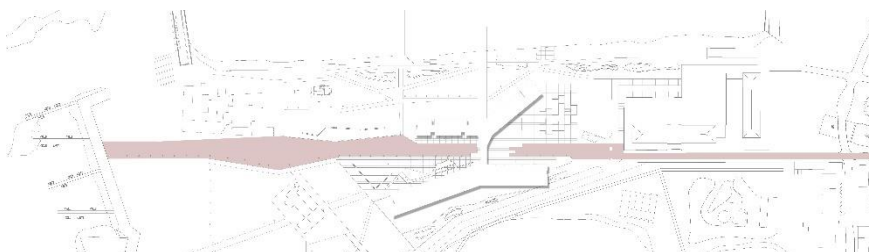


Fig. 107 | Rua humanizada

Planta elaborada pela autora 2018

6.5.2 CENTRO MULTIFUNCIONAL E GERIÁTRICO

O piso térreo do volume do Centro Multifuncional e Geriátrico é vazado de modo a estabelecer ligação entre a praça e o espaço verde, criando assim maior permeabilidade.

O Centro Multifuncional e o Centro Geriátrico apresentam somente uma entrada a partir da praça. O acesso é controlado por uma antecâmara, que permite ao utilizador uma consciência de mudança do domínio público para um espaço mais privado. O

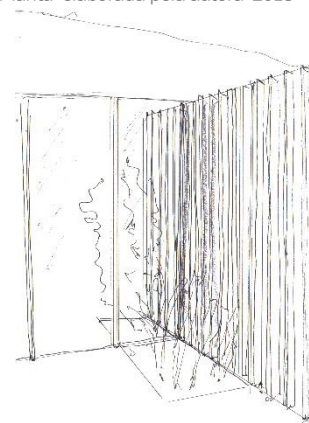


Fig. 108 | Antecâmara que estabelece relação entre o interior e o exterior do edifício.

Planta elaborada pela autora 2018

piso térreo está recuado em relação ao piso superior, originando assim maior permanência junto à fachada do edifício e desse modo pode estimular uma conversa ocasional entre as pessoas.

O auditório do Centro Multifuncional foi posicionado de modo a permitir abrir e projetar o palco para o exterior, para a praça, criando assim uma interação entre dois domínios.

Para evidenciar o caráter mais público do piso térreo do Centro Multifuncional, optou-se por utilizar as lajetas de betão, o mesmo material da praça. Ou seja, é uma continuidade do espaço público para o interior do edifício.

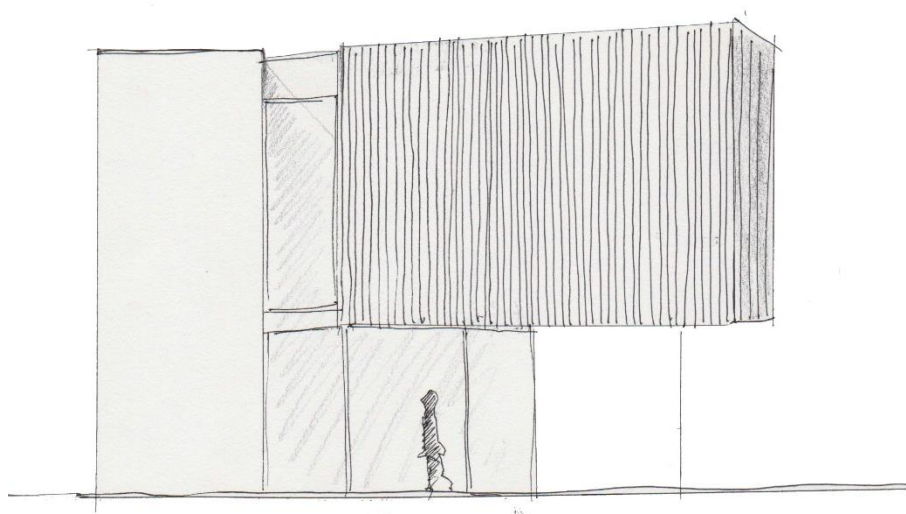


Fig. 109 | Piso do Centro Geriátrico recuado, permitindo assim maior permanência.

Desenho elaborado pela autora 2018

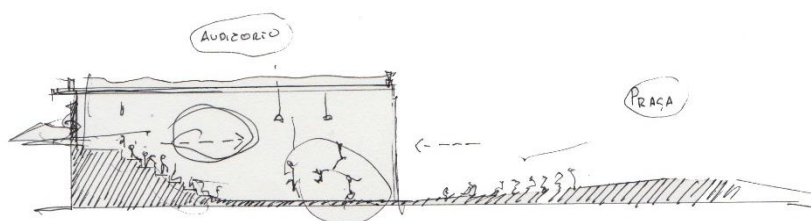


Fig. 110 | A relação entre o auditório e a praça

Desenho elaborado pela autora 2018

6.5.3 RESIDÊNCIA SÊNIOR

RELAÇÃO ENTRE FACHADA E O ESPAÇO PÚBLICO

Partindo da teoria do “efeito de bordo” de Gehl, junto à fachada do edifício residencial são integrados assentos que fazem parte do desenho arquitetônico, que proporcionam uma zona de estadia com sentido de proteção e de maior segurança.

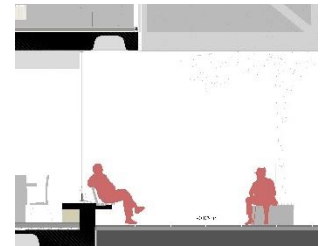


Fig. 111| A fachada como zona de estadia.

Corte elaborado pela autora 2018

RELAÇÃO ENTRE O EDIFÍCIO E O PÁTIO

A criação do pátio privado favorece a organização e a hierarquização dos espaços inerentes a Residência Sênior e ainda o aumento da área social do piso térreo uma vez que pode se estender para o exterior. Desse modo, potencia o maior contacto com a natureza, proporcionando uma sensação de conforto e bem-estar do idoso.

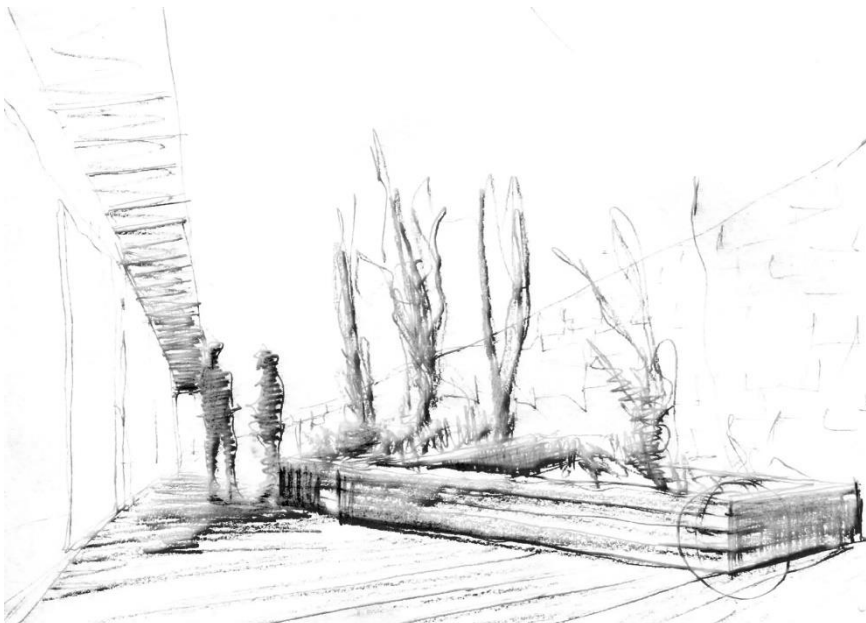


Fig. 112 | A relação entre o edifício e o pátio

Desenho elaborado pela autora 2018

ZONA DE CIRCULAÇÃO INTERIOR

O percurso é concebido de forma que o utilizador seja estimulante e este seja constantemente surpreendido pela paisagem exuberante da envolvente.

O corredor da circulação no interior funciona não só como uma zona de passagem, mas também permite uma maior permanência e oferece maior possibilidade de interação entre os residentes. Para assegurar essa permanência, existem bancos tanto na entrada das habitações como nos recuos que estão virados para a praça, permitindo assim ao idoso sentir a vida da praça e observar as pessoas e as atividades a partir do interior.

Ao mesmo tempo, o espaço do corredor adjacentes à cada habitação pode ser apropriado pelos residentes, onde estes podem colocar os seus quadros ou plantas, tornando-o mais personalizado e individualizado. As zonas de circulação são iluminadas naturalmente, a partir das aberturas constantes na fachada que, ampliam o espaço visualmente para o exterior, assim como pelos vãos superiores.



Fig. 113| Espaço de circulação como zona de estar
Desenho elaborado pela autora 2018

Para criar maior espírito de comunidade, projetam-se floreiras para serem cuidadas por todos os habitantes, fomentando assim a comunicação entre os vizinhos.

A passagem aérea que liga o piso 1 da Residência ao Centro Geriátrico, constitui uma zona de convívio. A integração de mesas, bancos, sofás e também canteiros sobrelevados nesta transição pode estimular o contacto entre os residentes. Já a cobertura deste piso é acessível, formando assim um espaço exterior com vista para a praça.

ESPAÇO DE ESTAR COMUM

Os espaços coletivos principais (sala de estar e de atividades, capela, refeitório), localizados no piso térreo, apresentam-se divididos pelos armários em várias zonas, que diferenciam os espaços, ao mesmo tempo permite manter a percepção visual.

No piso 1 e 2 localizam-se as áreas comuns como a sala de piso e as salas de leitura abertas para a zona de circulação, com o intuito de uma apropriação mais espontânea. É ainda nestes pisos, que os terraços, virados para a praça, servem de estadia exterior, permitindo ao residente observar a vivência quotidiana da praça.

O edifício apresenta diversos espaços com diferentes dimensões, com maior ou menor nível de privacidade, permitindo ao residente usar de acordo com o seu desejo.

HABITAÇÕES

ENTRADA

Como acontece no lar de Idosos De Drie Hoven, a entrada para habitações é descolada da zona de distribuição, criando assim um espaço mais protegido e recolhido em relação ao corredor. Este recuo, espaço intermédio, funciona como uma transição “suave” da zona mais público para o privado. Para estimular o contacto entre os residentes, este espaço contém bancos e prateleiras que permite a expressão individual através de objetos pessoais. Na zona de kitchenette projetou-se vãos interiores, que proporcionam maior ligação ao espaço comum (corredor).

ANTECÂMARA

As habitações apresentam duas variedades de antecâmara.

A primeira, na tipologia de dois quartos individuais que partilham as áreas de higiene e de kitchenette, a antecâmara é mais compartimentada, que divide as zonas privadas (quartos) das zonas comuns.

A segunda, na tipologia de quartos individuais e nos apartamentos, a antecâmara apresenta-se sem grandes barreiras físicas, e a transição é marcada pela diferenciação do pé direito e do material do teto falso, assim como pela estante. Esta antecâmara dá acesso às instalações sanitárias.

Assim, ambas as antecâmaras salvaguardam a privacidade do utilizador, protegem os quartos do ruído dos corredores e consciencializam o utilizador da mudança de ambiente.

VARANDA

As varandas fazem a ligação entre o ambiente interior e o exterior constituindo zonas intermédias.

Assim, à semelhança dos apartamentos da Rue des Suisses, propõem-se persianas na varanda para permitir controlar a entrada de luz e garantir maior privacidade. Assim, quando estas se encontram totalmente fechadas, compreendem-se como uma zona de “válvula”. Por outro lado, quando estão abertos funcionam como espaço intermédio.

Para separar as varandas entre as habitações, propõe-se elementos verdes e floreiras, de modo a proporcionarem algum nível de privacidade, e por outro lado permitem comunicação entre os vizinhos.



Fig. 114 | A relação entre o edifício e o pátio | As varandas como espaço intermédio | Floreiras que separam as varandas

Corte elaborado pela autora 2018

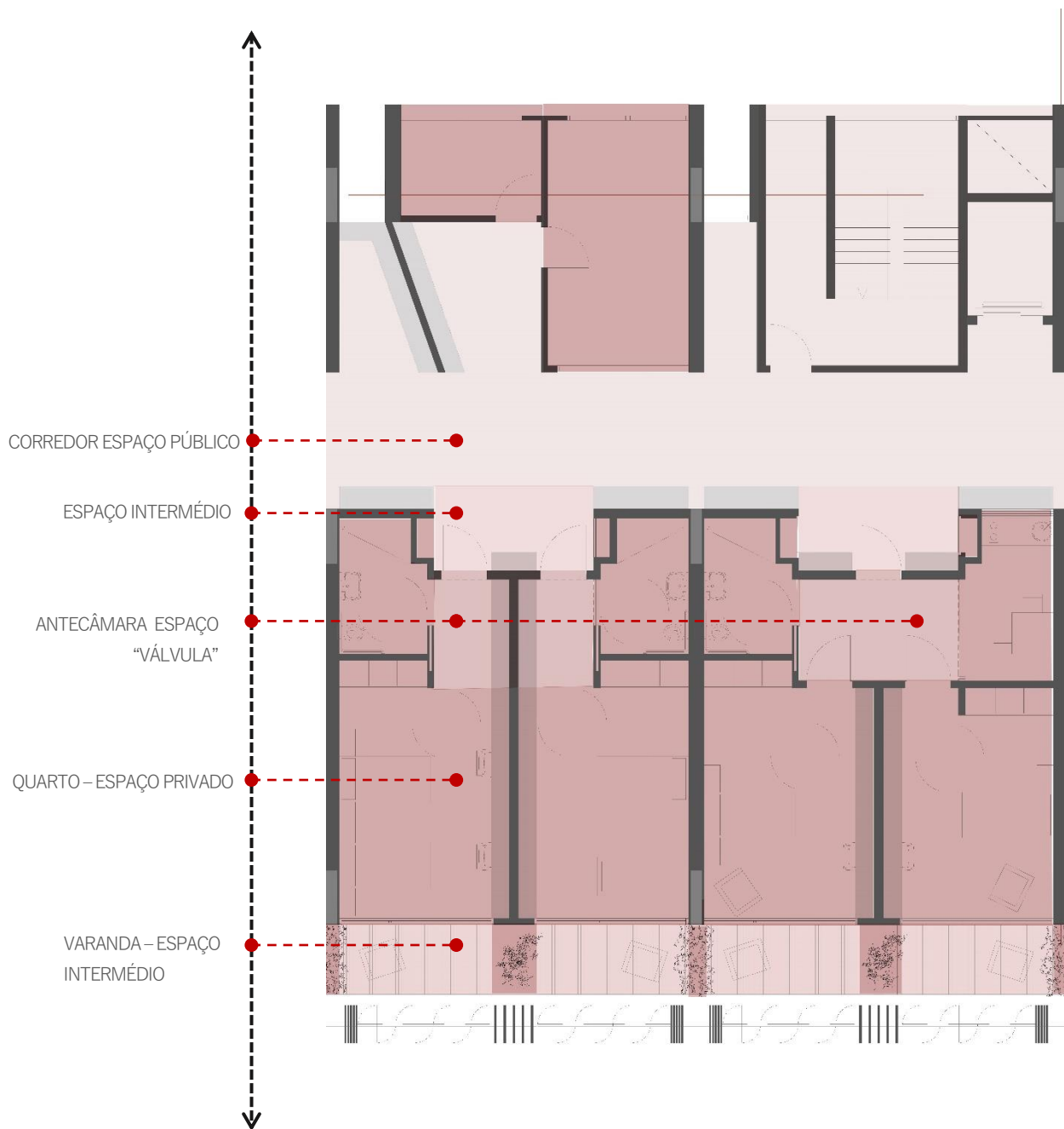


Fig. 115 | Planta esquemática das habitações propostas, tendo com principal foco os espaços de transição | Espaço intermédio | Espaço válvula | Público e Privado

Planta elaborada pela autora 2018

07 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a sociedade ocidental encontra-se perante um grande envelhecimento populacional. Um dos principais problemas desse fenómeno é o isolamento social dos idosos e a falta de interação com a comunidade. Por outro lado, no caso de soluções residenciais para idosos é essencial preservar a privacidade de cada residente, principalmente quando se trata de modelos institucionais.

Neste sentido, os espaços de transição analisados dividem-se em duas perspetivas:

Na primeira perspetiva, os espaços de transição como “válvulas” são elementos arquitetónicas essenciais na preservação da privacidade, que funcionam como isolamento acústico, visual e térmico. Esta ideia visa que as atividades devem ser realizadas em zonas visivelmente articuladas e perfeitamente estruturadas, de modo a preservar a integridade e as características específicas de cada espaço. Contudo, esta divisão rígida de espaços pode gerar a falta de oportunidades de encontro.

Na segunda perspetiva, os espaços de transição no edifício, as “zonas intermédias” devem ser vistas como continuação do espaço público de convivência, estimulando assim o convívio entre os habitantes, e não serem vistos somente como lugares de passagem. Para gerar maior vivência nos espaços de transição comunitários, é fundamental que os residentes se identifiquem com o espaço e se responsabilizem pela sua manutenção e apropriação. Por isso, estes espaços devem

incentivar e influenciar os residentes a personalizar e a decorar com os seus objetos pessoais.

Estes dois conceitos descritos assentem em princípios distintos não se rescindem, uma vez que o seu uso e o seu propósito podem ser diferentes. Assim, o espaço de transição surge como elemento fulcral na relação entre os diferentes espaços: corredor das habitações como zona intermédia, ou seja, lugar de convivência, zonas adjacentes das habitações como lugar de atividade e expressão de identidade e as antecâmaras como válvula de proteção.

Para contrariar a tendência de isolamento e incentivar à coesão e contactos sociais, o espaço público deve ser vivenciado em comunidade. Por isso o desenho do espaço público deve reunir condições necessárias para que ocorrem as atividades sociais. Para que as pessoas utilizem o espaço público, este deve ser predominantemente pedonal, proporcionando assim ao utilizador a sensação de segurança e bem-estar. O espaço público deve possuir situações favoráveis para apropriação e permanência em espaços exteriores, nomeadamente zonas de estadia com bancos formais e assentos informais, sombra e elementos naturais.

A fundamentação teórica e a análise de casos de estudo, foram essenciais para servir de base para a realização da requalificação da zona de Alburrica assim como do projeto de arquitetura.

A principal premissa da proposta para o espaço público, foi restabelecer o diálogo entre Alburrica e a cidade de Barreiro. A proposta procurou qualificar e dinamizar este espaço a partir da criação da estrutura de circulação pedonal, zonas de estadia e implantação de novos equipamentos, criando assim uma nova centralidade na cidade de Barreiro. A praça cultural proposta contribui para a identidade da cidade e permite maior permanência da comunidade no espaço público.

Dentro dos princípios para o desenho da proposta, desenvolveram-se os conceitos teóricos dos espaços de transição, tanto como elemento essencial para o contacto social, como para a preservação da privacidade.

A entrada nos edifícios é feita a partir do espaço “válvula”, que separa o exterior e o interior do edifício. O pátio privado que estimula e reforça o espírito de união e de comunidade.

O corredor de distribuição principal, promove o convívio entre os residentes, através de diversas zonas de estadia criadas ao longo deste. Devido a esta interação social, tornou-se indispensável a criação de um espaço "intermédio" que prepara e permite ao residente uma mudança de ambiente mais ténue. Para além disto, ainda se recorreu ao uso de antecâmeras no acesso dos residentes aos seus espaços individuais. Nos espaços adjacentes aos quartos, os habitantes podem colocar os seus objetos pessoais, criando assim um sentimento de identificação e de reconhecimento.

Conclui-se que é fundamental na arquitetura e no desenho urbano recorrer ao uso da zona intermédia e espaço “válvula”, conforme as necessidades de contacto social ou privacidade de cada utilizador. Estes conceitos, assumiram preponderância no projeto realizado devido ao facto do edifício assumir vários usos e domínios.

08| FONTES BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

ALEXANDER, C., CHEMAYEFF, S (1970). *Comunidad y privacidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión

ALEXANDER, C. (ed). (2013). *Uma linguagem de padrões a parttern language*. Porto Alegre: Bookman.

BACHELARD, G. (1989). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes

BRAND, S. (1994). *How Buildings learn: What happens after they ´re built*. New York, USA: Penguin Books USA

CHAU, F. (ed). (2012). *O envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*. Lisboa, UCP / CEPCEP

COELHO, A. (2007). *Habitação Humanizada*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil

COELHO, A.B., PEDRO, J.B (1998). *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação. Tipologias dos níveis físicos residenciais*. Lisboa: LNEC

CULLEN, G. (2009). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70

DANIEL, F. (2009). *Profissionalização e Qualificação da Resposta Social “Lar de Idosos”*. Revista Interações, 17. pp.65-74

DARÉ, A. (2010). *Design Inclusivo _ O impacto do ambiente doméstico no utilizador idoso*. Lisboa, Universidade Lusíada Editora

FENEGRÁ, A.M. (2002). *Residência para idosos: critérios de projeto*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FRANK, E. (2003) *Arquitectura y Sociedad / Old Age, Architecture and Society*, Buenos Aires: Nobuko Sa

GEHL, J. (2006) *La humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté

GEHL, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspetiva

GONÇALVES, C., CARRILHO, M. J. (2006). *Envelhecimento¹¹⁷ crescente mas espacialmente desigual*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

HEIDEGGER, M. (2002). *Construir, Habitar, Pensar. In: Ensaios e Conferências*. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes

HERTZBERGER, H. (1996). *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes

HOLL, S. (1997). *Entrelazamientos: Steven Holl: obras y proyectos, 1989-1995*. Barcelona: Gustavo Gili

INE (2002). *O Envelhecimento em Portugal – Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas

KARTZ, P. (1994). *The New Urbanism: Toward an Architecture of Community*. New York: McGraw-Hill

LYNCH, K. (1990). *A imagem da cidade*. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70.

MONTOYA, A. (2011). *Habitar na velhice. Evolução dos dispositivos arquitetónicos*. Disponível em: http://associacaoamigosdagrandeidade.com/wp-content/uploads/2010/02/albertomontoyaHABITAR_NA_VELHICE.pdf [Consultado em 25/04/2018]

MOSTAEDI, A. (2003). *Homes for senior citizens*. Barcelona: Filabo, S.A.

MUGA, H. (2006). *Psicologia da arquitectura* (2a ed.). Canelas: Gailivro

NOVO, A., FERNANDES, J., ANDRADE, M., ARAÚJO, N., MATEUS, P., CASADO, S. (2009). *Aldeias Lar: Novas Casas Para Velha Sabedoria -As Aldeias Lar como instrumento de apoio social e de combate à desertificação*. Bragança: Reabilidades III.

OMS. (2009). *Guia Global das cidades amigas das pessoas idosas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

PAÚL, C., FONSECA, A. (2005). *Envelhecer em Portugal- Psicologia, saúde e prestação de cuidados*. Lisboa: Climepsi Editores

PEVSNER, N. (1979) *Tipologias arquitetónicas*. Barcelona, Gustavo Gili

PORTER, D., BRECHT, S. (1995). *Housing for Seniors: Developing Successful Project*. Washington: Urban Land Institute

REGNIER, V. (2003). *Design for Assisted Living*. New York. NY : John Wiley & Sons

REIS, R., SILVA, M. (2012). *Workshop Estejo: Alburrica*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa

ROSA, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

TOSTÕES, A. (ed). (2006). *Gulbenkian: Arquitetura e Paisagem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

UNWIN, S. (1997). *Doorway*. Grã-Bretanha: Butler and Tanner Ltd

ZUMTHOR, P. (2006). *Atmosferas*. Barcelona: Gustavo Gili

REVISTAS E ARTIGOS

SCHITTICH, C. (2007). *Housing for People of All Ages*. Munchen: Edition DETAIL

SCHNEIDER, T., Till, J. (2007). *Flexible housing*. Oxford, UK: Architectural Press

SILVA, M. (2009). *Arquitetura. Geriátrica*. Coimbra, FCTUC

SMITHSON, A. (ed), (1974). *Team 10 primer*. Londres: MIT press

WEB BIBLIOGRAFIA

PARQUE RIBEIRO DO MATADOURO / OH!LAND STUDIO

Disponível em
<https://www.archdaily.com.br/br/778055/parque-ribeiro-do-matadouro-oh-land-studio/5652eee3e58ece0aa4000172-ribeiro-do-matadouro-park-oh-land-studio-master-plan>
[Consultado 15 agosto 2018]

CÂMARA SANTO TIRSO Disponível em https://www.cm-stirso.pt/frontoffice/pages/7?news_id=383 [Consultado 15 agosto 2018]

RUE DE SUISES Disponível em https://issuu.com/boulatova/docs/rue_march_1 [Consultado 8 agosto 2018]

PORDATA Indicadores de envelhecimento. [online] Disponível em:
<https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526> [Consultado 9 Ago. 2018].

09 | ANEXOS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO LOCAL DE INTERVENÇÃO

CARTOGRAFIA

PROCESSO DE DESENHO

MAQUETES DE ESTUDO

MAQUETES FINAIS

PEÇAS FINAIS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO





Fotografias tiradas pela autora 2018

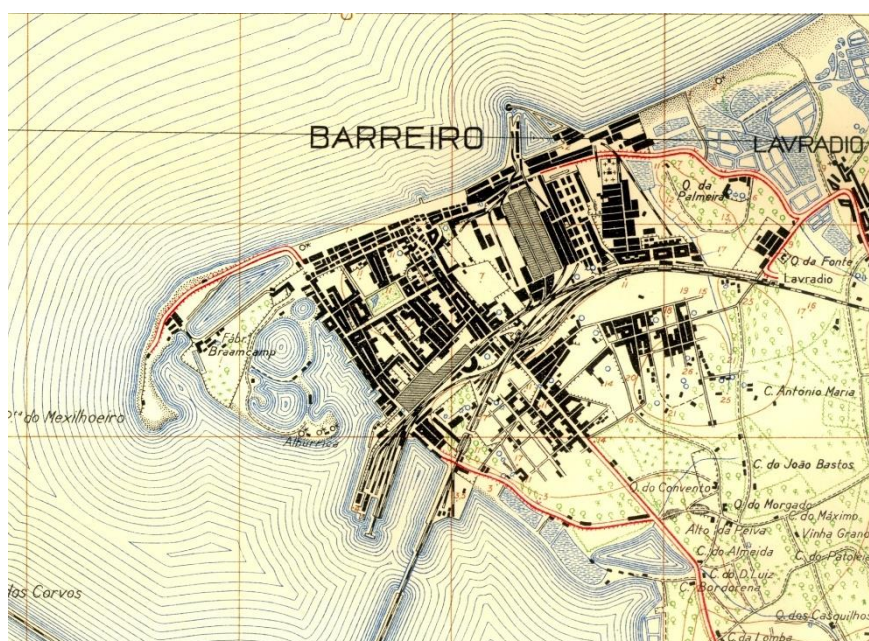
CARTOGRAFIA



EXTRATO DA CARTA DOS
ARREDORES DE LISBOA. IPPC.
1816

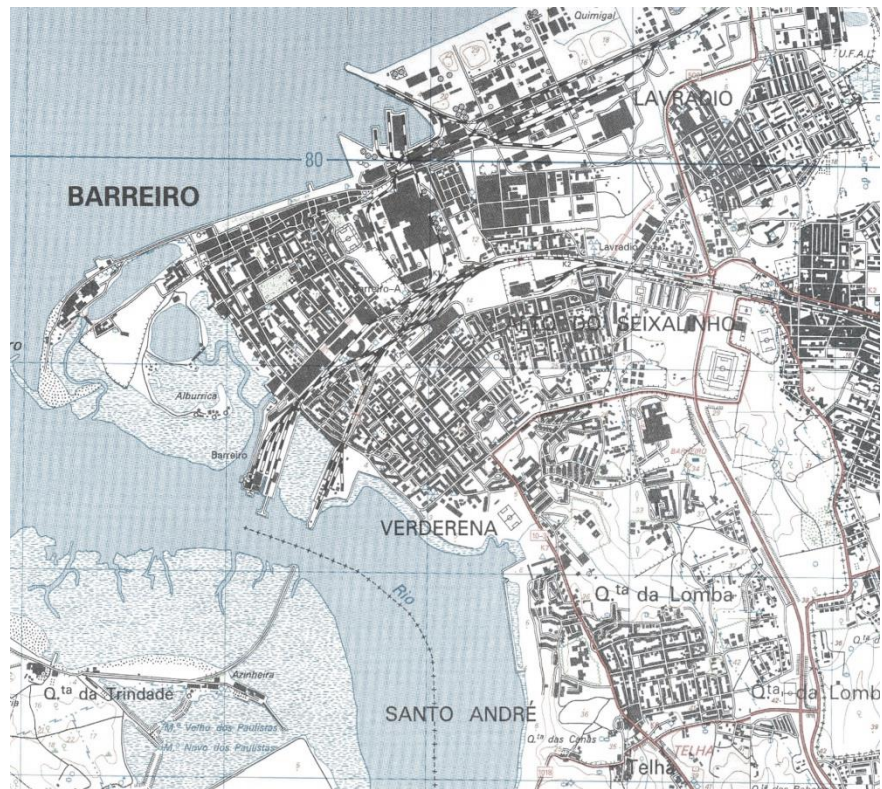


MAPA DA CIDADE DO BARREIRO.
SCE. 1930



MAPA DA CIDADE DO BARREIRO.
SCE. 1940

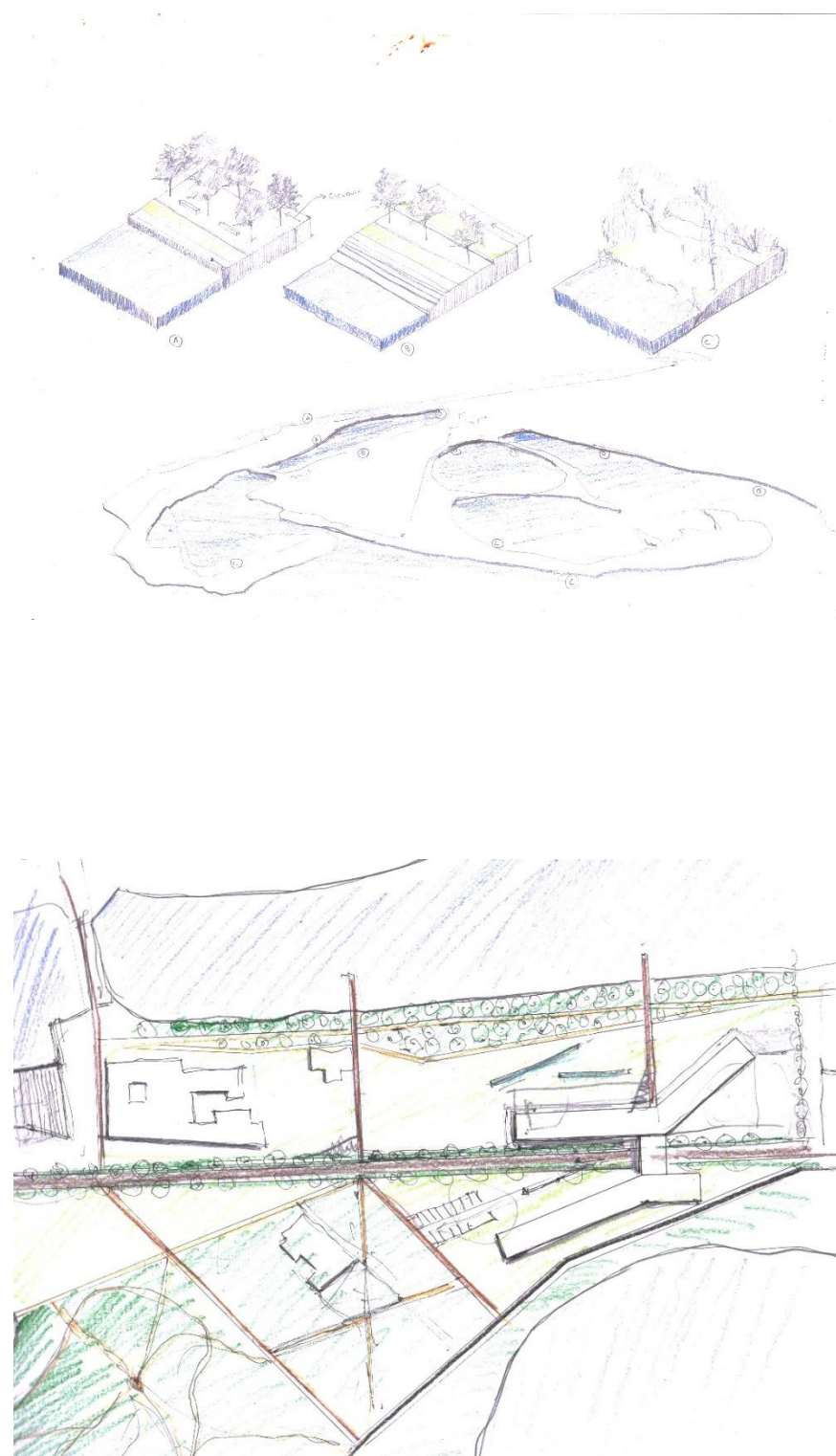
MAPA DA CIDADE DO
BARREIRO.SCE. 1993

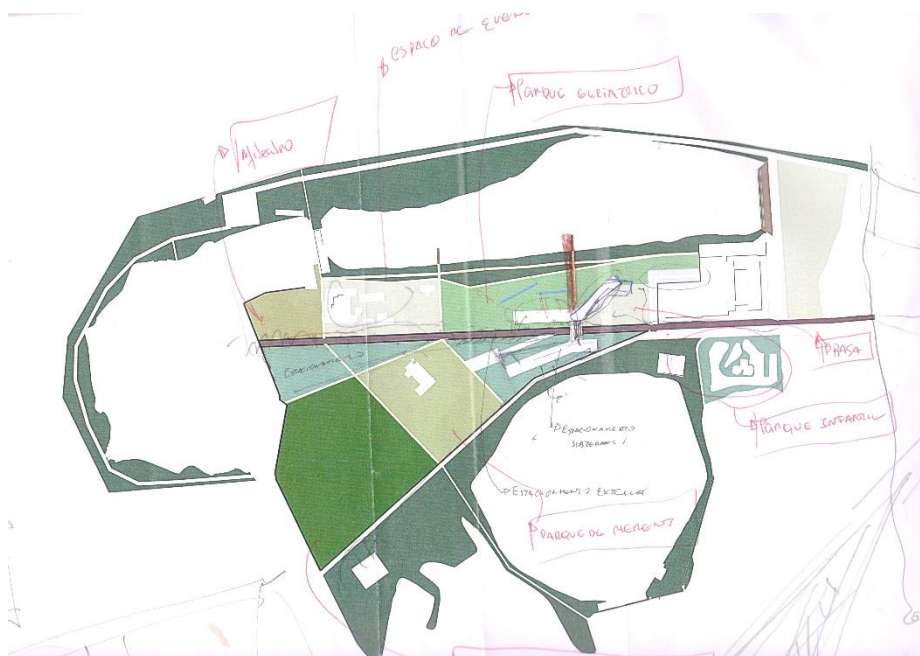
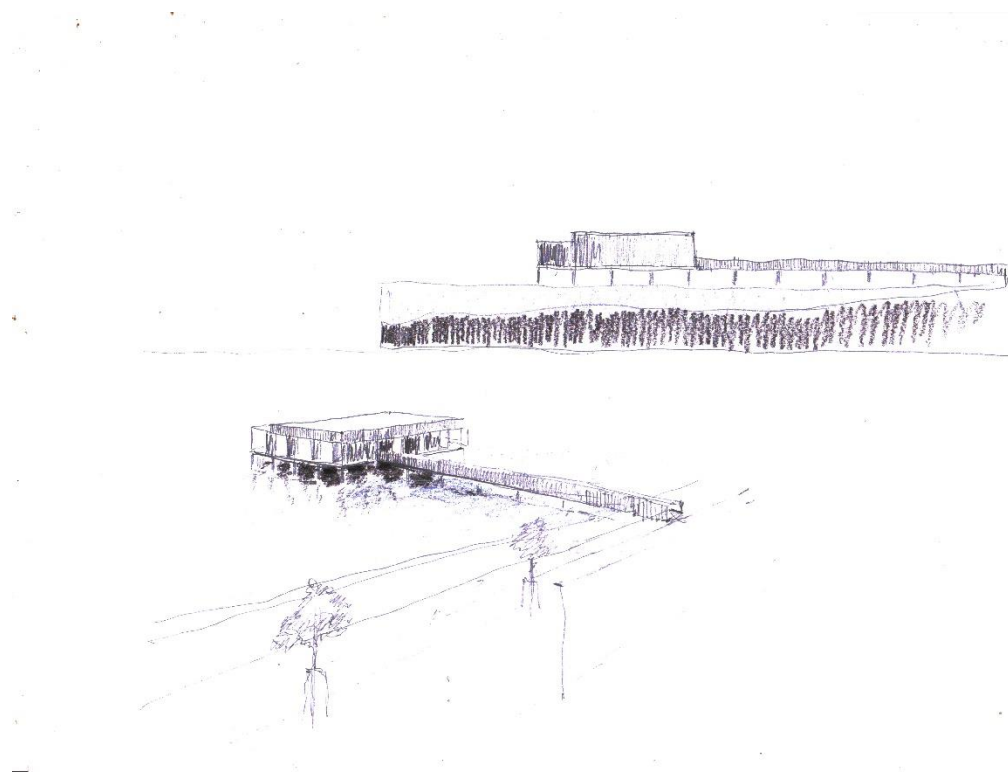


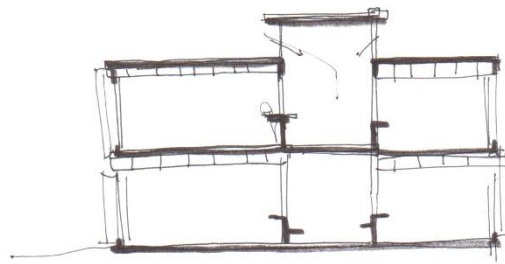
MAPA DA CIDADE DO
BARREIRO.SCE. 2002



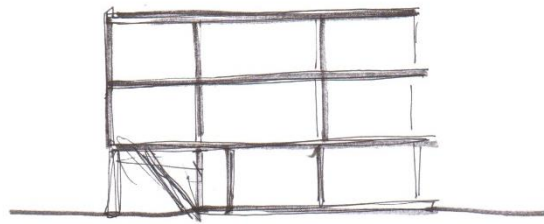
PROCESSO DE DESENHO



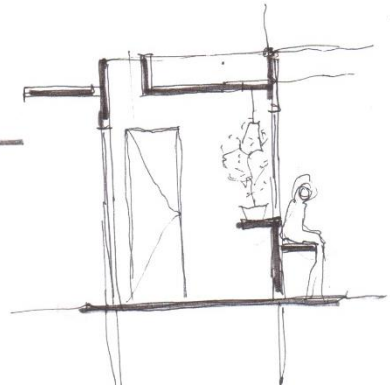




CORTE CENTRO GERIÁTRICO

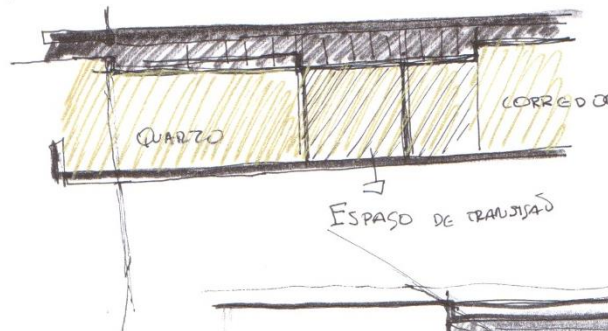


CORTE RESIDÊNCIA



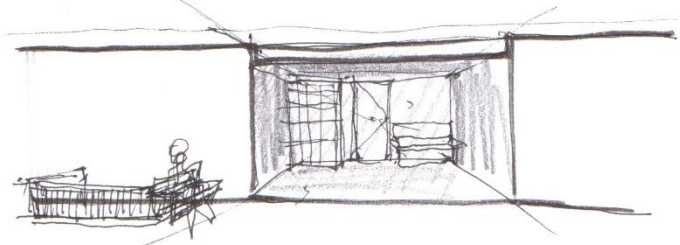
CORTE ANTECÂMARA

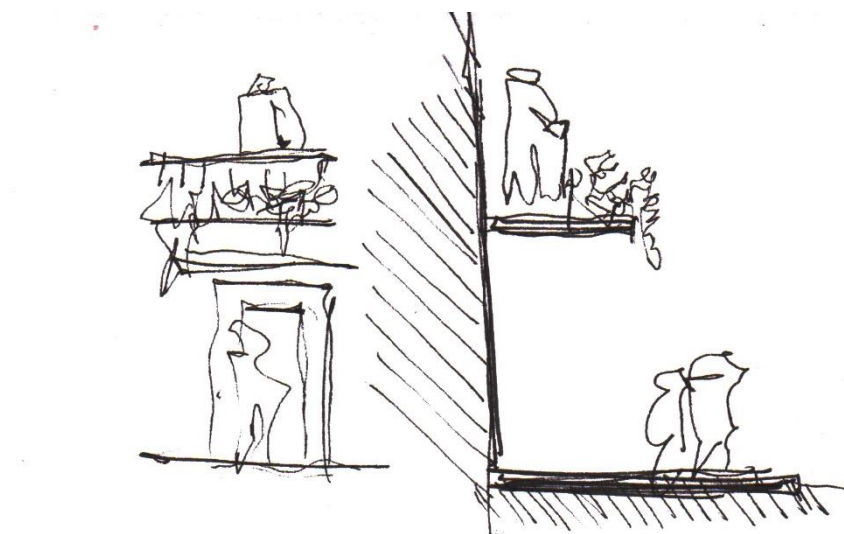
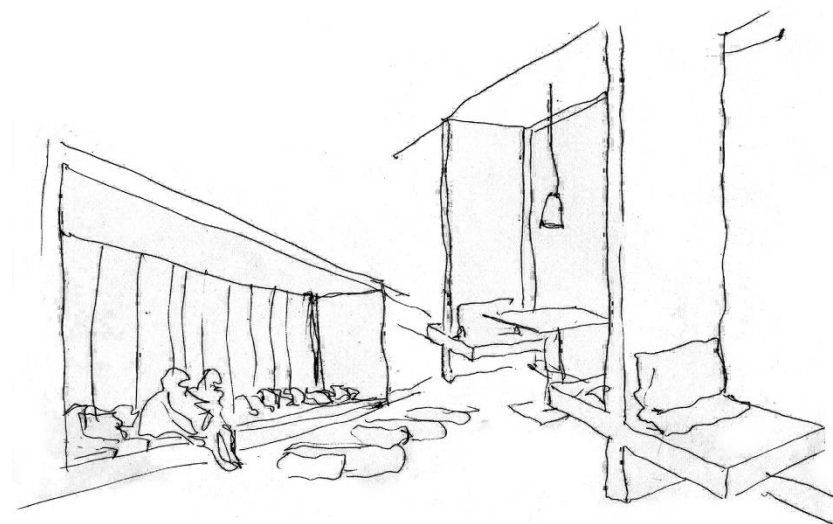
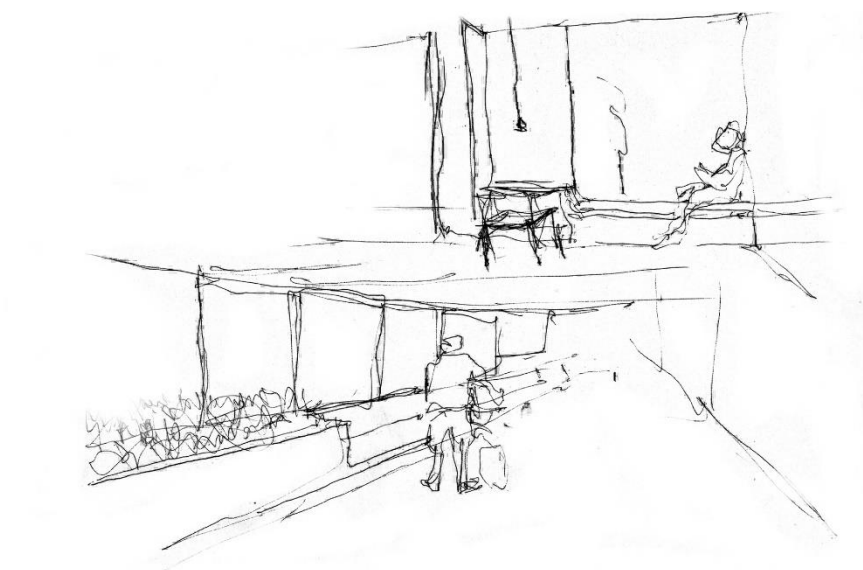
EXT

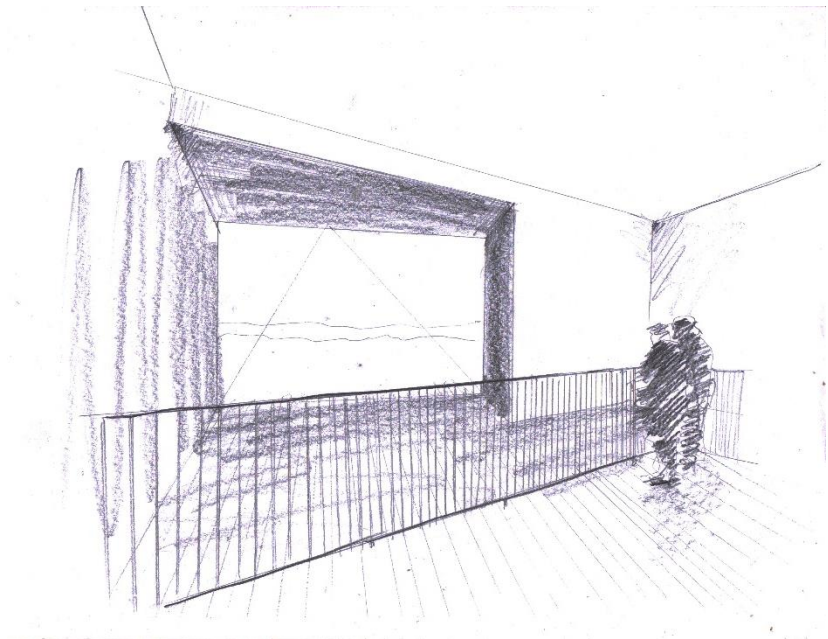
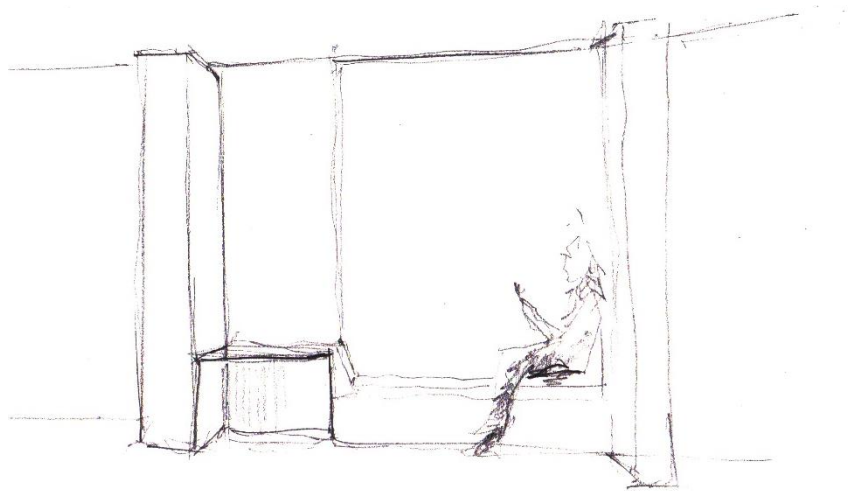
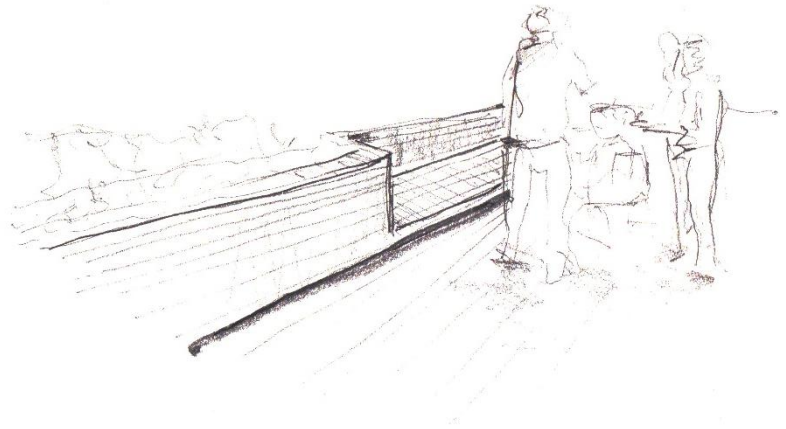


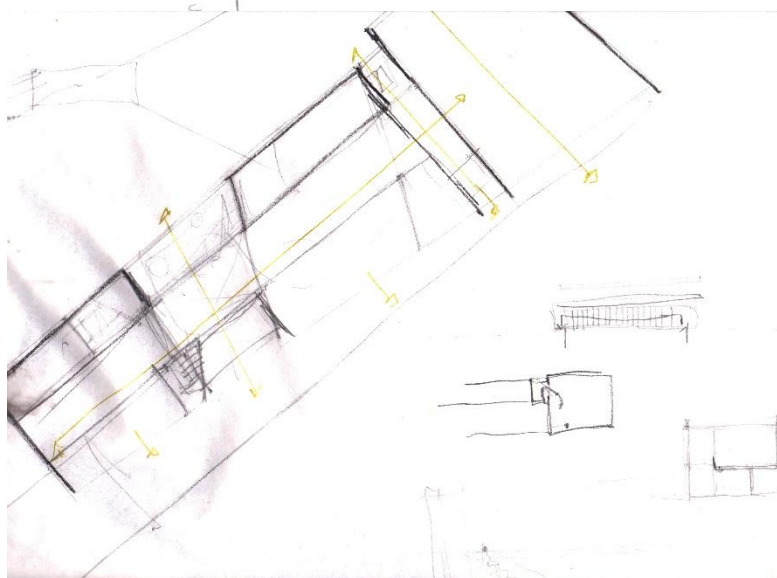
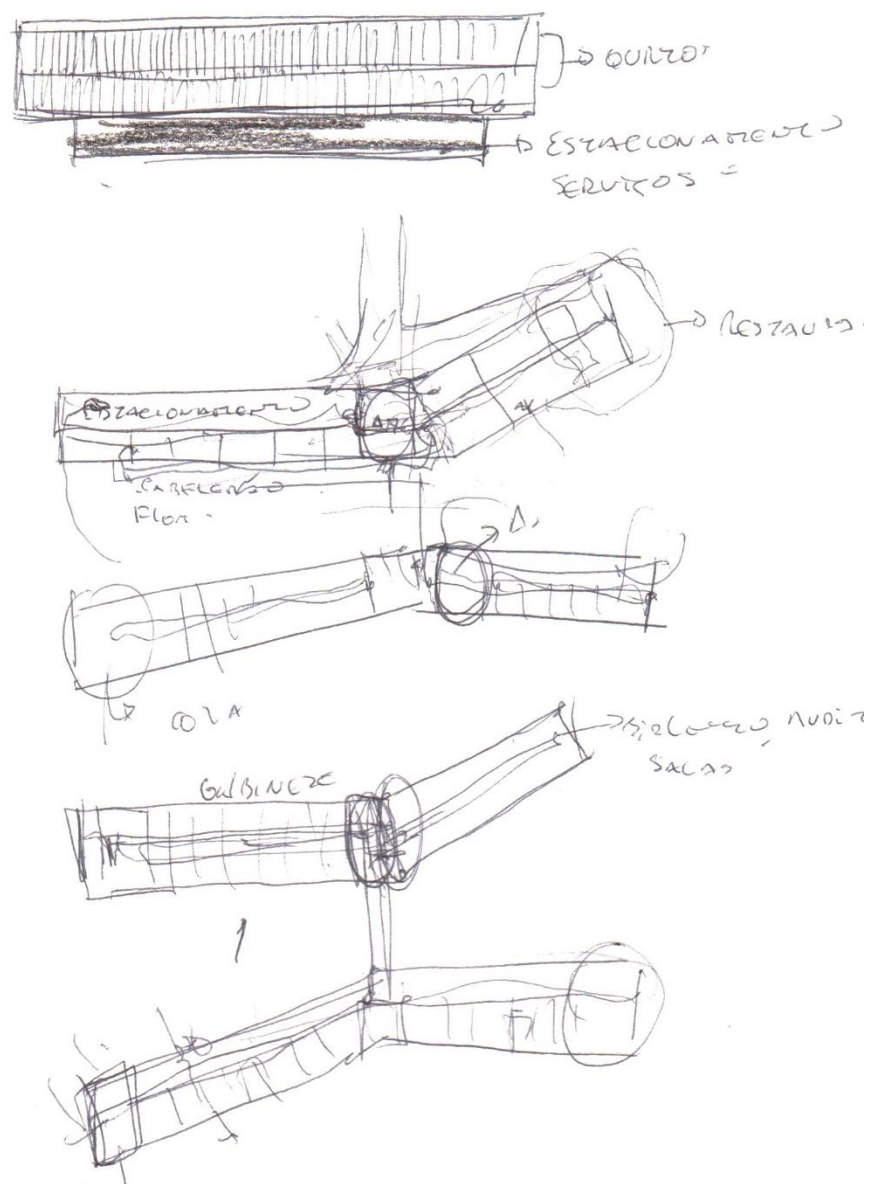
CORTE RESIDÊNCIA

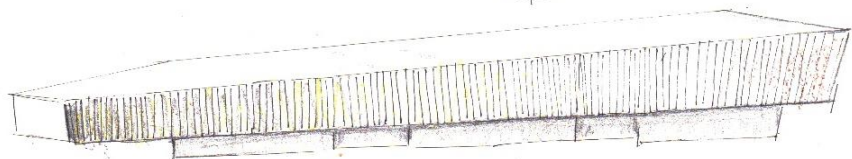
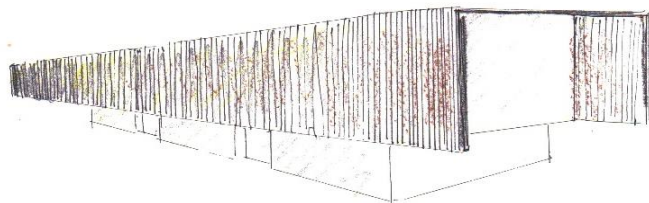
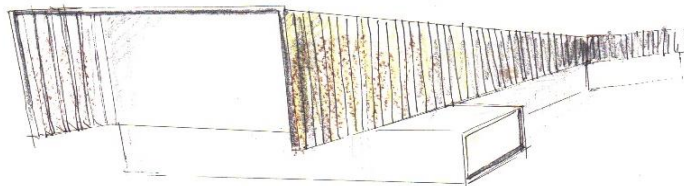
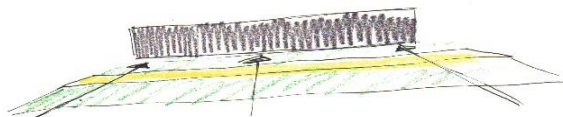
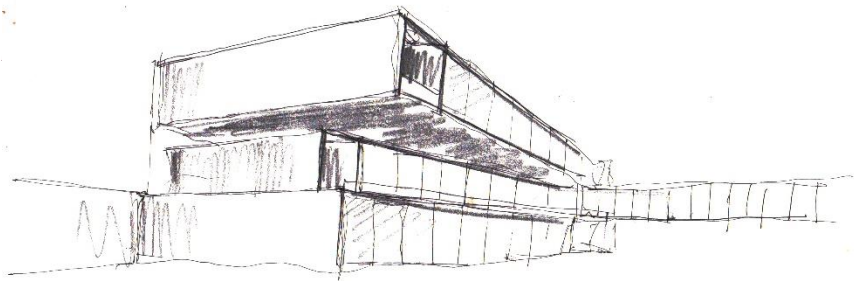
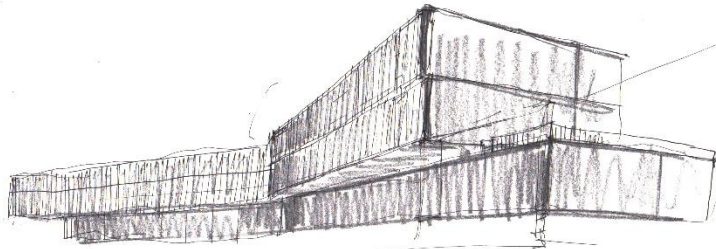
ESPAÇO DE TRANSIÇÃO







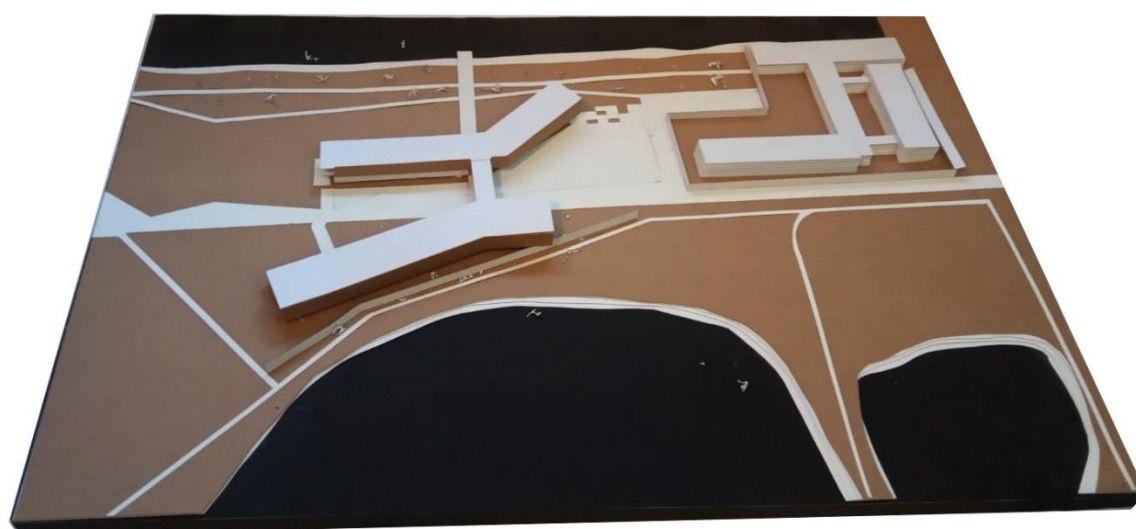




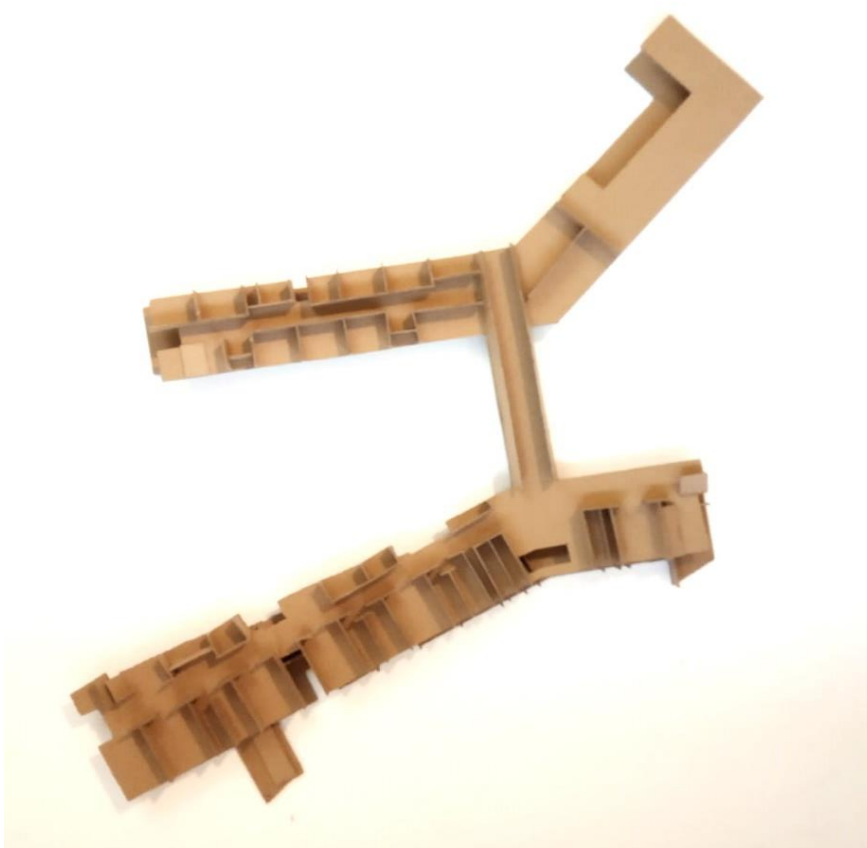
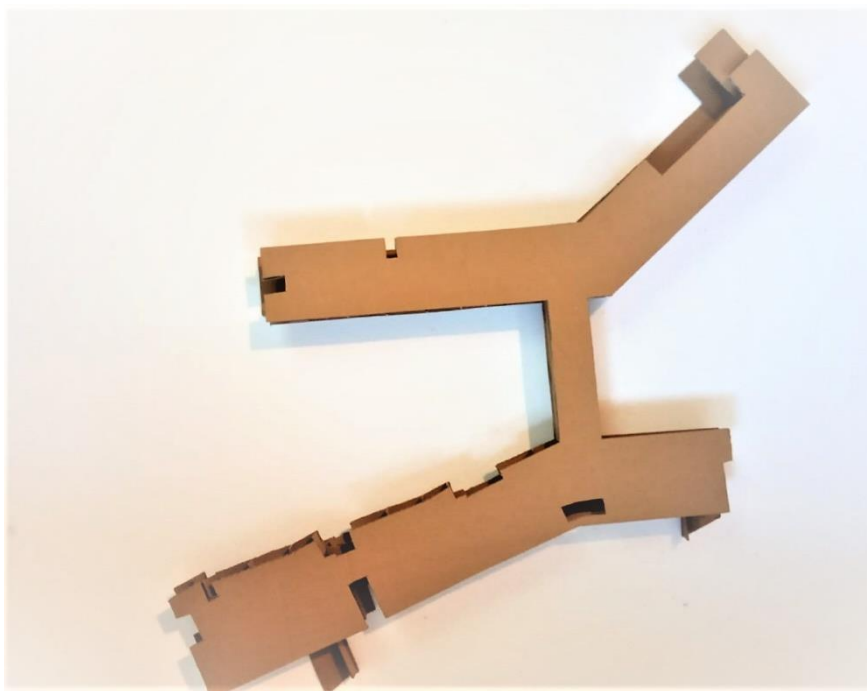
MAQUETES DE ESTUDO



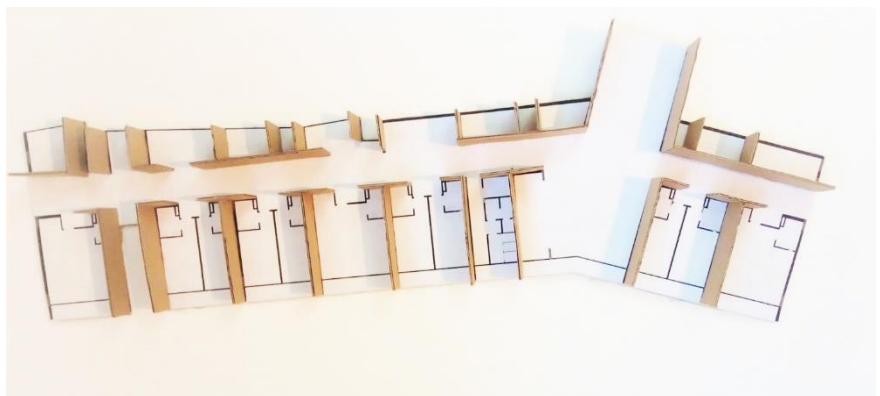
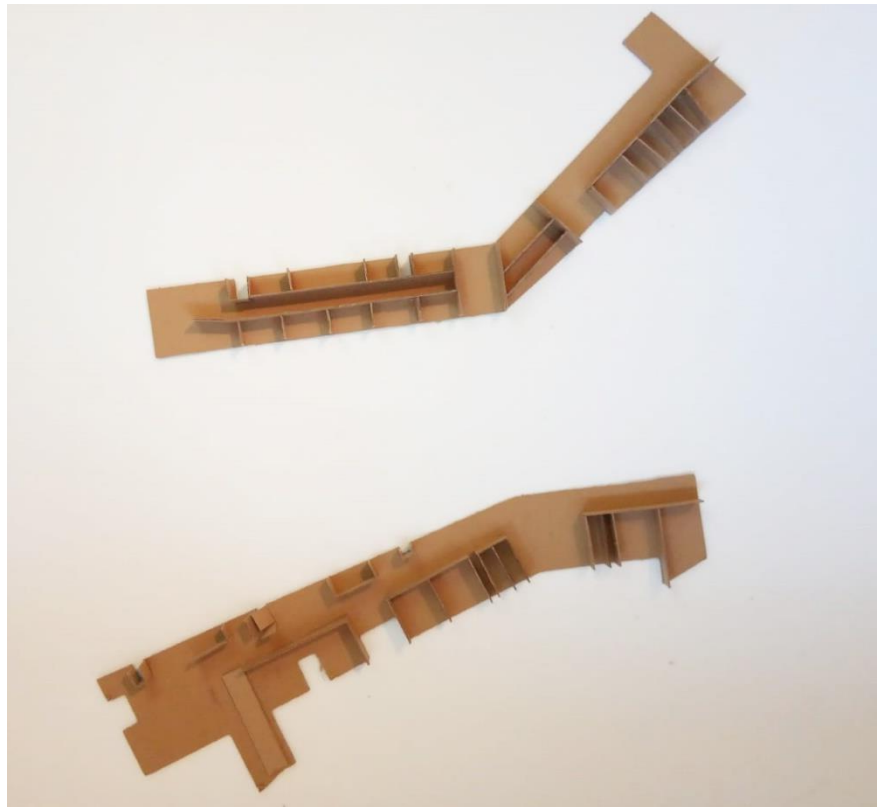
ESTUDO DA VOLUMETRIA
Esc.1.1000



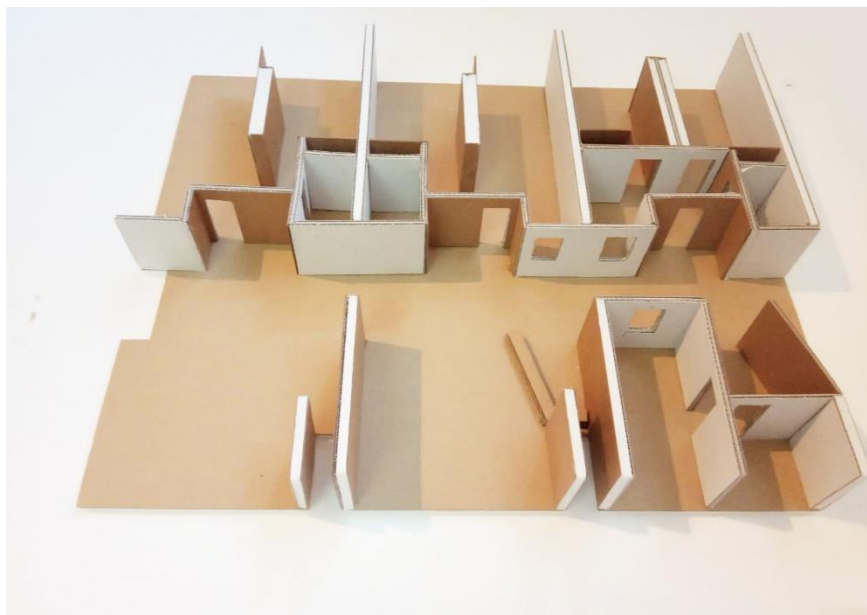
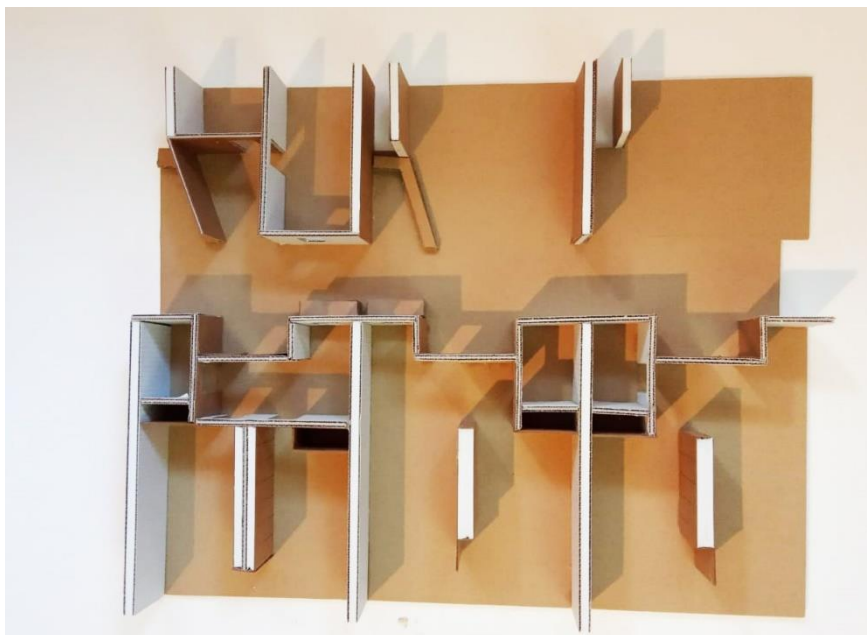
ESTUDO DA VOLUMETRIA
Esc.1.500



ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DO
EQUIPAMENTO
Esc.1.250

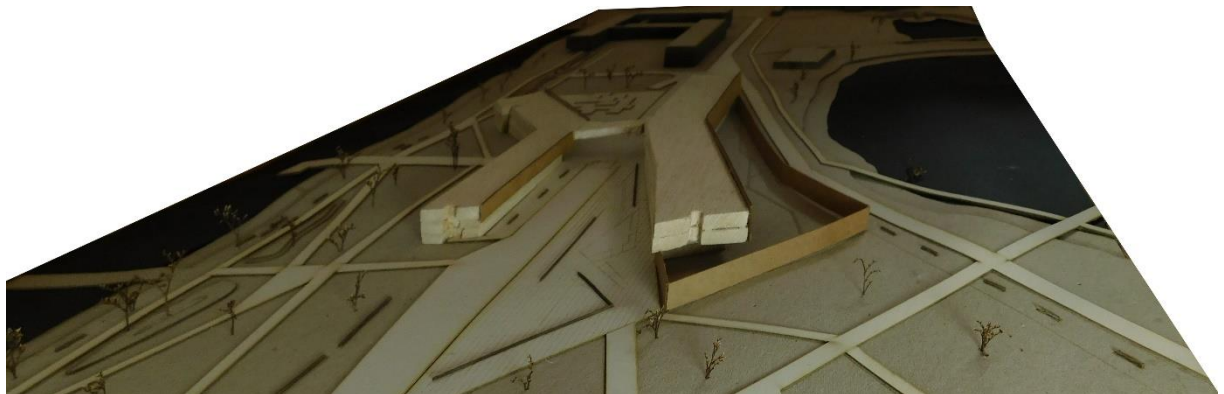
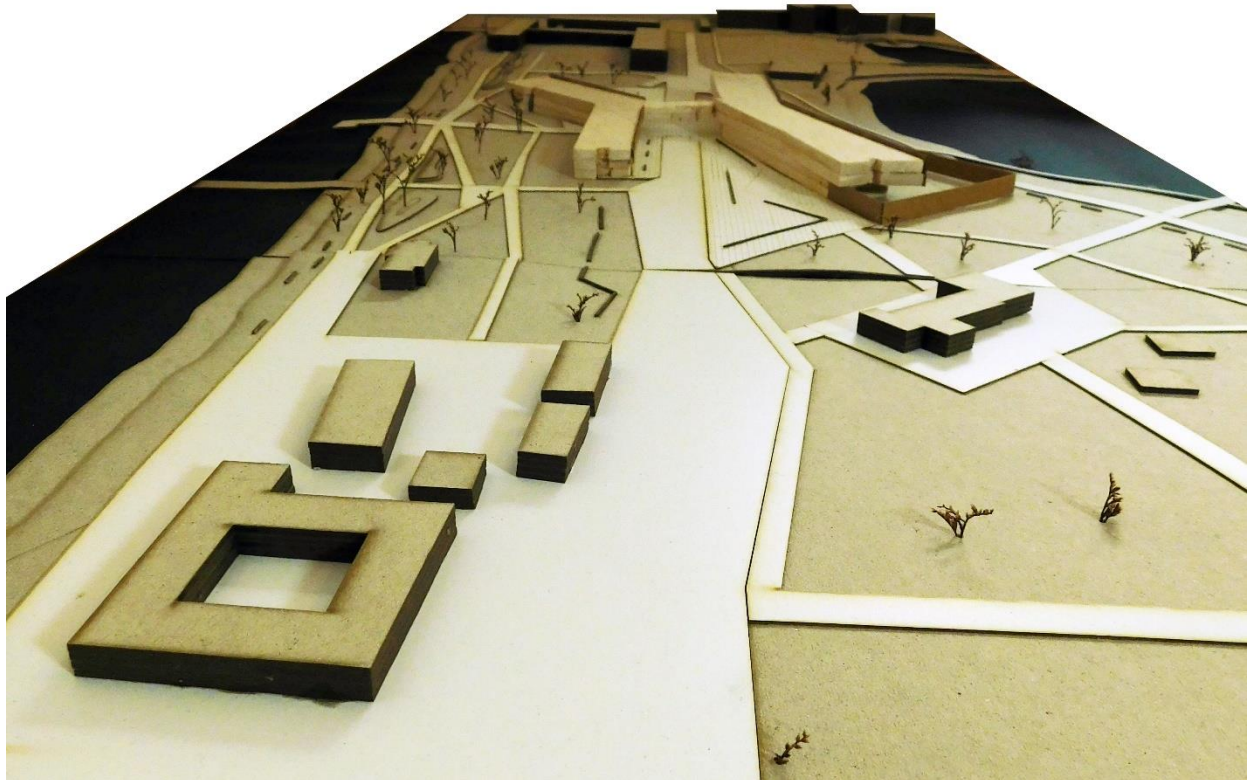
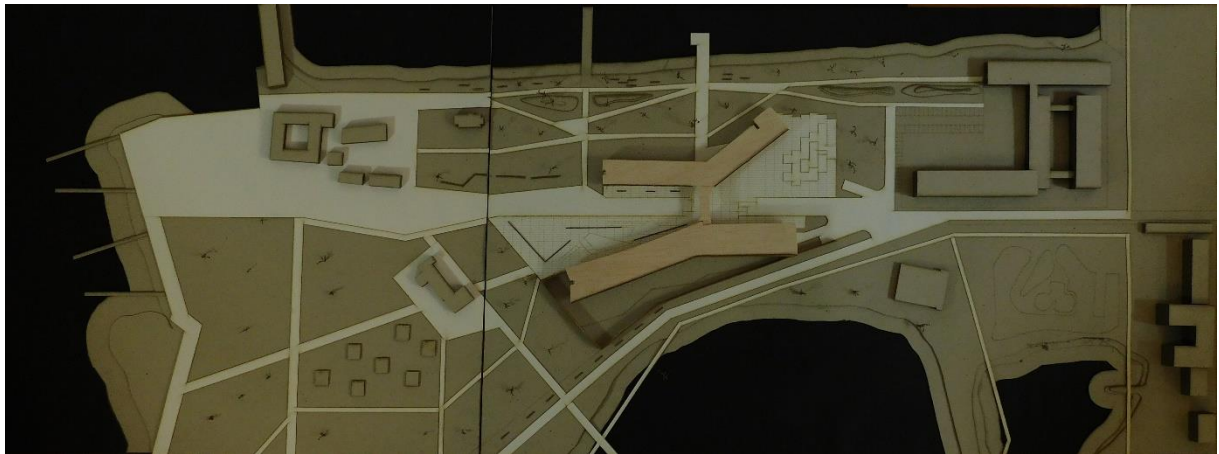


ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO
ESPACIAL DA RESIDÊNCIA SÉNIOR
Esc.1.100

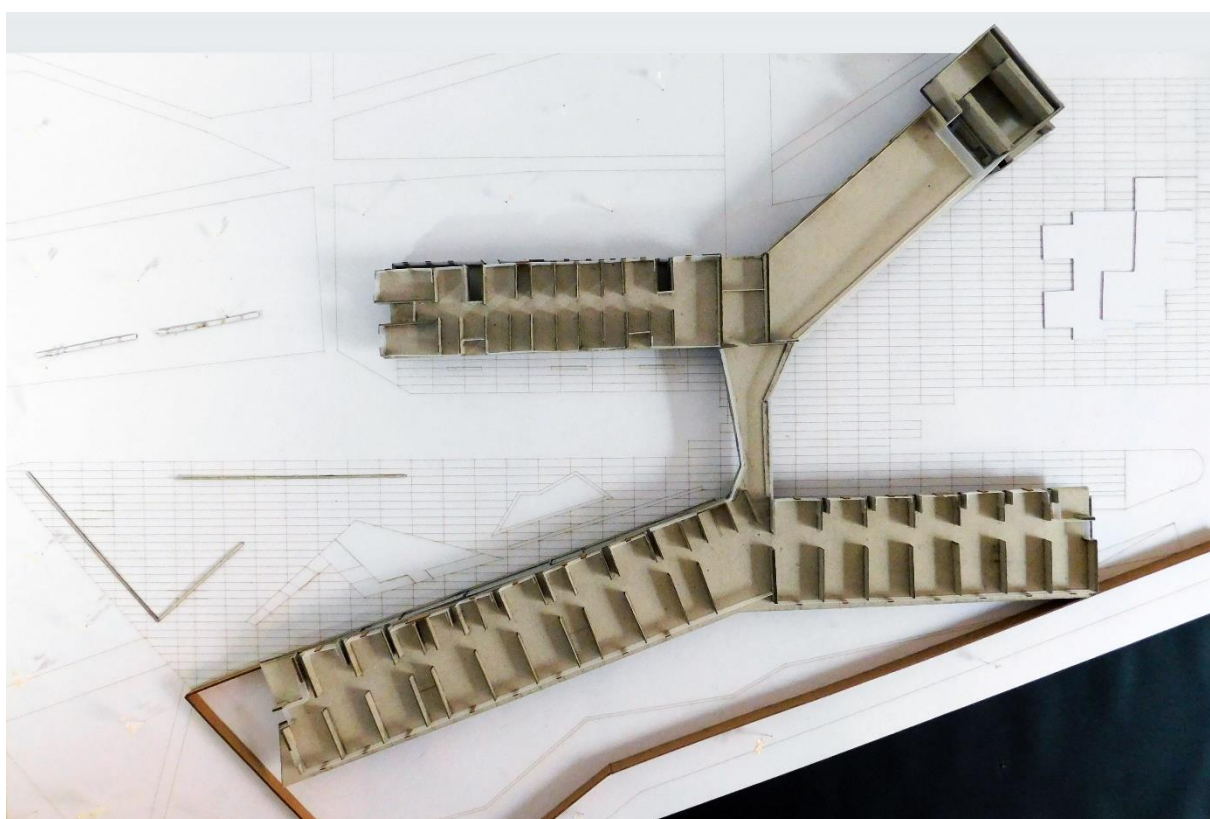
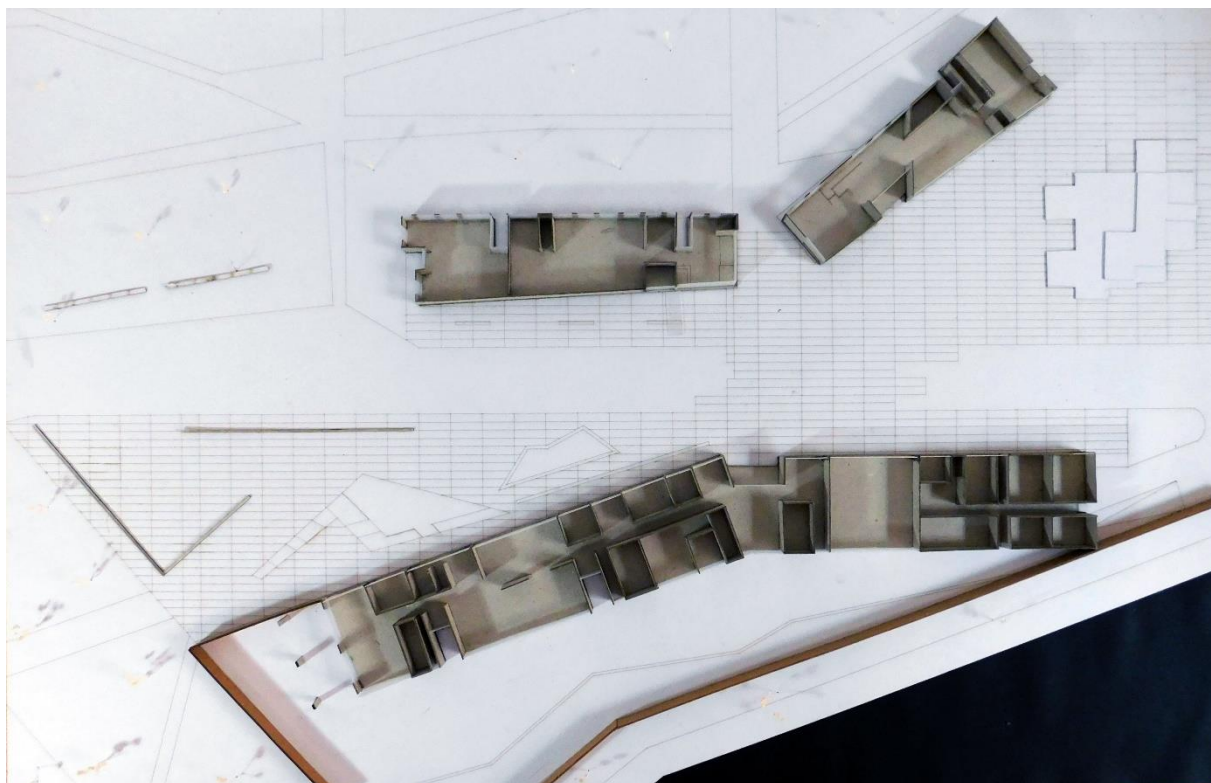


ESTUDO DOS ESPAÇOS
RESIDÊNCIAS | CORREDOR |
ESPAÇO INTERMÉDIO | QUARTO |
APARTAMENTO
Esc.1.50

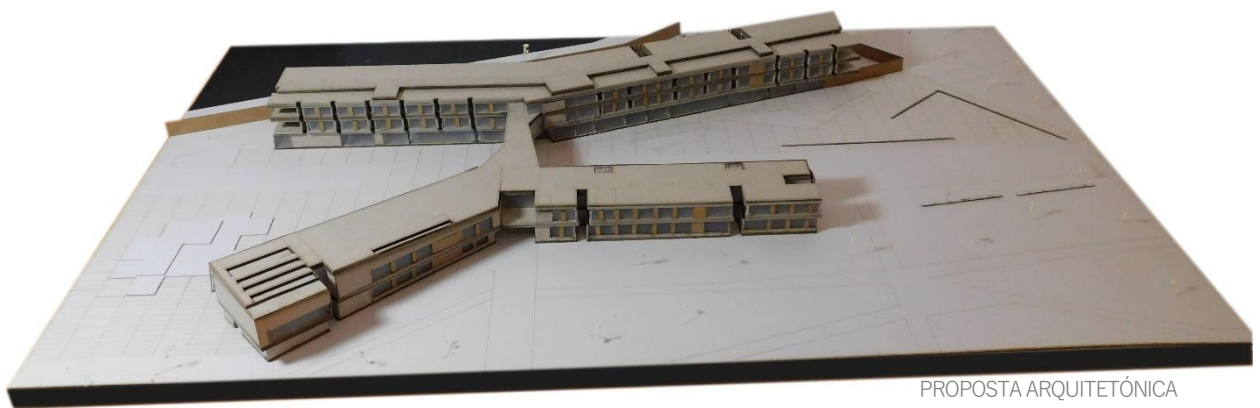
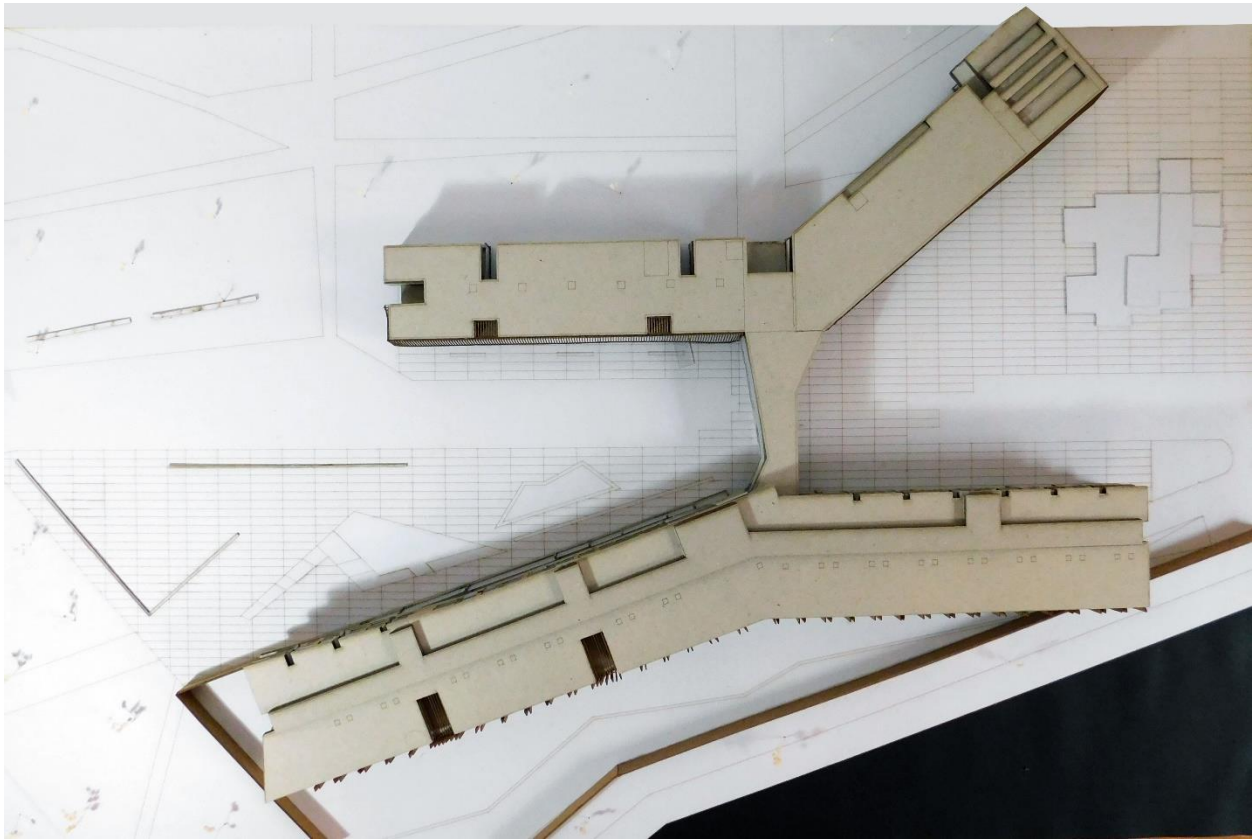
MAQUETES FINAIS



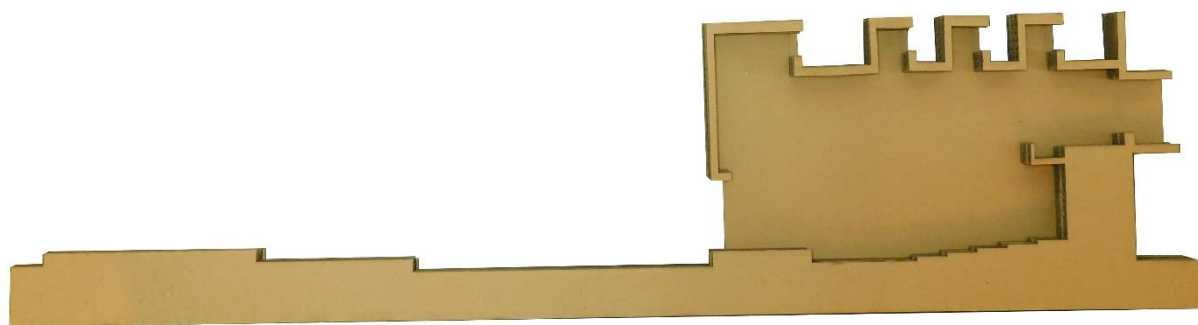
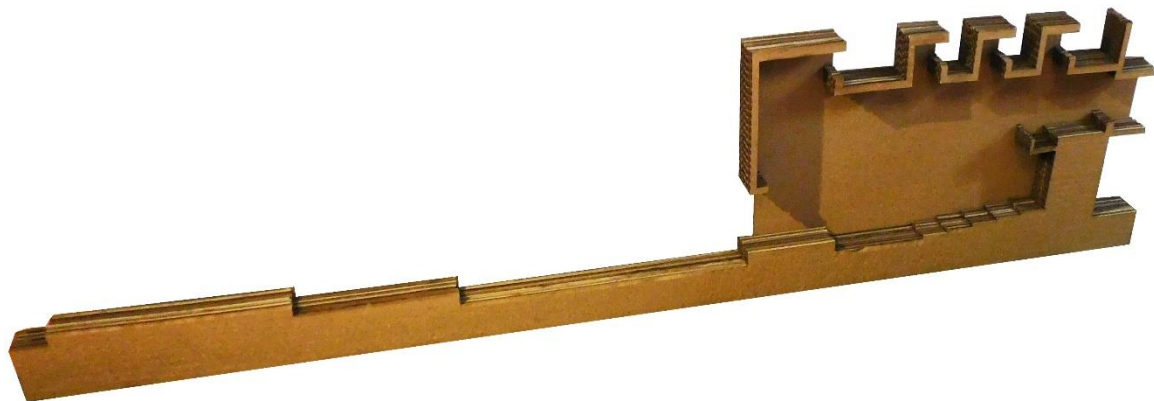
PROPOSTA DO ESPAÇO PÚBLICO
Esc.1.500



PROPOSTA ARQUITETÓNICA
Esc.1.250



PROPOSTA ARQUITETÓNICA
Esc.1.250



CORTE PELO AUDITÓRIO
Esc.1.50

PEÇAS FINAIS